

**FABIANO ANTONIO DOS SANTOS**



**TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EVASÃO DA JUVENTUDE NOS  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO DO ASSENTAMENTO  
JOSÉ DIAS**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial a obtenção do grau de Mestre em  
Educação, Programa de Pós Graduação  
em Educação, Setor de Educação,  
Universidade federal do Paraná**

**Orientador: Prof. Dr. Elávio Massao  
Matsumoto**

**CURITIBA  
2006**

**FABIANO ANTONIO DOS SANTOS**

**TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EVASÃO DA JUVENTUDE NOS  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO DO ASSENTAMENTO  
JOSÉ DIAS**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre em  
Educação, Programa de Pós Graduação  
em Educação, Setor de Educação,  
Universidade federal do Paraná**

**Orientador: Prof. Dr. Flávio Massao  
Matsumoto**

**CURITIBA  
2006**

## AGRADECIMENTOS

- ❖ A Deus...
- ❖ À minha mãezinha Iracema, pois sem ela nada disso seria possível, uma mulher lutadora, que me ensinou valores como solidariedade, compreensão, e principalmente coragem para lutar, este momento é seu minha amada.
- ❖ Ao meu paizinho Braz, homem simples, que lutou toda sua vida contra as adversidades que este sistema ingrato lhe impôs, agradeço por sempre mostrar os caminhos que deveria trilhar em minha vida
- ❖ À minha querida irmã Taie, pelo amor dedicado a mim, pela amizade que sempre me fez te amar muito mais, todo meu amor.
- ❖ Ao Bê e a Jubeira, minhas alegrias que enfeitam minha vida e dão sentido a toda minha luta.
- ❖ À minha querida Hellen, pelo amor, carinho dedicação e compreensão. És meu porto seguro, aquela que soube estar ao meu lado incentivando, dividindo os sonhos comigo. Meu eterno amor a você.
- ❖ Aos meus companheiros e minhas companheiras do projeto dos movimentos sociais. Sempre digo que são para mim orgulho e vontade de lutar para vivermos num mundo diferente deste.
- ❖ Ao meu irmão de alma Felipe, por sempre me apoiar, por sempre estar ao meu lado quando precisei, sempre serei grato por tudo que fez para mim.
- ❖ Às amigas Carol e Fran, pela amizade tão bonita que construímos ao longo desta jornada.
- ❖ À Natasha pela valiosa ajuda neste trabalho, obrigado por ter colaborado comigo em momentos difíceis que passei.
- ❖ À professora Lígia Klein pelas valiosas contribuições em minha formação humana, por ser símbolo da determinação e perseverança em transformar esta sociedade.
- ❖ Aos companheiros de espaço Marx, em especial Armenes e Rafa, companheiros para todas as horas.
- ❖ À minha eterna mestre Astrid, sempre serei grato a você, por sua amizade, carinho e compromisso com a formação de seres humanos críticos e responsáveis por sua história, toda minha gratidão.
- ❖ Ao professor Flávio, pela oportunidade e confiança em mim depositada.
- ❖ Ao professor Gracialino, exemplo de pessoa, de militante e de profissional. Obrigado por toda sua dedicação em mostrar os caminhos desta pesquisa, sua contribuição foi de extrema importância.
- ❖ À professora Célia, agradeço a paciência e ajuda nesta caminhada
- ❖ A todas as famílias do assentamento José Dias, que me acolheram como membro de suas famílias, meus sinceros agradecimentos.
- ❖ À todos/as os/as lutadores/as que procuram doar-se à causa dos trabalhadores meu apoio e disposição.
- ❖ À coordenação do programa de mestrado, Professor Marcus, professora Claudia, Darci, Francisca e Sonia, por sempre me atender da melhor forma possível e com a maior competência.
- ❖ A CAPES por financiar o presente estudo

***O arame é uma peste!***

As entranhas da terra,  
Cansadas de serem violadas  
Pelo discurso  
Pelo vácuo dos arames,  
Estão abertas!

E lá sangra  
grito dos despossuídos

E a mão camponesa acena  
Sua hora!  
arado irá vingá-lhes  
Revirar seu manto  
E o crepúsculo da vida...

Tudo planto  
Porque o caos envergonha os cios  
Porque defronte a minha frente  
Está o arame  
Cometendo  
assassinato!  
E milhões de cifras rondando impunes

Tudo planto  
Porque o poema não é apolítico  
Porque na minha mão vai  
Uma bandeira  
E as ferramentas de compor  
Notas de justiça...  
Porque seguro abertamente  
A flor grávida de rebeldia!

***Charles Trocate***

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....</b>	<i>viii</i>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<i>ix</i>
<b>RESUMO.....</b>	<i>x</i>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	12
<b>CAPÍTULO I – QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CENÁRIOS DE CONTRADIÇÕES .....</b>	20
1.0 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA INSTAURAÇÃO DO “CATIVEIRO DA TERRA”, E AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES CAMPONESAS.....	23
1.1 A ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES.....	30
1.2 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: DOIS PONTOS DE VISTA.....	35
1.3 A CONSTITUIÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL.....	40
1.3.1 O latifúndio como expressão de desigualdades.....	45
1.4 AS CONTRADIÇÕES DA COMPOSIÇÃO AGRÁRIA PARANAENSE.....	52
1.5 A QUESTÃO DA TERRA: UMA CONSTANTE HISTÓRICA NO PARANÁ.....	56
<b>CAPÍTULO II – A REALIDADE DA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO PARANÁ E NA REGIÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....</b>	59
2.0 O HISTÓRICO DO MST.....	60
2.1 A CONSOLIDAÇÃO DO MST NO ESTADO DO PARANÁ.....	64
2.1.2 O processo de estruturação do MST 1985 – 2005.....	67
2.2 QUESTÕES PERTINENTES ÀS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO MST PELA EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA.....	72
2.3 A REFORMA AGRÁRIA DEFENDIDA PELO MST.....	74

<b>CAPÍTULO III – SITUANDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....</b>	<b>78</b>
3.0 A CONSTITUIÇÃO EM MICRO-REGIÕES E OS INDICADORES SOCIAIS DO PARANÁ.....	79
3.1 MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS.....	85
3.2 ROMPENDO A CERCA.....	87
3.3 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....	91
3.4 A INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....	92
3.5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....	96
<b>CAPÍTULO IV – CAUSAS DA EVASÃO DA JUVENTUDE, NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....</b>	<b>101</b>
4.0 A VISÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SOBRE A EVASÃO DO SEGMENTO JOVEM DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS: IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA DO CAMPO.....	102
4.1 A VISÃO DOS CAMPONESES SEM TERRA DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS A PARTIR DAS CATEGORIAS: TRABALHO, CULTURA E PRODUÇÃO.....	104
4.1.1 Os assentados em lotes individuais.....	107
4.1.2 Os assentados em lotes coletivos.....	114
4.1.3 A Juventude do assentamento.....	119

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE DE FOTOS.....</b>	<b>140</b>

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 01 – CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA – 1992.....	22
TABELA 02 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA – 1992.....	44
TABELA 03 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA – 2003.....	45
FIGURA 01 – ESCADA DE REFORMAS.....	48
TABELA 04 – CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ – 2006.....	53
TABELA 05 – Nº DE OCUPAÇÕES DE TERRAS NO BRASIL -2002.....	70
TABELA 06 – ASSENTAMENTOS NO BRASIL ENTRE 1979 E 2001.....	71
TABELA 07: ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, NO ANO DE 2000, E DENSIDADE POPULACIONAL.....	81
TABELA 08: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO SUL DO PARANÁ (AMCESPAR), ANO DE 2000.....	82
TABELA 09: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA 2002 DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS.....	84
TABELA 10 – COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS.....	92



## LISTA DE SIGLAS

ACOPAC	- Associação Coletiva de Produção Agropecuária e Camponesa.
AMCESPAR	- Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná
CPJP	- Comissão Pontifícia de Justiça e Paz.
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IAPAR	- Instituto Agrônomo do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
Pronaf	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MASTRO	- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
MASTER	- Movimento dos Agricultores Sem Terra
CPJP	- Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
MASTES	- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
DATALUTA	- Bancos de Dados da Luta pela Terra
IAPAR	- Instituto Agrônomo do Paraná
AMCESPAR	- Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná
UDR	- União Democrática Ruralista
ACOPAC	- Associação Coletiva de Produção Agropecuária e Camponesa
ASPAR	- Associação Agropecuária Rural

## RESUMO

Este trabalho analisa os aspectos que influenciaram na evasão de parte considerável da juventude moradora do Assentamento José Dias, localizado na, até então, Fazenda Pinheiros, no município de Inácio Martins – PR, que foi formado em 1988, em decorrência das ações do MST no âmbito da questão agrária brasileira. Buscou-se esclarecer os impactos que o capitalismo impõe sobre a vida dos camponeses pobres de modo geral e da sua juventude em específico. Verificaram-se através da caracterização das condições de vida dos assentados, os aspectos ligados à evasão juvenil. Para isso foram observadas as percepções dos próprios jovens, dos moradores assentados sob a forma de produção “coletiva” e dos assentados organizados na produção de forma individualizada. A pesquisa de campo com os camponeses, no Assentamento, foi realizada no período de fevereiro e março de 2005. Analisou-se o processo de constituição do latifúndio no Brasil, desde a época dos primeiros invasores portugueses, até a fase atual. Foi examinado o processo de constituição do MST no Brasil e no Paraná, bem como as principais formulações de seus dirigentes na definição da luta pela terra. Para que se configurassem as condições socioeconômicas do Paraná e da região em que se encontra o Assentamento José Dias, foram examinados dados que explicitassem as dificuldades de realização das necessidades imediatas de toda a população residente no referido município. Investigou-se o processo de organização e ocupação da área e como se desenvolveu a organização do acampamento até a conquista da terra pelos camponeses. Foram adotadas as categorias trabalho, produção e cultura, para analisar as causas da evasão da juventude. Os dados obtidos foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as famílias assentadas. Os resultados mostram que os segmentos da juventude têm saído das terras conquistadas a partir de um conjunto de fatores, relacionados às condições socioeconômicas a que os jovens estão submetidos no Assentamento. Observou-se também que a falta de condições materiais voltadas para o lazer, a cultura e a educação, tem sido decisiva para que muitos jovens deixem o Assentamento para viver nas cidades. Quanto às conseqüências de tal evasão, verificou-se uma crescente preocupação dos assentados, já que a continuidade do Assentamento, enquanto expressão da conquista da terra, está ameaçada, pelo “envelhecimento” dos moradores. De outro lado, as conseqüências estão voltadas para a própria constituição e continuidade do MST, já que a falta de identidade, devido às dificuldades de produzir suas vidas, têm feito a juventude se afastar dos aspectos de luta defendidos pelo MST.

**Palavras-chave:** Questão Agrária; Trabalho e Educação; Juventude; MST.

## ABSTRACT

This paper analyses the aspects that influenced in the evasion of the considerable part of the youth living at José Dias Settlement located at than called Pinheiro's Farm in the county of Inácio Martins – PR, that was formed in 1988, due to the actions of MST in the scope of the Brazilian agrarian matter. The impact that the capitalism impose over the life of the peasants generally speaking was brought to be clarified and also regarding of its specific youth. It was verified through the characterizing of the settled people's life condition, the aspects linked to the youth evasion. For that, the perception of the own young people, the settled ones under the form of "collective" production and of these settled ones organized in the individualized production form. The field research with the peasants at the settlement was conducted in february and march of 2005. The process of the constitution of the large estate of Brazil was analysed since the time of the first portuguese invaders until nowadays. The process of the constitution of the MST in Brazil and in Paraná was examined, as well as the main ideas of its management team regarding the definition of the dispute for the land. For the configuration of the social economic conditions of Paraná and the area of the location of the settlement of José Dias, it was examined accurate informations that could make clear the difficulties of the realization of the imediate needs of the entire population living in this mentioned county. The process of the organization and occupation of the area was investigated, and also how the camping organization until the conquest of the land by the peasants. Working production and culture categories were used to analyse the causes of the youth evasion. The informations obtained were collected through some nonstructured interviews with the settled families. The results show that the segments of the youth have come from the conquered land thanks to a group of reasons related to the social economic conditions that the young people have to go through at the settlement. It was also noticed that the lack of the material conditions related to leisure, culture and education has been important to many young people to leave the settlement to live in the city. As for the consequences of such evasion, it was noticed a progressive preoccupation with the settled people with the age of some of them. On the other hand the consequences are related to the contenuity of MST because the lack of identity thanks to the difficulties to produce its life and it has made the youth to keep a distance of the main aspects of the principles that MST adopts.

**Keywords:** Agrarian Matter; Labour and Education; Youth; MST

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se no campo das investigações em Educação e Trabalho, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Tem como objetivos: observar, a partir da percepção dos assentados, sejam aqueles dispostos em propriedades individuais, ou em propriedades coletivas, incluindo os segmentos jovens, quais os motivos que têm levado ao êxodo juvenil, considerando as possibilidades de satisfação das necessidades humanas, tanto aquelas “que provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2001, p. 57); investigar a questão agrária no Paraná, relacionando-a com os acontecimentos agrários no Brasil contemporâneo, observando a constituição do latifúndio e deflagração da luta pela terra; desenvolver as percepções dos jovens, dos camponeses organizados no “coletivo” de produção do assentamento, e dos camponeses que se estabeleceram em lotes individuais de produção, a respeito da problemática envolvendo o êxodo juvenil e as possíveis causas para isso; apresentar as principais características do assentamento estudado; realizar as relações entre os diversos problemas apresentados na produção da vida, com os desafios que o modo de produção capitalista apresenta, atualmente, para o campo, principalmente através das categorias trabalho, produção e cultura.

O Assentamento<sup>1</sup> José Dias pertence ao conjunto de assentamentos da Reforma Agrária, reivindicada pelo MST, tendo sua história iniciada com a ocupação da **Fazenda Pinheiros**, em 1988, no município de Inácio Martins, centro-sul do Paraná. Formado por 106 famílias, está organizado em duas modalidades de organização da produção: 95 famílias desenvolvem a produção, em suas terras, a partir do trabalho individual e, 11 famílias desenvolveram formas coletivas de organização da produção por meio de uma associação de produtores.

A realização deste estudo partiu do pressuposto que, diante dos problemas inerentes ao modo de produção capitalista, a classe trabalhadora procura organizar-se com finalidade de romper com o aviltamento do qual é vítima. Dentre as formas de organização estão os Movimentos Sociais, que diferem uns dos outros quanto a objetivos e estratégias.

---

<sup>1</sup> A expressão assentamento diz respeito a uma afirmação oficial do governo brasileiro, também utilizada pelo MST mas que não corresponde a uma categoria comumente utilizada por outras forças populares que atuam sobre a questão agrária no Brasil.

A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado no bojo das lutas sociais pela Reforma Agrária, se efetivou como um dos principais movimentos sociais da América Latina, senão do mundo. A sua luta tem sido marcada por conflitos entre os grandes proprietários de terras e os camponeses pobres que procuram um pedaço de terra para plantar sua sobrevivência.

As relações sociais do campo são consideradas fundamentais para a compreensão da problemática a ser desenvolvida, tendo, como mediador desta, o modo de produção capitalista, bem como a soma das forças produtivas, no concernente ao estabelecimento do estado social imposto aos trabalhadores no campo, principalmente as dificuldades existentes para a produção da vida (MARX e ENGELS, 1987).

Em meio a todas as dificuldades que a classe trabalhadora encontra para subsistir é preciso encontrar alternativas aos problemas. No campo, as dificuldades são ainda maiores, dadas as condições de abandono adotadas pela sociedade capitalista. O campo, diferentemente da cidade, é sinônimo de atraso. Diante de tais dificuldades, o camponês pobre tenta encontrar maneiras de sobreviver a partir do seu trabalho com a terra, mas esbarra nas condições impostas por uma sociedade que vincula a produção à lógica da produção de mercadorias.

Diante das inúmeras dificuldades impostas aos camponeses, foi preciso encontrar alternativas que propiciassem a produção das suas vidas. Sob esta tentativa de buscar alternativas que pudessem dar condições de sobrevivência, é que nossa pesquisa se sustenta e vai buscar responder ao seguinte problema investigativo: **Como as dificuldades de produção da vida no campo, marcada principalmente pelas imposições do modo de produção capitalista, tem levado ao êxodo de jovens do Assentamento José Dias?**

Ao desdobrarmos o problema investigativo, apresentamos algumas questões norteadoras para o presente estudo. São elas: **a) Como vêm se desenvolvendo os aspectos da produção, da cultura, do trabalho, da formação e da organização social das pessoas assentadas? b) Qual a percepção dos assentados que optaram por se estabelecerem em lotes de produção individual? c) Qual a percepção dos assentados que optaram por se estabelecerem em lotes de produção coletiva? d) Qual a percepção dos jovens assentados?**

Ainda sobre as dificuldades com que os camponeses se deparam, podemos relacioná-las com o conjunto da pesquisa, observando as condições de vida no campo, seja do segmento dos assentados que vivem e organizam seu trabalho individualmente, daqueles que optaram por moradias e organização coletiva do trabalho ou, ainda, do segmento juvenil.

A juventude Sem Terra é considerada fruto da luta pela e esperança de continuidade da luta. São jovens cujas perspectivas de sobrevivência estão dirigidas por uma dura realidade, a de pertencerem à classe de camponeses pobres, que compõe a grande massa da classe trabalhadora deste país. Os filhos e filhas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assumem, para si, as contradições das desigualdade no campo, da lei perpetrada através dos grandes latifundiários e contestada pelos/as trabalhadores/as do campo. Neste sentido, são atores/as que nascem de uma luta específica, a luta pela terra. Logo cedo as crianças Sem-Terra são levadas a conhecer a triste realidade que as cerca. Através de discussões e encontros, são conscientizadas sobre o importante papel que assumirão na continuidade da luta. O Movimento constrói mobilizações onde os Sem Terrinha<sup>2</sup> são os principais sujeitos envolvidos. Uma destas mobilizações é um encontro que ocorre anualmente, em nível nacional, regional e local, e que tem como principais objetivos:

... fortalecer a troca de experiências; permitir que as crianças Sem Terra encontrem com outras de outros assentamentos, outras regionais, acampamentos; incentivar o crescimento e a auto estima, desafiando-as a conduzir as suas próprias atividades de coordenação do encontro. São momentos fortes de brincadeiras, de mística que trabalha a sensibilidade e os novos valores, levando as crianças a cultivar um amor especial pelo movimento a que pertencem (MST, 1999, p. 36).

Os atores sociais aqui mencionados contribuem para o entendimento do problema, já que constituem, como dissemos anteriormente, parte da massa de camponeses pobres que, dadas as condições históricas de sua existência, darão continuidade na luta por terras.

Diante ao panorama apresentado sobre a relação entre um Movimento Social e o modo de produção vigente e como se estabelece a correlação de forças entre ambas as partes, começaram a se tornar mais evidentes muitas das questões que eram vistas por mim como naturais. Para que eu conseguisse olhar mais de perto esta sociedade e pudesse ver

---

<sup>2</sup> Termo reivindicado pelas crianças, por assumirem esta luta para si, respeitando seu tempo de brincar e de descobrir a realidade através do brinquedo, do lúdico e da importância do trabalho como princípio fundamental na vida humana.

nela as desigualdades, com estranheza e não com a naturalidade que nos querem fazer acreditar, um grupo de amigos, reunidos sobre o mesmo objetivo de compreensão da realidade, foi fundamental neste processo. Minhas experiências junto aos Movimentos Sociais são datadas a partir do reconhecimento da importância que projetos sociais tinham para minha formação na graduação em Educação Física que, por sinal, infelizmente, ainda está distante das classes populares.

Foi através da inserção no projeto de extensão intitulado **Educação e Movimentos Sociais; uma intervenção da Educação Física e da Pedagogia**, que pude conhecer mais intensamente a realidade que cerca um movimento social, suas dificuldades e seus objetivos. Chorei, sorri, vivi intensamente todos os momentos junto aos amigos e amigas que fiz ao longo dessa caminhada. Das experiências vividas, despertou em mim, um olhar voltado para aquela realidade, a ponto de resultar nesta pesquisa de dissertação, com o intuito de contribuir para o entendimento desta dimensão da realidade.

Nesse projeto, tive a oportunidade de reconhecer, no MST, uma força capaz de diminuir as desigualdades, de mostrar, para mim, as possibilidades de superar as desigualdades expressas nas relações sociais.

Como expressão do reconhecimento da importância deste Movimento para a sociedade, para nossa formação política e para a transformação social é que apresentamos, aqui, o resultado, sempre inconcluso, desta pesquisa que pode ser concebida de modo complementar a outros estudos já realizados no Assentamento e sobre o Assentamento José Dias em Inácio Martins. Em 2002 *Maria Bernadete Martins Pinto RODRIGO* desenvolveu sua pesquisa em nível de doutoramento, no programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, enfocando a questão das mulheres do assentamento e a importância da organização deste grupo desde a ocupação até o momento da pesquisa. Da mesma forma *Jorge Ulises Guerra VILLALOBOS*, em 2001 (ano da edição da coletânea), desenvolveu pesquisa financiada pela Universidade Estadual de Maringá, que consta de uma coletânea de livros em que enfoca a questão da terra, com o olhar mais direcionado às questões da geografia (área de formação do Autor). Em uma destas coletâneas, VILLALOBOS aborda a história de vida dos moradores do assentamento José Dias, retratando a linguagem de diversos atores sociais. E por fim, a coletânea de textos organizados por *Maria Cristina VARGAS* e *Sônia Fátima SCWENDLER*, editada em 2003,

conta a história de diversas ocupações, inclusive aquela onde hoje se encontra o assentamento José Dias. Para tanto, desenvolvem a pesquisa a partir das contribuições dos atores envolvidos, apresentando a versão da história contada pelos próprios atores sociais. É importante registrar que nenhuma das pesquisas encaminharam para a problemática do êxodo da população juvenil, objeto desta investigação.

Apoiados nos referidos estudos fui pesquisar, a partir da convivência realizada ao longo de quatro anos de trabalho com minha área específica de formação, as relações sócio-culturais do **Assentamento José Dias**.

Para que o fenômeno pesquisado fosse apreendido em todas suas relações, nos valem dos pressupostos da pesquisa qualitativa. Nesta abordagem, sujeito e objeto mantêm relação dinâmica sem um fim em si mesmos, mantendo vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 2000)

Com tal abordagem, o conhecimento não se reduz a dados isolados, unidos por uma teoria, mas é a própria interpretação dos fenômenos por seus sujeitos, possibilitando a atribuição de diferentes significados.

As técnicas utilizadas pela pesquisa qualitativa variam de acordo com as especificidades do campo de pesquisa. Coletar os dados neste campo significa observar os aspectos particulares com finalidade de orientar ações que modifiquem as condições e circunstâncias indesejadas. (CHIZZOTTI, 2000)

A metodologia empregada nesta pesquisa, consiste de um estudo de caso e representa o caso particular de um assentamento do MST. “O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno, quanto propor uma intervenção (...) [O caso] tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação.” (CHIZZOTTI, 2000, p. 102)

Para coletar os dados desta pesquisa, seguiram-se duas etapas: na primeira, realizamos uma fase exploratória. Este é “o momento de especificar as questões ou pontos críticos, de estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessárias para o estudo.” (LÜDKE e ANDRÉ, p.22, 1986) Neste momento da pesquisa, procuramos apreender as determinações da realidade, através da observação participante, registrando os acontecimentos em um diário de campo.



Com a primeira etapa da pesquisa de campo concluída e os primeiros pontos investigativos explicitados, partimos para a etapa seguinte. De posse do relatório da fase exploratória, construímos os instrumentos necessários à segunda etapa da pesquisa de campo. A realização de um questionário (Anexo 01) possibilitou a utilização da entrevista semi-estruturada cujo mérito está em proporcionar maior interação entre o pesquisado e os sujeitos da pesquisa. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986)

Nossa preocupação era registrar, em cada entrevista, o processo de formação da luta daquelas pessoas, desde a organização nos sindicatos da região à ocupação do latifúndio, bem como resgatar as lutas, dificuldades que surgiram no processo e que persistem ainda hoje na realização da produção da vida. Assim, nossas entrevistas foram construídas a partir de algumas preocupações referentes ao objeto de investigação, considerando aspectos amplos das possíveis significações do problema de investigação. Logo, elaboramos questões que remetessem a respostas sobre os problemas encontrados para a organização do acampamento, vinculando as dificuldades encontradas desde o início da luta pela terra. As perguntas ainda remetiam aos impeditivos de organizar de maneira satisfatória as vidas dos assentados, desde dificuldades econômicas até dificuldades de relacionamento pessoal. E, logicamente, perguntas que evidenciassem o problema de pesquisa, relacionando-o com as dificuldades econômicas, sociais e culturais, de que são acometidos os assentados, e de que forma havia relações possíveis entre os diversos conjuntos de perguntas, tanto para os assentados em lotes individuais, quanto para os assentados no coletivo de produção ou, ainda, para os jovens.

A idéia inicial era realizar somente entrevistas coletivas com as famílias assentadas. No entanto, dada a dificuldade em encontrar toda a família reunida ao visitarmos a casa, algumas entrevistas foram feitas individualmente e outras coletivamente. Em todas as visitas às casas, o esforço se concentrou para que mulher, homem e crianças estivessem presentes.

Realizamos as entrevistas em 26 casas, das 106 que compõem o universo totalizador do assentamento. Entrevistamos, quando possível, o homem e a mulher responsáveis pela casa, o que possibilitou uma visão mais detalhada do problema. Os sujeitos entrevistados foram categorizados em três grupos: os jovens; os moradores de uma associação de produção que têm suas atividades produtivas organizadas coletivamente; os moradores

estabelecidos em lotes individuais de produção. Desses, 07 representavam as famílias moradoras do coletivo (compreendendo quatro casas de um total de 11); 07 jovens; e 22 representantes das famílias moradoras em lotes individuais de produção (compreendendo 26 casas de um total de 95).

A pesquisa adota, como referencial teórico, os fundamentos do materialismo histórico-dialético. O método proposto por Marx parte da concepção material das coisas, rompendo com os teóricos idealistas, que acreditavam ser o homem fruto de sua consciência. Ao contrário, para Marx, o ser humano é fruto não de sua consciência, mas sim do meio em que vive. Esta concepção suporta teoricamente seu método histórico e dialético, concebendo o trabalho em geral como o responsável pela criação humana e por sua subsistência. Não se trata, aqui, de qualquer trabalho, mas sim, o trabalho em geral, daquele capaz de qualificar o homem, relacionando sua subsistência ao contato direto com a natureza, a fim de modificá-la e, desta forma, modificando a si mesmo. Essa é a modalidade de trabalho concreto, concebido por MARX (2001) como criador de valor-de-uso. Se tomarmos o trabalho na forma particular de empregabilidade, podemos perceber uma confusão bastante grande de vários autores, que afirmam vivermos uma nova era, acusando o fim do trabalho. Essa confusão decorre da falta de clareza entre a dimensão do trabalho concreto e do trabalho abstrato, este concebido como mercadoria, alienado, ou seja, o trabalho assalariado. Trata-se, portanto, da crise do trabalho assalariado, representado pelo aumento do desemprego e do subemprego, e não o fim do trabalho.

Das considerações sobre o referencial teórico adotado no estudo, é importante fixarmos a categoria trabalho como ontológica ao ser humano, o que significa colocá-la em destaque na construção de outras possibilidades de organização social, pautadas na propriedade coletiva dos meios de produção.

O trabalho é adotado, nesta pesquisa, como princípio educativo, capaz de emancipar o ser humano através da relação direta com a natureza. Educar-se pelo trabalho significa colocar-se na contramão das relações capitalistas de produção que tem por fim a exploração da força de trabalho na produção da mais-valia.. O trabalho deve se constituir na mola propulsora das condições necessárias a outras maneiras de organização do trabalho enquanto produtor de valores de uso.

Com esta perspectiva cunhada para o trabalho – como única possibilidade de satisfação das necessidades humanas – inserimos a educação nas suas contradições a partir da sociedade capitalista. A educação, bem como o trabalho, sob a lógica capitalista, está marcada pela luta de classes (MÉSZÁROS, 2005).

No sentido de desvelar o problema investigativo, desenvolvemos este trabalho em quatro Capítulos. O Primeiro discute a questão agrária, partindo de uma abordagem da economia política. Essa abordagem significa apontarmos as particularidades e generalizações, na constituição do objeto de pesquisa: investigar como se deu o processo de constituição do latifúndio (desde as primeiras ações dos invasores portugueses contra os primeiros povos indígenas), tanto no Brasil como no Paraná, e como esta constituição repercutiu na luta pela terra, ou ainda, como se deu a organização da luta pela terra no Brasil, enfocando a organização dos camponeses em Movimentos Sociais organizados.

Já o segundo capítulo trata – através das experiências acumuladas pela organização dos camponeses na luta pela terra em tantos anos de existência das desigualdades sociais provindas do cativeiro da terra – da fundação do MST e suas repercussões na organização camponesa, desde 1985 até 2005. Ainda no segundo Capítulo, apresentamos a organização do estado paranaense em microregiões, fato que nos possibilitou analisar detidamente os aspectos econômicos da população paranaense em geral e da população do município de Inácio Martins em específico.

No Capítulo 03, situamos o município em estudo, focando o assentamento José Dias, apresentando alguns dos principais fatos desde a ocupação até a efetivação do assentamento. Com o espaço do assentamento construído, desenvolvemos as formas pelas quais estão organizados os assentados, seja referindo-se às comunidades existentes ou à opção por organizar o trabalho de forma coletiva ou individual.

Finalmente, no quarto Capítulo, apresentamos as percepções a respeito da evasão juvenil, dos três grupos de atores sociais envolvidos diretamente: o jovem; os assentados em lotes individuais; e os assentados em lote coletivo, e ainda a direção estadual do MST no estado do Paraná. Para tanto, nos apoiamos em três categorias de análise: o trabalho, a produção e a cultura.

## Terra Para Todos

Nós queremos terra  
 Terra para trabalhar  
 Trabalhar para ter vida  
 Vida para ter alimento  
 Alimento para sobreviver  
 Sobreviver para ter esperança  
 Esperança para que possamos lutar  
 Lutar por um país melhor  
 Melhor nós vemos nossas crianças  
 Crianças, bem nutridas e alegres  
 Alegres porque um dia vamos vencer  
 Vencer os latifundiários  
 Latifundiários que nada produzem  
 Nada, eles dizem que sememos nós  
 Sem terra  
 Sem terra que tem amor a terra  
 Terra que pertence a quem trabalha  
 A quem produz e ama a terra.

Autores: Edauto Felix da Silva

Redação construída para o concurso realizado pelo MST

## CAPÍTULO I

### A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CENÁRIOS DE CONTRADIÇÕES

## CAPÍTULO I – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CENÁRIOS DE CONTRADIÇÕES

Investigar a questão agrária remete-nos a identificar quais abordagens podem-se seguir para interpretá-la. Partir do método da crítica da economia política, das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas, são possibilidades que nos levam ao exercício da investigação dessa questão.

Neste trabalho, tomamos por base a noção da questão agrária desenvolvida por Stedile (2005), para quem a questão agrária é “... o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” (p. 16-17)

Esse conjunto amplia as discussões sobre a questão da terra, inserindo aí relações econômicas, políticas, sociais e culturais, conferindo uma interpretação mais específica e ao mesmo tempo geral da questão.

Discutir a questão da terra significa entendermos quais os aspectos fundamentais que circunscrevem a temática, procurando estabelecer relações entre o avanço do modelo de produção capitalista e o funcionamento do setor agrícola, como parte constituinte de uma totalidade do modo de produção capitalista, bem como da forma como este se caracteriza em um país como o Brasil sob a dominação imperialista<sup>3</sup>.

Importa relacionar o problema da terra à distribuição desigual deste meio de produção, cuja parcela destinada aos camponeses é muito inferior àquela destinada a burguesia rural (tabela 01). Fazer relação é fundamental para que possamos realizar o processo de abstração e síntese de muitas questões que envolvem a terra e sua apropriação pelo capital.

---

<sup>3</sup> Para Lênin a definição de imperialismo deve seguir cinco traços fundamentais: “ 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida cotidiana; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (2005, p.90)

**Tabela 01 – Concentração Fundiária Brasileira**

PROPRIEDADE	PERCENTUAL DA ÁREA CADASTRADA - BRASIL %
Minifúndio	08%
Pequena propriedade	16%
Média propriedade	20%
Grande propriedade	55%
Não classificada	01%

Fonte: recadastramento Incra, 1992

O número crescente de assalariados no campo<sup>4</sup>, mais a ampliação dos conflitos decorrentes da luta pela terra, ou seja, da luta de classes no campo, as políticas compensatórias ou assistencialistas, bem como a saída gradativa de camponeses do campo rumo aos grandes centros urbanos a procura de melhor sorte, fazem parte de um complexo social que em países como o nosso, de capitalismo dependente, perpetuam o sistema de expropriação e exclusão social.

Esse cenário contraditório na esfera da economia, da política, do social e da cultura, aponta para a necessidade de se pensarem alternativas ao desenvolvimento do campo no país, objetivando estabelecer um novo tipo de relações sociais que sustentem um projeto agrário elaborado pelo e para o povo, cuja base social, não se sustentará na atual sociedade.

A questão agrária apresenta-se como uma temática ampla que envolve não somente o problema da terra, mas também os problemas decorrentes das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas, imprimindo ao campo um ritmo econômico, social e cultural, muito próximo daquele vivido nas grandes cidades, principalmente se observarmos os condicionantes impostos à realização da produção das necessidades básicas de sobrevivência. A pobreza, o aumento do latifúndio, como expressão mais clara do poder daqueles que possuem a propriedade dos meios de produção,

<sup>4</sup> Segundo pesquisa realizada pelo IAPAR, de um universo de 327.611 estabelecimentos agropecuários sob a condição de proprietário individual das terras no Paraná, 216.069 estabelecimentos utilizavam somente mão-de-obra familiar na execução dos trabalhos agrários, 78.696 estabelecimentos que combinavam o uso de mão-de-obra familiar com uma proporção menor de pessoas contratadas temporária e/ou permanente, e 32.846 estabelecimentos, denominados de não-familiares, supriam a maior parte ou a totalidade da mão-de-obra utilizada com trabalho assalariado. (IAPAR. **Pobreza urbana e rural nos municípios paranaenses: Situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná, 2000**)

inclusive a terra, nos fazem perceber que é necessário buscar compreender como se fez presente até hoje a constituição do latifúndio no Brasil, estabelecendo relações entre a sua permanência e as contradições dele decorrentes, compreendendo o cenário econômico e político.

## **1.0 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA INSTAURAÇÃO DO “CATIVEIRO DA TERRA” E AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES CAMPONESAS**

O histórico da terra, remonta a própria constituição humana através da relação estabelecida com a natureza, mediada pelo trabalho. Para Marx (2001), no momento que o homem atua diretamente sobre a natureza externa, ele a modifica, de forma dialética.

A terra é o objeto e meio universal de trabalho do ser humano. No entanto, com a constituição dos modos de produção classistas e o conseqüente surgimento da propriedade privada, ela torna-se exclusividade para alguns e excluída de outros.

Com a superação do modo de produção comunal e o surgimento da propriedade privada, ocorrem as primeiras apropriações de terras em larga escala, modificando as relações de trabalho e dando origem à exploração do homem pelo homem. O primeiro modelo com estas características é o escravocrata. Aqui, a prioridade era ampliar as terras e comprar um número cada vez maior de escravos, para que a demanda de trabalho fosse realizada com sucesso.

No modo de produção feudal há a continuidade dos grandes estabelecimentos de terra, como expressão das desigualdades entre camponeses e grandes proprietários (KAUTSKY, 1986).

Com o surgimento do modo de produção capitalista, há a superação das formas de propriedade existentes, bem como das relações sociais de produção.

A história econômica do Brasil tem como particularidade o fato de se configurar como um país escravocrata na era do liberalismo europeu. Enquanto se comemoravam as revoluções burguesas sob o ideário de liberdade, igualdade e fraternidade, em países europeus, como na França no século XVIII, vivia-se no Brasil um pleno escravismo. Não um escravismo do tipo antigo, como no Egito, na Grécia ou na Roma, mas um escravismo

que dava sustentação aos regalos na nova classe dirigente: a burguesia. Assim, desenvolveu-se, em nosso país, um modo de produção escravocrata a serviço do capitalismo. Essa é a base do subdesenvolvimento histórico do nosso país. O capitalismo que temos atualmente é produto desse tipo de dependência – um tipo de capitalismo burocrático, isto é, o capitalismo nos países dominados pelo imperialismo.

Quase ao final do período escravocrata, com o início da libertação dos escravos, seja por pressões externas, ou principalmente pelas grandes manifestações dos povos negros<sup>5</sup> para sua libertação (o Quilombo dos Palmares foi a grande expressão da luta dos negros contra a exploração), o modo de produção emergente necessitava de homens livres para sedimentar as relações sociais de produção. Para termos uma idéia desta transformação que começava a ocorrer, a Inglaterra, já sob a égide da burguesia industrial expansionista, impôs a proibição do tráfico de trabalhadores escravizados da África para os demais continentes, justamente com a intenção de frear qualquer fragmento que poderia ainda restar daqueles países que mantinham o modelo escravocrata de produção, dificultando o avanço das pretensões capitalistas.

Desde os primeiros invasores portugueses, a divisão de terras priorizou a classe dominante. Foi assim com os portugueses diante aos índios, do senhor de escravos diante a sua propriedade, o escravo. Da mesma maneira continua acontecendo com o latifundiário diante aos camponeses pobres. Com as primeiras alforrias ocorrendo, a classe dominante logo tratou de conformar um conjunto de situações que a garantisse como única proprietária da terra.

Assim, mesmo com uma pseudoliberalidade, aos ex-escravos não era permitida a apropriação das terras. Para que fosse assegurada a propriedade aos donos das grandes lavouras, é criada em 1850 a Lei de Terras. Esta lei postulava a criação jurídica da propriedade da terra, dando prioridade àqueles detentores de capital suficiente para comprar terras. O que restava ao ex-escravo era a sorte, o acaso, a completa destituição do acesso à terra como meio de produção das necessidades imediatas de sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Cumpre destacar que a abolição da escravatura se deu principalmente pela luta dos escravos para sua libertação. A organização coletiva, as fugas em massa aos Quilombos, contribuíram para acelerar o processo de libertação dos negros. “As lutas escravas precederam o movimento abolicionista, pois (...) elas foram uma constante ao longo do séc. XIX. Entretanto, na década de 1880 a questão se generalizou, constituindo-se um verdadeiro movimento social (...) Foi uma luta dos próprios escravos, apoiados em vários momentos por intelectuais e políticos.” (GOHN, 1995, p. 49-50)



Podemos dizer que a Lei de Terras perpetua a escravidão, não de maneira formal, igual à que existiu por tanto tempo em nosso país, que vitimava a população negra, mas sim o cativo da terra, meio de produção universal, que se torna vítima do capital.

A lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1979, p.59)

A destituição da terra, como meio de produção, não é recente no Brasil, ela remonta à chegada e dominação dos portugueses, que vitimou primeiramente as nações indígenas que aqui se encontravam. A constituição de imensos monopólios foi realizada com a apropriação de todas as terras por parte da coroa portuguesa, às custas da morte de milhões de índios, reais proprietários das terras. STEDILE (2005) analisa, a partir dos estudos realizados por Darcy Ribeiro (1997), que a invasão portuguesa “foi uma tragédia humana, um verdadeiro genocídio, até hoje escamoteado sob o falso pretexto de que os portugueses eram mais ‘cordiais’ que os outros colonizadores europeus, que o dominador se mesclou com a população local.” (p. 294) Segue, ainda, alertando para a dizimação dos povos nativos, nos trezentos anos de colonização e trabalho escravo.

... no final do período colonial, havia uma população no país de apenas 5 milhões de pessoas. Mas agora distribuída de outra forma. Os povos indígenas, nativos, foram reduzidos a 1 milhão, 500 mil nativos foram ‘integrados’, 1,5 milhão de trabalhadores escravizados trazidos da África – os negros; 2 milhões de brancos e mestiços, fruto da política do colonizador. ( STEDILE, 2005, p. 294)

Como a coroa<sup>6</sup> sempre deteve o monopólio da terra e as pressões que a emergente burguesia industrial europeia impunha cresciam cada vez mais, as mudanças foram inevitáveis (GUIMARÃES, 1968). A coroa, neste momento de efervescência e abalos de suas estruturas mandatárias, procura acalmar as animosidades através da lei das Sesmarias, distribuindo as terras para quem quisesse e pudesse ocupá-las em toda sua extensão. A instituição das Sesmarias não previa como averiguar se as terras doadas à

---

<sup>6</sup> A família real portuguesa chega ao Brasil em 1808, constituindo no Brasil o regime monárquico.

oligarquia feudal portuguesa seriam realmente cultivadas em toda sua extensão. O que ocorreu, na verdade, foi o contrário, extensões de terras que não eram cultivadas davam ostentação política e econômica (SODRÉ, 1987)

A terra, que antes estava sob domínio indígena e, portanto, de forma comunal, começou, definitivamente, a seguir o rumo de propriedade privada, ainda de forma não tão acabada como hoje. Seu cativo estava sendo preparado de forma bastante expressiva.

Chegamos a 1850 com uma estrutura econômica que concretizava a terra como exclusividade de pouquíssimos, somente a classe que detinha os meios de produção. Foi neste mesmo ano que o golpe definitivo, a efetivação do cativo da terra se concretizou, juridicamente, com lei clara a esse propósito.

Como já afirmamos, a Lei de Terras foi decisiva na transição ao novo modelo, proporcionando juridicamente as bases para a instituição definitiva da propriedade privada da terra. A única forma de aquisição, agora, era através da compra.

Nos artigos 1º e 15º dessa lei, ficam claras as intenções apresentadas de mercadorização da terra, bem como da inviabilização do acesso camponês às terras.

No artigo 1º fica definida a proibição de “ aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.” (LEI DE TERRAS DE 1850, *apud* STEDILE, 2005, p. 285)

O artigo 15º sedimenta a precaução das classes dominantes com relação aos seus direitos sobre a terra, mesmo que camuflada por uma aparente liberdade de compra, por aqueles que possuíssem capital suficiente. Assim, ficava definido que: “Os possuidores de terra de criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contínuas, contanto **que mostrem pelo estado de sua lavoura ou criação que têm os meios necessários para aproveitá-los** [Grifos meu]”. (*Ibidem*, p. 290)

STEDILE (2005) percebe na Lei de Terras, nº 601, de 1850, duas características fundamentais: uma fala da primeira vez em que o país implanta a propriedade privada da terra, “...ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei

normatizou, então, a propriedade privada da terra.” (p. 22-23) Uma segunda característica, não menos importante, dava condição para a existência da relação social de trabalho livre. Juridicamente, qualquer pessoa poderia comprar terras que estivessem em forma de concessão. Porém, havia uma condição, que anunciava a necessidade de capital para comprar quaisquer terras, o que limitava os novos trabalhadores livres, por estarem em completa miséria, sem ter para onde seguir suas vidas, além de venderem suas forças de trabalho para sobreviverem. “Ora, essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para ‘comprar’, pagar pelas terras à coroa.” (STEDILE, 2005 p. 23)

Com outra organização social, estabelecendo novas relações sociais, surgem novos atores que constituiriam a classe trabalhadora ao final do período da escravatura. “ Com a abolição da escravatura, no final do século XIX, e com o crescente avanço do capitalismo europeu, estabeleceu-se o trabalho livre, composto pelos sitiantes, agregados e negros.” (RODRIGO, 2002, p. 18) Os sitiantes eram os pequenos proprietários de terra ou posseiros que mal sobreviviam com estas terras. Os agregados constituíam as pessoas que não moravam em suas terras e trabalhavam para os grandes fazendeiros. E, finalmente, os negros que eram ex-escravos vagavam em busca de trabalho para sobreviver. Estas três figuras compuseram o campesinato daquele período, que ora trabalhava para um, ora trabalhava para outro e, quando havia a oportunidade se apossavam de terras, muito raramente, é verdade.

Conservava-se a separação entre meios de produção dos seus produtores, separação esta que se configurou numa constante na história.

Com a libertação dos escravos, estes rumam para todos os lados em busca de condições suficientes para sobreviver. Grande parte migra para a região norte e nordeste, o que traz problemas ao novo modelo. Era preciso encontrar mão de obra adequada às necessidades de expansão econômica. Dessa forma, surgem os imigrantes europeus em todo o país, vindos com a esperança de serem, aqui, proprietários de terra. Com a promessa de terras excelentes para o plantio, bem como facilidades para aquisição, o governo efetiva a vinda de um número considerável de imigrantes que, por serem pequenos proprietários

em seus países, não possuíam capital suficiente para comprar as terras oferecidas pelo governo. Funcionaram, então, como mão-de-obra a serviço da nova estrutura capitalista.

Esta estrutura imprime novas relações sociais, marcadas, principalmente, pela “liberdade” da nova força de trabalho. Esta liberdade aparente, subsumida pelo capital, torna possível a relação que se consolidaria em forma de assalariamento. Em princípio, esta relação foi mais evidente nas cidades, dado o processo de intensificação das indústrias e, por conseguinte, dos operários, muitos advindos do próprio campo.

A estrutura que se organizava no campo brasileiro destituía, como já vimos, o camponês de seu principal meio de produção, a terra. Esta destituição inaugurava um importante processo ininterrupto de luta pela terra.

O latifúndio tomava força ainda maior com a instauração da propriedade privada da terra, e com sua crescente grilagem<sup>7</sup>. A monocultura foi a grande maneira de cultivação da propriedade latifundiária (RODRIGO, 2002)

As terras devolutas<sup>8</sup> passavam, de forma inescrupulosa e criminosa, à propriedade particular por ação dos grileiros. Segundo FERNANDES (2000) *apud* RODRIGO (2002), “os grileiros eram verdadeiros traficantes de terras, semelhantes aos traficantes de escravos.” (p. 19).

As deflagrações dos conflitos não demoraram a ocorrer, pois as desigualdades sociais no campo desvelavam a estrutura social de classes, antagônicas em sua formação, bem como em seus interesses. A luta por terras é acelerada por injustiças na distribuição desigual de terras e crescente deflagração do latifúndio. Os trabalhadores vagavam pelas terras, deparando-se com a cerca que demarcava o latifúndio, impedido-os assim de trabalharem onde lhes conviesse.

O sentido de injustiça e a consciência de exploração assumem centralidade e os movimentos de luta por terras começam a se organizar com maior propriedade, a partir das experiências anteriores, principalmente através da resistência dos povos indígenas e dos povos negros escravizados.

---

<sup>7</sup> Segundo pesquisa realizada pelo INCRA, em 2002, a respeito das denúncias da irregularidade de terras, decorrentes da grilagem, dos 119.277.186 de hectares inspecionados (100%), 63.243.659 (53,02%) foram considerados irregulares, através da portaria 558/99.

<sup>8</sup> As terras devolutas, são de cuidados do Estado, sendo destinadas, pelo menos segundo a constituição para interesses de Reforma Agrária. “A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.” (BRASIL, 1988, artigo 188).

Cumpra lembrar que a luta por terras em nosso país é antiga e, como já dissemos, remonta a invasão portuguesa às nossas terras. A resistência dos povos indígenas foi bastante apagada por motivos óbvios, já que aquele povo não estava acostumado com a cultura que surgia nos mares brasileiros. Assim como os povos indígenas, os povos negros lutaram muito por seus direitos, que incluíam a terra como objeto e meio de produção de sua subsistência. Os conflitos neste período tiveram repercussões mais significativas e impulsionaram todo um povo a se rebelar e exigir dignidade e equidade nos direitos.

É importante destacar, aqui, que este trabalho aborda apenas os aspectos e situações que foram decisivos na organização política e econômica da classe trabalhadora do campo, os camponeses.

Com as revoltas aflorando contra o regime monárquico, seus componentes são obrigados a se organizarem conforme a situação requeria. É extinta a escravidão, e novos atores sociais surgem no cenário nacional. Os emigrantes europeus, juntam-se à população brasileira e constituem a classe camponesa. (STÉDILE, 2002)

Essa classe, composta principalmente por posseiros, assalariados rurais e sem-terra, começa a ganhar força no cenário nacional, através das insurgências de conflitos que se avolumavam a cada injustiça cometida.

Como maior expressão desse período de movimentação no campo, a Guerra do Contestado, em 1893, apresentou à sociedade o poder de organização e as indignações decorrentes da distribuição desigual das terras. Através do trabalho cooperado, os camponeses mostravam aos latifundiários a possibilidade de produção coletiva, o que colocava em xeque a estrutura latifundista. Logicamente, devido aos riscos de novas insurgências camponesas, o movimento foi totalmente aniquilado pela polícia. (VILLALOBOS, 2000)

Dessa primeira grande manifestação camponesa, surgiram muitas outras, cumprindo destacar algumas dessas lutas, que dão o panorama, mesmo que em linhas gerais, da forma de organização política e econômica que acompanhou os povos camponeses ao longo de sua existência, até os dias atuais.

## 1.1 A ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES

A opção que fazemos aqui, por retratar somente a luta pela terra a partir da década de 1940 se dá principalmente pela importância que este período e as fases seguintes trazem para o fortalecimento do camponês pobre em nosso país.

Com a vinda dos milhares de imigrantes europeus ao Brasil, para servir de mão de obra, a nova classe social campesina passa a constituir uma importante figura na luta pela terra.

A partir de 1945, com a queda do Estado Novo e conseqüente redemocratização do país, começam a surgir manifestações mais sistemáticas, impulsionadas pelos imigrantes europeus, que reivindicavam, naquele momento, melhorias das condições de trabalho, equivalendo às leis trabalhistas feitas para os trabalhadores urbanos.

Somente de 1949 a 1954 conseguimos registrar 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente, nos cafezais paulistas. Essas greves sempre se davam por fazenda e a maior parte delas era por aumento salarial, havendo também algumas que demandavam pagamentos de salários atrasados ou férias remuneradas. (MEDEIROS, 1989, p. 24)

Com o afunilamento das lutas, as reivindicações começam a circunscrever a questão da posse da terra. Na figura dos arrendatários, parceiros e meeiros, a luta que antes era por melhores condições de trabalho, acaba se voltando para manifestações para a permanência nas terras arrendadas, já que os despejos começavam a ser uma arma dos latifundiários.

É também neste período que ressurge, no cenário nacional, o Partido Comunista do Brasil (PCB), com idéias voltadas à sua consolidação como força representativa das massas urbanas e camponesas.

O PCB sempre alertou para a necessidade de se discutir a questão agrária como um dos principais problemas a ser enfrentado pela sociedade brasileira. Sob a insígnia da unidade entre trabalhador urbano e camponês, o PCB procurava unificar a luta entre os desprovidos das condições necessárias de subsistência. (MEDEIROS, 1989)

A partir de organizações, cada vez mais elaboradas, os camponeses começam a realizar encontros que sustentassem as formações políticas de seus integrantes. São

realizados: o I Encontro Nacional dos trabalhadores Agrícolas, entre os dias 06 e 07 de setembro de 1953 em São Paulo e a II Conferência Nacional dos Lavradores.( *op. cit.*)

Basicamente, em ambos os eventos, as reivindicações consolidavam a questão agrária como fator decisivo das modificações da estrutura rural. A discussão sobre a necessária Reforma Agrária assume espaço nacional, dando grande visibilidade à problemática.

Como expressão clara da organização camponesa, diante das novas demandas criadas pela luta por terras entre proprietários e camponeses dos diversos segmentos (arrendatários, parceiros, meeiros, foreiros, assalariados, etc.) são criadas entre os anos de 1945 e 1947, pelos ativistas do PCB, as Ligas Camponesas. (MORAIS, 2002)

Como o PCB foi o principal responsável pela estruturação dos camponeses nesse período, seu papel torna-se central no estabelecimento de uma luta organizada e concisa. Porém, ao ser considerado ilegal no país, o PCB só realizaria suas ações na clandestinidade. Essas restrições influenciariam na organização das Ligas, que perderiam força até o ano de 1954, quando ressurgem com força na organização do camponês. (MORAIS, 2002)

Graças às novas efervescências das lutas em Pernambuco, os camponeses pobres se revoltam com as condições precárias de seu trabalho. O conflito realizado em 1955, nas terras onde se encontrava o Engenho Galiléia, foi decisivo para a reestruturação das Ligas Camponesas. Sob o comando de José Ayres dos Prazeres, a difusão das Ligas caminhou a passos largos. José dos Prazeres foi uma figura expressiva na luta camponesa. Ao se retirar do PCB, iniciou um projeto para expandir as Ligas Camponesas e mobilizar os trabalhadores em torno da organização. Nesse momento as Ligas já não estavam ligadas organicamente ao PCB.

As Ligas Camponesas tiveram importância na unificação das lutas organizadas, mesmo com os diversos problemas que foram surgindo, de ordem interna (disputa pela direção), ou oposições quanto aos encaminhamentos dados às ações.

Como o PCB ainda estava ligado organicamente à organização da luta camponesa, e sua relação com as Ligas não era das melhores, seus dirigentes procuram criar uma organização que tivesse o mesmo peso das Ligas à frente das ações de luta pela terra. Neste sentido surge a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que procurou organizar os trabalhadores rurais do Brasil em torno da problemática da terra.

As formas de atuação das duas organizações possuíam algumas diferenciações: enquanto a ULTAB estava voltada para questões legais das relações trabalhistas, imprimindo ações moderadas, as Ligas procuravam relacionar suas ações à formação da consciência do camponês. (MORAIS, 2002)

Ficava evidente o fortalecimento da organização camponesa contra o latifúndio e suas imposições. O desafio era, então, pautar, através da agenda política do país, a Reforma Agrária como necessidade dos povos camponeses pobres. Para esse objetivo, havia a necessidade de uma organização mais efetiva. Uma possibilidade encontrada, foram os encontros em âmbito estadual e nacional. (Anexo 02)

Foi através desses encontros que, pouco a pouco, a palavra de ordem Reforma Agrária começou a ganhar forças no interior das lutas, sempre entendida como antifeudal e anticapitalista e como condição indispensável para uma revolução de caráter democrático-burguês. (MEDEIROS, 1989, p. 51)

A partir do final da década de 1950 e início de 1960, a intensificação dos conflitos e a ampliação das organizações dos camponeses começam a dar unidade às estratégias de ações. As reivindicações mais particulares e específicas começam a se inserir em esferas mais amplas, que centralizam os problemas.

Com o amadurecimento, as organizações camponesas, em determinado momento, se voltam aos problemas ligados à sociedade de modo geral. O latifundiário passa a ser a figura mais visada, já que a concentração de terras em suas mãos impossibilitava a distribuição igualitária da terra por meio da Reforma Agrária. O conteúdo da Reforma Agrária foi motivo de discussões complexas, principalmente quanto à sua aplicação. O PCB defendia uma Reforma Agrária pautada nas alianças burguesas-democráticas, com auxílio, inclusive, dos latifundiários. Já as Ligas acreditavam que a Reforma Agrária só se efetivaria, de fato, através da extinção do monopólio da terra e sem alianças com a burguesia. O principal responsável pela Reforma Agrária seriam os camponeses. (MORAIS, 2002)

A Reforma Agrária ganha visibilidade e se torna uma bandeira na luta pela terra. Outra bandeira se concretiza nas criações dos sindicatos rurais, através da regulamentação por via da portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962. (MEDEIROS, 1989)



As vitórias dos camponeses não cessaram mais. Em 1963 o congresso aprova o Estatuto do Trabalhador (Lei nº 4214, de 02/03/1963). (MEDEIROS, 1989) Assim eram materializadas as antigas reivindicações trabalhistas, como salário mínimo, licença maternidade, etc. O governo federal cria a Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), um órgão que apontaria as necessidades de reestruturação do campo brasileiro.

Procurando esfriar os ímpetos dos avanços camponeses sobre seus direitos de acesso à terra, através da Reforma Agrária, os grandes proprietários de terras, apresentariam medidas que iriam desde a contratação de jagunços para proteger os latifúndios, até medidas extremistas como assassinatos. O poder político os favoreceu nas disputas jurídicas contra os trabalhadores. A bancada ruralista sempre constituiu uma barreira às aspirações camponesas de quaisquer medidas favoráveis no congresso nacional.

Assim, dialeticamente, a grande burguesia e os latifundiários se organizavam para não permitir o crescimento das manifestações, enquanto os camponeses se organizavam com maior força a cada dia que passava. Em meio às disputas entre camponeses e burguesia rural, os conflitos vão se acirrando, obrigando os trabalhadores a se organizarem e encontrarem novas formas de organização, a fim de pressionar a disputa pela terra.

Essa nova maneira de pressionar os latifundiários e autoridades teve um importante avanço no Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul. Com uma forte organização, os posseiros da região se negavam a sair das terras onde se encontravam há mais de 50 anos. (MEDEIROS, 1989)

O que chama a atenção é que o acampamento marcou o aparecimento de uma forma nova de pressão: não se tratava mais de posseiros resistindo ao despejo, ou foreiros negando-se a pagar maior renda ou sair de terras onde há muito viviam. Eram ofensivas de trabalhadores já expropriados ou semi-expropriados demandando terras ainda não cultivadas, através da pressão direta sobre o estado. (MEDEIROS, 1989, p.680)

Quando chega o ano de 1964, e com ele um período dos mais obscuros da sociedade brasileira, o golpe militar freou bruscamente o avanço das lutas sociais que surgiam no país todo. Trabalhadores do campo e da cidade foram perseguidos. As lideranças dos Movimentos foram obrigados a se exilar em outros países, devido a constantes ameaças de morte. O governo militar, como uma de suas primeiras ações, revogou o decreto que possibilitava a desapropriação das terras devolutas. Preocupados com o atraso no campo e

impulsionados por uma onda de modernização do país, os militares criam uma comissão que, encontraria soluções para os “problemas” do campo brasileiro.

É aprovado o Estatuto da Terra e, com ele, as medidas necessárias para frear definitivamente os avanços na organização dos trabalhadores. O sindicalismo rural desse período sofre profundas alterações, principalmente na maneira como atuava. Transforma-se em sindicatos patronais, voltados somente às questões legais, pautadas no Estatuto do Trabalhador e no estatuto da Terra. Eram raros os sindicatos que se voltavam às questões mais amplas de conscientização e quando estes sindicatos conseguiam avançar no processo de organização dos camponeses, logo sofriam represálias das forças militares.

O medo comandou os conflitos por terra neste período, sendo comandado pela força através de brutais mecanismos de repressão. Mesmo assim, as lutas teimavam em ocorrer, mesmo com toda a violência dos militares.

A década de 1970 foi importante para o (re)fortalecimento do camponês como sujeito da luta pela terra. Começavam a surgir as primeiras falhas do regime militar e os conflitos entre governo e empresários contrários às estatizações, bem como a (re)inserção dos trabalhadores na luta sindical e também em organizações diversas, tecem o pano de fundo responsável por pressões e reestruturações das ações de luta por terras, concedidas pelo regime militar nesse momento.

A modernização do campo, impulsionada pelo regime militar, traz ao cenário uma figura até então coadjuvante na organização social do campo. O assalariado rural toma corpo e ocorre um rápido processo de proletarização do campesinato. A precariedade toma aspectos fundamentais, o que direciona as lutas sociais para a reivindicação de direitos trabalhistas.

Chegamos à década de 1980, com uma configuração bastante complexa. A reorganização da luta ganha força, principalmente através da bandeira em defesa da reforma agrária. O regime militar dá ares de esgotamento, proporcionando maior mobilidade das massas populares.

O processo de (re)organização dá um salto qualitativo e impõe nova dinâmica, novos caminhos a serem seguidos. Greves ressurgem, apresentando as contradições entre capital e trabalho e as precariedades da suposta modernização que acontecia no campo.

Das contradições surgem as condições necessárias às novas ações e organizações dos povos camponeses pobres. Surgem novos atores, vítimas do avanço do capital sobre o campo, expresso na construção de hidrelétricas: os atingidos por barragens.

Desse modo, posseiros, meeiros, foreiros, parceiros, arrendatários, atingidos por barragens, seringueiros, etc., constituiriam a base para a criação do MST, importante Movimento social na luta pela terra.

No próximo Capítulo, discutiremos a formação do MST, bem como sua inserção na luta pela terra e os impactos que esse movimento traz para a atualidade da luta.

Na tentativa de sintetizar as discussões realizadas até o momento, observamos em que cenário surgiram as lutas por terras a partir do final da década de 1940 e início de 1950, apresentando os primeiros passos para que houvesse possibilidades de serem criadas as Ligas Camponesas. Transcorremos os fatos importantes que se sucederam neste período até chegarmos nos finais dos anos 70 e início de 1980, quando o regime militar começa a dar sinais de esgotamento e o movimento camponês reaparece com força no cenário nacional da luta pela terra.

Evidentemente que tratar da história, principalmente das lutas e organizações camponesas, requer ressalvas, para não incorrerem no risco de tratar os fatos através de uma linearidade que não comporta os fatos históricos. No entanto, não é nosso objetivo central a discussão sobre as origens da organização e conflitos pela terra e todas suas nuances, mas, sim, situar este importante período rumo à consolidação definitiva da questão da terra como problema fundamental para a superação das desigualdades sociais em nosso país.

## **1.2 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: DOIS PONTOS DE VISTA**

Não há consenso entre aqueles que pesquisam a transição do modelo escravocrata de produção a um novo modelo. Para alguns, esta transição foi realizada para um modelo de produção feudal, enquanto para outros, esta transição se deu de maneira direta ao modo de produção capitalista.

Do ponto de vista daqueles que defendem a existência da propriedade feudal, comunga Alberto Passos Guimarães (1968). Este autor afirma ter ocorrido um erro ao concluir-se que o Brasil reproduziu os fenômenos ocorridos na sociedade portuguesa.

Em Portugal, com o declínio do regime feudal, surgia uma nova economia, baseada na mercantilização.

Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, em vez de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria, para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas. (GUIMARÃES, 2005, p. 36)

As metrópoles exportavam aos seus países-colônia o que havia de pior política e economicamente, tudo para manter sua dominação. Para GUIMARÃES (2005), não há lógica em acreditar no contrário, que a metrópole levaria o que há de melhor, correndo riscos sobre sua dominação.

Outra questão, favorável à tese defendida por Guimarães, retrata a vontade que senhores feudais tinham para recuperar seus prestígios, abalados pela crise do regime feudal em Portugal. Reviver aqui no Brasil Colônia as regalias que o feudalismo proporcionou seria um motivo eficiente da implementação do regime. Por aqui o regime feudal não atingiu as expectativas, principalmente devido à escassez de mão-de-obra e, também, por revoltas dos índios sob a tentativa de dominação.

Assim, o feudalismo teve que recuar sua ampliação no Brasil Colônia, retornando séculos atrás, para formar um regime já conhecido pela humanidade, o regime escravocrata. GUIMARÃES (2005) é favorável à idéia que estes dois regimes coexistiram no país. “Todas essas características, presentes em nossa atual estrutura latifundiária, são heranças diretas do regime econômico colonial implantado em nosso país logo a seguir ao período da descoberta, ou seja, do feudalismo colonial.” (p. 53)

GORENDER (2002) é um daqueles pesquisadores que defendem a transição direta do modelo escravocrata ao modelo capitalista. Segundo ele, vivíamos, no século XIX e início do século XX, o modelo de produção colonial escravista. Sua tese indica a inexistência da co-propriedade, elemento fundamental de caracterização do feudalismo, onde camponês e senhor feudal dividiam – até certo ponto – os direitos sobre a terra.

Note bem, a propriedade da terra, no Brasil, desde que foi distribuída em sesmarias, no século XVI, pelos colonizadores portugueses, sempre foi uma propriedade alodial, quer dizer, livre de encargos feudais; quem adquiria essa terra, por via das sesmarias, ou depois, de compra, não ficava vassalo de ninguém, não era um homem dependente, não era obrigado a pagar inúmeros tributos feudais que na Europa constituíam o chamado *complexum feudale*. Isso não existiu no Brasil. E a propriedade da terra também, desde o início da colonização brasileira, era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos; já temos exemplos de compra e venda de terra desde o século XVI, o que se multiplicou pelos séculos afora. Ora, trata-se de algo muito diferente do que acontecia com o feudalismo típico da Europa. (GORENDER, 2002, p. 23)

No entanto o autor afasta a idéia amplamente difundida, de que bastou a abolição da escravatura para que em seu lugar surgisse o capitalismo tal qual se apresenta atualmente, disposto de trabalhadores assalariados. O que surge são, sim, trabalhadores livres, porém dependentes de uma série de questões que ainda estavam em construção.

... então, se diz que o colono de café já era um assalariado de tipo capitalista; que o morador daqui do nordeste, que se difundiu do Maranhão até Minas Gerais, também já era um assalariado capitalista, que o parceiro já era explorado à maneira capitalista e se fala, ao meu ver com evidente afastamento da verdade histórica, da racionalidade empresarial capitalista dos fazendeiros de café do Oeste paulista, em particular do chamado Oeste novo. (GORENDER, 2002, p.22)

Ainda sobre a especificidade brasileira, lembra o mesmo autor que a economia escravista era dominada pelo setor mercantil, cuja equivalência no modelo feudal estava baseada na economia do tipo natural.

A diferença marcante entre o modelo escravista-colonial e o modelo feudal é, principalmente, o impedimento da venda dos servos quando estes se encontrassem em suas terras.

Se o escravo era parte da propriedade e podia ser comprado ou vendido em qualquer parte, a qualquer tempo, o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de suas terras. Seu senhor poderia transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava apenas que o servo teria novo senhor; ele próprio porém permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que ao escravo nunca teve. Por pior que fosse o seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra. (HUBERMAN, 1986, p. 07)

Significa afirmar que no Brasil, passado o modelo escravista colonial, embora não se tenha realizado uma revolução democrática de caráter burguês, como nos países de capitalismo dito avançado, passou a predominar um regime de maior liberdade, mesmo que limitada pelas relações de produção capitalistas, imprimindo um regime baseado no

trabalho livre. É importante ressaltar que essa maior liberdade manteve a estrutura da terra intocada.

Com as grandes plantações de café e cana-de-açúcar, havia a necessidade dos fazendeiros contratarem mão de obra, para beneficiar suas terras. Para resolver a questão da demanda da força de trabalho e os objetivos de enriquecimento dos fazendeiros, estes utilizaram a chamada meação, como forma de remuneração da força de trabalho dos trabalhadores do campo, constituindo-os em meeiros dos latifundiários. “Por isso, as remunerações, tanto na fazenda de café como na plantação canavieira do nordeste, não podiam ser logo depois da abolição inteiramente monetarizados; quer dizer, a remuneração do trabalhador não podia ser inteiramente salarial.” (GORENDER, 2002, p. 25)

É justamente na constituição dos primeiros meeiros que GUIMARÃES (1968) se prende, para afirmar que no Brasil existiu o modelo de produção feudal, mesmo que incipiente.

Para defender sua tese, o autor busca as formas como eram efetuados os primeiros pagamentos dos camponeses.

As primeiras formas são as chamadas *pré-capitalistas de renda*. São “... aquelas que encerram forte vínculo extra-econômico de subordinação do cultivador ou do trabalhador, ao dono da terra.” (GUIMARÃES, 1968, p. 193)

Como possíveis materializações destas formas *pré-capitalistas*, o autor considera aquelas que “... obrigam o trabalhador à prestação pessoal de trabalho gratuito (renda – trabalho) ou paga (pelo uso da terra ou pelo uso da força do trabalho, conforme se queira entender) em produtos (renda-produto) e não em dinheiro.” (*Ibidem*, p. 193) Nesta fase, a forma que predomina na relação entre camponês e fazendeiro é, por assim dizer, a meação, em que o camponês paga a terra na qual trabalha.

Houve, ainda, as formas *semi-capitalistas de renda*, entendidas como “... aquelas em que o cultivador goza de mais liberdade do que nos *pré-capitalistas*, pois é livre de pagar o aluguel da terra, como foreiro, rendeiro ou arrendatário, com certa quantia em dinheiro (renda-dinheiro ou renda-monetária), mas não está livre de outras imposições do dono da terra, acerca do plantio, da venda da colheita, etc.” (GUIMARÃES, 1968, p. 194)

Aqui não havia possibilidades de decisões, a autonomia era ainda parcial. Este camponês, portanto, recebia salário, mas se encontrava subordinado às determinações do fazendeiro.

GUIMARÃES (1968) defendia que a renda tipicamente capitalista deveria gozar de extrema liberdade. Seu assalariado disporia de “liberdade” para vender, no mercado, sua mercadoria, a força de trabalho, embora se tratasse de um mercado bastante restrito, para não dizer monopolizado.

Deste debate, podemos depreender que as relações sociais de produção caminham, no Brasil, de forma nem sempre linear, da escravidão ao assalariamento tipicamente capitalista passando pelo feudalismo. É evidente que as peculiaridades existem e que a regionalidade pode influenciar nesta fixação de renda. Neste texto, não era objetivo priorizar as especificidades, restando-nos as generalizações que, de certa forma, representam o conjunto das modificações das relações sociais de produção, acompanhadas pela passagem do modelo de produção escravocrata ao modelo de produção feudal, ao modelo de produção capitalista e suas diversas formas de materialização no campo brasileiro. O latifúndio surge como fator que contribui, de forma determinante, para o atraso econômico imposto ao Brasil.

A polêmica teórica sobre a feudalidade, ou não, no Brasil não se constitui em objeto fundamental da nossa análise. Todavia, as formulações apresentadas por GUIMARÃES (1968) parecem mais consistentes, do ponto de vista tanto das explicações quanto da defesa da necessidade de se romper com a atual estrutura fundiária brasileira centrada no latifúndio.

Os latifundiários ainda persistem enquanto classe social, dominando, segundo dados do INCRA, 44 % das terras agricultáveis no Brasil. Ao dominarem as terras exercem grandes influências no poder político central da vida brasileira, nos estados e, principalmente, nos municípios pequenos onde o “mandonismo” da política local está, em grande parte, controlado por esses latifundiários, como forma de herança do coronelismo que reinou, e ainda não foi apagado, no sistema político em nosso país. O coronelismo é tomado por GUIMARÃES (1968) como uma categoria que expressa semelhanças com as estruturas de poder do modo de produção feudal europeu, precisamente, de Portugal, do

qual “os elementos mais regressivos” teriam transplantados elementos da feudalidade para a Colônia.

### 1.3 A CONSTITUIÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL

A terra é o lugar de que o ser humano retira sua subsistência. Além disso, é o local que independe da ação humana para se concretizar. Isto significa que a terra, a princípio, não deveria se constituir em propriedade particular, já que faz parte da constituição histórica do ser humano. É local de realização humana e, ao mesmo tempo, de constituição, já que provê, através da natureza, os alimentos e meios que independem da ação humana.

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalhos, fornecidos pela natureza. (MARX, 2001, p. 212)

A terra é, de igual forma, meio de trabalho, ao ser transformada pelo homem de acordo com o desenvolvimento da força de trabalho. A terra é o celeiro do trabalhador do campo, é ela que fornece o local de seu trabalho.

A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado de força de trabalho. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalhos já elaborados (...) Neste sentido, a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona ao processo que ele desenvolve o campo de operações (*fiel of employment*). (*Ibidem*, p. 214)

Assim, a terra se apresenta como objeto e meio universal de trabalho, constituindo o que MARX (2001) denominou “meios de produção”. Nessa perspectiva, o processo de trabalho é realizado para criar valores-de-uso, necessários somente às necessidades humanas. No capitalismo, os meios de produção sob a condição de propriedade privada, imprimem à terra outra função, diversa daquela apontada por MARX (2001). Aqui, o capitalista se prevalece da condição de proprietário dos meios de produção e vai ao mercado em busca da mercadoria capaz de produzir mais-valia. Logo, aquele trabalhador que estabelecia seu trabalho sobre a terra, em condições de produtor de valores-de-uso,



agora se vê obrigado a consumir sua força de trabalho em favor do capitalista. “Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com seu trabalho.” (MARX, 2001, p. 218).

Assim, o trabalhador trabalha para o capitalista e não mais para si mesmo, não mais para gerar sua subsistência, mas sim para gerar mais-valia.

Num país de capitalismo dominado pelo imperialismo como o Brasil, que apresenta excelentes condições geológicas e climáticas, a terra, como base das forças produtivas, se constitui em fator de condições e de qualidade de vida, desde que o seu uso esteja voltado para a produção segundo as necessidades humanas. Como no capitalismo a produção é determinada pelo mercado, a produção da terra, que ao longo da existência humana gerou alimentos, pode gerar a fome. A democratização da terra, ou a sua completa socialização implica numa revolução agrária, pautada na propriedade comum dos meios de produção.

De maneira geral, ao considerarmos a constituição do latifúndio como expressão do monopólio privado da terra, não somente no Brasil, obrigatoriamente temos que apreender como ocorreu o processo de apropriação colonizadora das terras aqui encontradas. Isso nos faz perceber as relações da criação do latifúndio com todas as contradições que se apresentam, seja no período capitalista, ou pré-capitalista, na grande maioria dos países.

Nos países onde o modelo de produção feudal foi evidente, suas bases de produção são incorporadas às bases capitalistas e ocorre uma crescente dependência da agricultura à indústria, que culminou na derrocada do feudalismo e consolidação do capitalismo nos países em que ocorreram as revoluções burguesas. No Brasil, no entanto, há um percurso diferenciado, pois a grande propriedade da terra - sob a forma de plantagem<sup>9</sup> ou sob o atual agronegócio - tem a sua produção voltada principalmente para o mercado externo, impulsionando o capitalismo nos países em que ele já é considerado avançado e mantendo-o atrasado em nosso país. A existência do latifúndio exprime, dessa forma, a natureza do capitalismo atrasado no Brasil. A base material da sua existência, calcada na grande extensão territorial, está presa ao modelo de colonização das capitânicas hereditárias e das sesmarias.

---

<sup>9</sup> Como plantagem, GORENDER (2002), aplica um neologismo a palavra *plantation*. Plantagem era segundo ele” ... um estabelecimento mercantil especializado, juntamente com o latifúndio pecuário de caráter pré-capitalista, [e que] dominou a formação social do Brasil pós-escravista ...” (p. 23)

Este modelo de colonização primava pelos interesses da Metrópole portuguesa. Tais interesses não foram imediatos ao “descobrimento” do Brasil Colônia, como muitos podem pensar. Era um momento importante para Portugal, com os negócios mercantis em alta, e as especiarias das “Índias” dando uma boa rentabilidade. O Novo Mundo ainda não chamava atenção, dadas as incertezas que causavam estas terras. No entanto, como em Portugal as dificuldades aumentavam ano a ano, principalmente por tensões provocadas entre a classe feudal e a classe emergente dos mercadores e burgueses, a solução tomada foi enviar expedições ao Brasil para avaliar as reais condições de tão vastas terras. As duas grandes linhas da política do reino, ora a facilitar as expansões do comércio marítimo, ora a ceder à influencia da nobreza feudal, refletiam os interesses fundamentais de duas classes econômica e ideologicamente poderosas. (GUIMARÃES, 1968)

Com as pressões aumentando, a corte é obrigada a manter uma relação diplomática para apaziguar possíveis conflitos. A classe feudal, já desprestigiada em seu país, vê na colônia oportunidade única de recuperar seu poderio enquanto classe. É quando se instala o regime de Sesmarias. “ A legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos que se acentuava à medida que se descompunha a economia feudal, na razão do crescimento das atividades dos centros urbanos. Era, em sua interferência na propriedade agrária, uma tímida restrição ao Direito feudal, embora, bem se possa avaliar, muito difícil de ser praticada.” (GUIMARÃES, 1968, p. 43)

Para a Metrópole ainda não eram evidentes as vantagens de iniciar, de maneira mais ostensiva, a colonização. Porém, quando surgem condições materiais de produção do açúcar as coisas começam a mudar. Logo, este produto gera interesses em todo o mundo, tornando-se lucrativo seu cultivo.

Portugal envia ao Brasil-Colônia um responsável por todos os negócios da coroa, dando-lhe amplos poderes para repartir as terras em sesmarias e engenhos.(GUIMARÃES, 1968)

Começa aí um longo processo de constituição do grande latifúndio no Brasil que traz conseqüências até hoje, como referimos anteriormente, principalmente conseqüências de um modelo de capitalismo dependente e atrasado desde sua constituição, sendo sempre referendado pelos países centrais de capitalismo central.

Era permitida a concessão de Sesmarias àqueles senhores que detinham capital para investir nas terras. As concessões não tinham limites fixados, causando, posteriormente, à Metrópole sérios problemas, pois os grandes latifúndios não poderiam ser totalmente cultivados, dados seus tamanhos. Mas, naquela época, era importante que as terras fossem cultivadas para rentabilizar a corte, bem como para aliviar o número de pessoas sem local para produzir sua alimentação. Nesses percalços causados pela grande quantidade de latifúndios provenientes das concessões das Sesmarias, começam a surgir os arrendamentos, pois as terras não eram ocupadas e o grande proprietário via nesta ação a oportunidade de lucrar com terras que não estavam sendo usadas. “Foram esses contingentes de posseiros ou intrusos, como passavam a ser chamados, que apressaram a decadência da instituição das sesmarias, obrigando as autoridades do Brasil Colonial a tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária.” (GUIMARÃES, 1968, p. 57)

Começam a surgir as bases para a instauração definitiva da propriedade capitalista, não sendo mais possível coexistirem outros modelos de propriedade e produção, graças ao avanço que estava sendo impresso no restante do mundo.

Ao avançar a indústria capitalista há, paralelamente, o avanço da produção de mercadorias. A divisão entre campo e cidade se torna mais evidente ainda e, com isso, o campo carrega o estigma de atrasado, ficando em local afastado dos centros urbanos, sem contar no crescente processo de “latifundiáriaização” – se me permitirem este neologismo.

As contradições são inevitáveis – e ainda mais evidentes – mas sob a aparente liberdade que o camponês gozaria agora, sem depender de qualquer relação de trabalho. O latifúndio, aos moldes capitalistas, continua a deflagrar a luta de classes, apoiada em antagonismos irreversíveis sob a égide do capital.

Em todo o Brasil o latifúndio impulsiona as desigualdades sociais no campo, aumentando a concentração de terras nas mãos da burguesia rural.

O latifúndio persiste e, com ele, as relações sociais de base feudal ou semi-feudal calcadas na exploração do camponês de forma degradante. Aberto Guimarães já descrevia em 1968 a persistência do latifúndio, principalmente por conseguir manter a base material da concentração da renda fundiária.

O monopólio de mais de cinquenta por cento da propriedade e da exploração da terra é a base de seu poder extra-econômico: dá-lhe a faculdade de manter, sob coação, as relações de trabalho arcaicas e em decorrência, o nível extremamente baixo dos salários agrícolas; possibilita-lhe sustentar os elevados preços da terra e do arrendamento agrícola e, em decorrência, o limitado número das propriedades e das explorações camponesas, das propriedades e das explorações capitalistas. (GUIMARÃES, 1968, p.203)

Atualmente, mesmo com a pequena desconcentração do grande latifúndio (Tabela 02; Tabela 03), devido ao crescente número de ocupações, se compararmos o período entre 1992 a 2003, ainda assim o latifúndio representa a expressiva maioria da área total dos imóveis rurais brasileiros. “Com a movimentação entre os extratos de área é possível afirmar que a concentração da estrutura fundiária persiste; e é possível dizer que houve uma leve desconcentração da estrutura fundiária, mesmo com o aumento colossal de noventa milhões de hectares.” (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 78)

**Tabela 02 – Estrutura Fundiária brasileira - 1992**

<b>Estratos de área total em ha</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos Imóveis</b>	<b>Área total em ha</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média</b>
Até 10	995.916	32,0	4.625.909	1,4	4,6
De 10 a 25	841.963	27,0	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a 50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a 100	336.368	10,8	23.391.447	7,0	69,6
De 100 a 500	342.173	11,0	70.749.965	21,4	206,9
De 500 a 1000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1000 a 2000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414,0
Mais de 2000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
<b>Total</b>	<b>3.114.898</b>	<b>100</b>	<b>331.364.059</b>	<b>100</b>	<b>106,4</b>

Fonte: Fernandes e Molina (2004)

**Tabela 03 – Estrutura Fundiária brasileira - 2003**

<b>Estratos de área total em ha</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos Imóveis</b>	<b>Área total em ha</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média</b>
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2

De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
<b>Total</b>	<b>4.238.387</b>	<b>100</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100</b>	<b>99,2</b>

Fonte: Fernandes e Molina (2004)

Através dos dados expostos, podemos depreender a resistência da propriedade latifundiária, que traz prejuízos à economia de qualquer país, mas que, no entanto, tem forte influência ainda no campo brasileiro. Isso se não falarmos dos prejuízos individuais, claramente perceptível no camponês pobre que é vítima, não podendo sequer realizar suas necessidades de produção social da vida, restando sua força política para organizar as necessárias transformações na malha social camponesa.

### 1.3.1 O Latifúndio como expressão das desigualdades

Em países cuja estrutura agrária está cunhada sobre o binômio latifúndio *versus* minifúndio, fica evidente a demarcação de que as distinções apresentadas estão baseadas na estrutura de classes.

Esse binômio traz conseqüências à produtividade da terra, bem como à organização do trabalho agrícola. Enquanto o latifúndio se utiliza da produção extensiva da terra, o minifúndio estabelece sua produção de maneira intensiva, representando, aí, uma clara distinção sobre a função que a terra ocupa para ambos os estabelecimentos. Para o primeiro, a terra serve somente se estiver em larga extensão, o que implica numa série de problemas, principalmente a péssima distribuição das terras, tanto no Brasil como no Paraná. Já o minifúndio, utiliza a terra com maior intensidade, pois necessita retirar deste pequeno pedaço de terra os subsídios necessários à alimentação, à sobrevivência. Aí está, talvez, a grande diferença entre estes dois estabelecimentos, sua utilização, sua finalidade.

A utilização da terra tece como pano de fundo uma certa tipificação do latifúndio que se apresenta com finalidades determinadas, seja tanto para a especulação como para a espera de melhores condições geo-econômicas da região, ou ainda para produção inócua de produtos simplesmente para que não se configure como propriedade improdutiva. Os

proprietários destes latifúndios muitas vezes não vivem na propriedade, visitando esporadicamente o local. Encontram-se nas cidades e vão somente às terras para confirmar a “ordem” da propriedade.

Segundo SOARES (1976), o latifúndio tem preferência para assentar-se em determinadas localidades, para que suas oportunidades de gerar lucro sejam maiores. As primeiras destas áreas são aquelas cujo contingente habitacional é ainda pequeno. São terras de reserva, que em sua maioria esperam valorização. Terras com tais características são, quase sempre, propriedades públicas, cedidas ao fazendeiro que se beneficia de tal “doação”. A segunda área está à espera de melhorias técnicas, através de moradias e/ou estradas/rodovias que também trarão uma maior valorização. A última das áreas, seriam locais próximos às cidades que, ao avançar latifúndio adentro, trariam lucro ao latifundiário, através de indenização maiores daquelas que realmente seriam corretas.

o predomínio da função especulativa e a utilização da terra como bem de inversão e não como bem de produção não excluem a existência de funções produtivas secundárias. Nas áreas de expansão e nas de provável beneficiamento por obras de infra-estrutura, é freqüente encontrar uma pequena pecuária extensiva, às vezes em combinação com forma de apropriação parcial do produto do trabalho de alguns moradores (...) O modo de aquisição dessas terras e a composição social dos seus proprietários são excelentes indicadores da distribuição do poder no país. (SOARES, 1976, p. 64)

O latifúndio é um estabelecimento que dificulta, em muito, a ampliação de trabalhadores na terra, já que se vale de um reduzido número de pessoas necessárias ao trabalho, em conformidade à formação da massa de miseráveis que compõem o exército de reserva.

Deveria ser regra que estes trabalhadores estivessem utilizando a terra como meio de produção universal, organizando-se em propriedades suficientes para a produção material e espiritual das necessidades humanas. A propriedade familiar possui uma dinâmica que impulsiona o setor produtivo, principalmente por trazer um número bem maior de trabalhadores para as terras, vinculando-os diretamente com a produção da sua subsistência, efetivando a função social da terra sem a intervenção direta do capital no equacionamento de preço ou exploração do trabalho humano. É verdade que algumas destas propriedades não são suficientes aos camponeses, obrigando-os a realizarem outras atividades, inclusive nas cidades, sendo que, para isso, necessitam migrar para os centros urbanos.

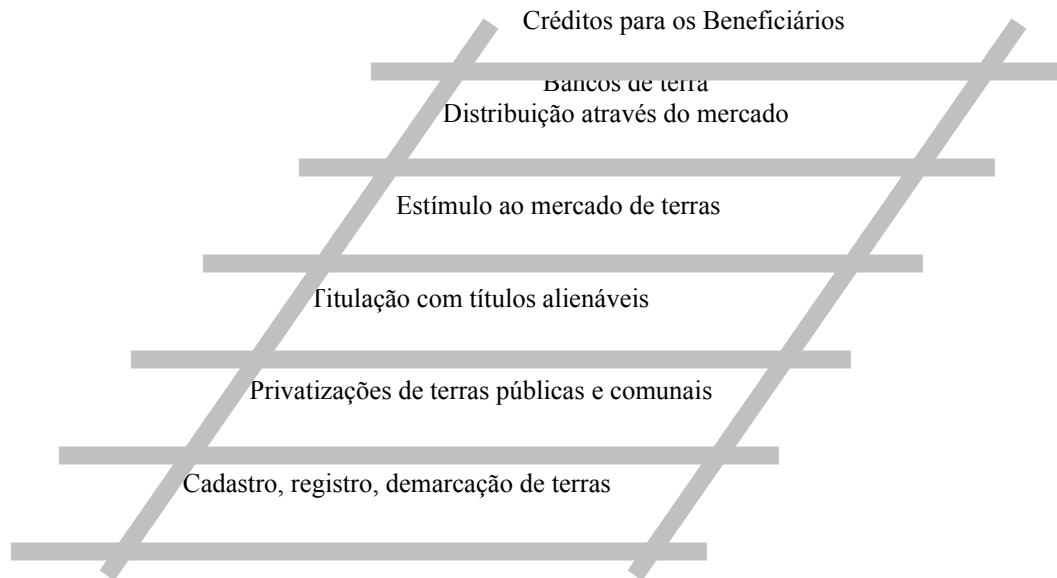
Não são poucas as conseqüências da instauração do latifúndio. O desemprego, a pobreza, o contraste de desigualdades e a migração para as cidades são problemas que só serão resolvidos com o desenvolvimento de um projeto agrário condizente com os valores socialistas, tendo como principal inimigo a propriedade privada dos meios de produção.

O Estado, ao invés de inaugurar uma proposta de distribuição eqüitativa de terras, limita-se a realizar a Reforma Agrária pautando-se nas exigências do mercado e não dos trabalhadores.

Por intermédio principalmente do Banco Mundial, o capital investe em políticas que reconfiguram a Reforma Agrária, que assume a face de uma Reforma Agrária de mercado, contrapondo-se à Reforma Agrária que é objeto das lutas dos movimentos sociais do campo. Com o intuito de ampliar as privatizações, bem como de “resolver” os problemas de desapropriações (cada vez mais freqüentes, devido à disputa entre latifundiários e trabalhadores sem-terra) o Banco Mundial pretende, através de pacotes estratégicos para a terra, refinar e reestruturar as bases da Reforma Agrária, desmobilizando os movimentos sociais de luta pela terra e interferindo até nas políticas utilizadas na reestruturação do campo no Brasil e também nos países periféricos. O Banco implementa a política de “mercado de terras”, cabendo ao Estado o dever de financiar programas de venda de terras, cuja origem e desenvolvimento já não interessam mais ao capitalista latifundiário. Desta forma instalam-se condições que permitem ao trabalhador sem-terra, estimulado por propagandas ideológicas de arrefecimento das lutas sociais, a imergirem em financiamentos que atendam às necessidades destes desesperados por uma porção de terra de que possam retirar suas sobrevivências. O problema é que estas políticas de financiamento, propostas pelo Banco Mundial, estão voltadas a atender aos fazendeiros com a compra de terras em que o rendimento é ínfimo. Assim, os fazendeiros proprietários de grandes áreas, com esta característica de baixos rendimentos, mostram-se favoráveis à venda de suas terras, chegando algumas vezes a organizar as condições necessárias ao negócio.

O Banco Mundial, segundo ROSSET (2004), dispõe de uma seqüência de políticas que se apresentam na forma de projetos administrativos da terra. Este autor faz comparação destas políticas a uma escada, cujos degraus são de maneira seqüencial, as providências tomadas para efetivar as políticas de implementação de uma reforma de mercado. (Fig. 01)

Figura 01: ESCADA DE REFORMAS



Fonte: ROSSET (2004, p.18)

O primeiro degrau inicia um levantamento de terras. “ O Banco quer que os países iniciem com esse degrau, pois sua principal meta é criar o que denomina ‘funcionamento do mercado de terras’, ou mercados para compra e venda de terras”. (ROSSET, 2004, p. 18) O Banco afirma, através de seus economistas, que se não houver pessoas inseridas no mercado, com condições para comprar e vender terra e se não for assegurada a propriedade da terra aos investidores, não há como se terem investimentos no meio rural. Neste sentido, o Banco acredita que, organizando e demarcando os problemas de administração da terra, haverá a criação de novos mercados.

Subindo os degraus de ações, as privatizações de terras públicas e comunais contribuem para a ampliação de terras destinadas à comercialização. Como estas políticas visam à ampliação e fortalecimento do capital, o próximo degrau na escalada rumo às reformas do Banco Mundial é a condição imposta aos trabalhadores quanto às terras por eles adquiridas. Estas terras devem possuir as titulações alienáveis, ou seja, caso o trabalhador não consiga pagar as dívidas, suas terras servirão como forma de pagamento.

O trabalhador não possui condições para autogerir suas terras, devido aos baixos recursos financeiros concedidos, e também não participa com iguais condições na



competição junto aos capitalistas. O resultado é a transferência das terras adquiridas pelos trabalhadores aos fazendeiros. Esta “transferência” impulsiona o próximo degrau, em que o principal objetivo é estimular justamente este mercado de terras.

Este estímulo leva os trabalhadores a se inserirem num complexo e elevado esquema de juros, sem, porém, perceberem o verdadeiro interesse, o de atender às demandas latifundiárias. O estímulo deste mercado de terras é incentivado, portanto, por crédito assistido ao trabalhador do campo. Os mecanismos de crédito surgem como próximo passo das políticas do Banco Mundial, oferecendo ao sem-terra a possibilidade de compra de um pedaço de terra. Este mecanismo favorece o latifundiário, que vende terras de pouca qualidade, a preços bem acima do seu real valor.

Assim, os sem-terra

... contraem uma dívida para comprar um pedaço que um agricultor rico está disposto a vender. Logo há um problema, porque normalmente os grandes proprietários possuem terras boas e terras ruins. Eles têm alguns terrenos muito férteis, com amplo acesso à água para irrigação, próximos aos mercados, mas possuem outros terrenos em encostas íngremes, às margens de desertos, no meio de uma floresta tropical, em um pântano, sem acesso aos mercados. Talvez essas propriedades estejam à venda há vinte anos, mas ninguém as compraria. Mas agora, com o programa de crédito do Banco Mundial, os sem-terra geralmente são orientados a adquirir a propriedade superavaliada. ( ROSSET, 2004, p. 22)

O último degrau de providências apresenta um esquema de créditos para a “inovação” da produção. Veicula-se a possibilidade de cultivar outras formas de produção, sem tradição no lugar, com a finalidade de desestabilizar o agricultor, tornando sua produção extremamente instável, à mercê das flutuações do mercado.

O conteúdo da Reforma Agrária não é novo e muitas discussões convergem para a necessidade de repensá-la, principalmente os trabalhadores que estão distantes de terem acesso livre à terra.

É central nas discussões sobre Reforma Agrária a (im)possibilidade de acesso livre, por parte dos trabalhadores, à terra como objeto de trabalho livre da propriedade privada capitalista.

Sob tal propriedade, não restam muitas alternativas ao trabalhador que se encontra destituído de qualquer meio de produção, inclusive a terra.

É nesses termos que se propõe, no momento, o problema da Reforma Agrária, que tem assim suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detêm o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seus meios de subsistência. (PRADO Jr., 2005, p. 80)

A Reforma Agrária é, atualmente, um mecanismo que, ao nosso ver, não atende à demanda criada por camponeses com cada vez menos condições de produzir socialmente suas necessidades imediatas. Na constituição brasileira de 1988, a lei define que as terras sujeitas à desapropriação serão aquelas consideradas improdutivas, competindo à União a desapropriação: “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo função social, mediante pré justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatar e prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, utilização será definida em lei.” (BRASIL, 1988)

Por definição, a mesma constituição confere significado as terras produtivas:

Art. 6º - Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra e de eficiência na exploração segundo índices fixados pelo órgão federal competente.  
Parágrafo 1º - O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. (BRASIL, 1988)

A lei ainda revela quais terras seriam suscetíveis à desapropriação, considerando o descumprimento da utilização da terra de acordo com sua função social:

Art. 9º - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta Lei, os seguintes requisitos:  
I - aproveitamento racional e adequado;  
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;  
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;  
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Limitar a Reforma Agrária apenas àquelas propriedades determinadas como improdutivas, significa, ainda, impor à terra um preço que não possui. Mensurar quão produtiva é uma terra é a mesma coisa que mascarar os desmandos coronelistas ainda reinantes no grande latifúndio em nosso país. Mensurar as condições produtivas de uma determinada propriedade, torna-se bastante duvidoso, se nos referimos aos regalos que os

grandes proprietários de terras obtiveram desde a vinda dos colonizadores ao Brasil. Esta medida favorece somente ao proprietário das terras, já que comprovar o cultivo de seu estabelecimento torna-se demasiadamente subjetivo. Mesmo que, na constituição, apareçam os possíveis cálculos realizados para a desapropriação de um latifúndio, sabemos que ainda assim é impossível quantificar o quanto uma terra produz, em termos matemáticos de cálculo, como propõe a lei. Reforçamos as condições da terra como objeto e meio de produção universais, impossíveis de serem mensurados como o Estado capitalista o quer realizar.

Neste sentido, é preciso que ocorra no campo e no conjunto das forças produtivas brasileiras uma verdadeira revolução, com bases voltadas à extinção de qualquer propriedade privada dos meios de produção, inclusive a terra. Isso conferirá ao camponês a possibilidade de produzir seu alimento livremente, de acordo com suas necessidades estabelecidas socialmente.

No entanto, as condições para que ocorra uma revolução social são bem claras e a história nos mostra isso. Deve haver uma incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, determinadas pelo modelo vigente. Ou seja, não será mais suportável a relação de trabalho, causando um impasse às novas exigências criadas pelo desenvolvimento tecnológico. O capital não se sustentará sob suas bases de exploração e expansão da acumulação, mesmo que tenha encontrado inúmeros corretivos para muitos de seus problemas, onde ninguém acreditaria que encontrasse, como bem nos lembra MÉSZÁROS (2002) sobre os imperativos corretivos do capital, e sua inerente contradição. Foi assim quando o desenvolvimento da produção de mercadorias insere a classe burguesa em cena, em lugar da classe senhorial. No Brasil, por exemplo, as relações sociais baseadas no escravismo, já não suportavam o desenvolvimento causado pela grande produção que acometia alguns locais. A baixa produtividade, comparada ao modelo de produção emergente, empurra o modo de produção escravocrata à inviabilidade. Surgem em seu lugar, as relações sociais de produção capitalista, mesmo que incipientes à época, manifestando claras semelhanças com as relações servis de produção da feudalidade.

As contradições que surgem aos nossos olhos, calcadas principalmente na impossibilidade do ser humano produzir sua vida, em detrimento a tanta tecnologia desenvolvida que poderia viabilizar a vida de todos os seres humanos da sociedade, são

impressas nas desigualdades da concentração fundiária em nosso país. A persistência do latifúndio, bem como as desigualdades por ele geradas são produto do que apresentamos logo acima, chamado por MÉSZÁROS (2002) da incontrollabilidade do capital. Essas contradições atingem toda a sociedade, inclusive as diversas regiões do nosso país.

Acreditamos ser importante tratar especificamente dessas contradições e desigualdades geradas pelo capital, expressas através do latifúndio também no Paraná, para que possamos compreender o cenário de luta pela terra.

#### **1.4 AS CONTRADIÇÕES DA COMPOSIÇÃO AGRÁRIA PARANAENSE**

O Estado do Paraná, assim como todo o restante do país, traz em sua história um processo de colonização marcado por dois discursos: o oficial, contado pelas empresas colonizadoras e pelo Estado; e o dos trabalhadores, na maioria das vezes esquecido.

O processo de colonizar é, “(...) em suas múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas e ideológicas), percebido enquanto uma expressão da atividade de determinados grupos, classes e forças sociais: tais agentes são o Estado, as classes sociais dominantes (capitalistas e proprietários rurais) e os camponeses” (SANTOS, 1989, p. 105, *apud* HARACENKO 2002, p. 55).

A colonização sempre esteve à mercê do Estado, acompanhando estratégias de expansão do capital sobre os novos territórios. O Estado utilizou termos como vazio demográfico, aliado a termos como vazio social, esquecendo-se de que estes locais não estavam tão vazios quanto afirmavam, já que estavam ocupados por diversas tribos indígenas e populações que viviam da terra como forma de seu sustento.

As empresas colonizadoras que chegavam nas terras implantavam suas regras de organização da vida social, ditando maneiras de se relacionar e de tratar a terra para o plantio. Tinham como objetivo afastar os moradores originais da região, do seu ambiente ecológico.

Quando desvinculamos a história de ocupação do território paranaense da história oficial da colonização, temos condições de verificar a constituição de grandes propriedades latifundiárias e a violência. Com respeito à constituição de grandes propriedades latifundiárias, podemos observar atualmente (Janeiro de 2006) como tem se apresentado o processo de concentração fundiária no estado do Paraná. Neste sentido, constatamos que o

número de propriedades classificadas como grandes, leia-se latifúndio, tanto produtivas ou improdutivas, representa 1,852% do total das propriedades cadastradas no INCRA abrangendo 25,60 da quantidade de área total (Tabela 04)

**Tabela 04: Concentração Fundiária no estado do Paraná - 2006**

<b>Classificação Fundiária</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Quantidade de área total</b>
Grande	221	305624,2
Grande propriedade produtiva	5937	4220949,86
Grande Propriedade Improdutiva	2990	2183030,05
Média	35	7335,6
Média propriedade produtiva	17796	2433181,27
Média propriedade Improdutiva	12662	1637071,21
Minifúndio	295290	2539219,41
Não Classificada	7668	308264,59
Não Classificada Art. 7º Lei 8629/93	8	103550,8
Pequena Propriedade	23879	658504,713
Pequena Propriedade produtiva	65864	2127370,21
Pequena Propriedade Improdutiva	61483	2012566,8
<b>TOTAL</b>	<b>493833</b>	<b>18536668,713</b>

**Fonte: Relatório Consolidado por Estado e Superintendência do Incra do Paraná**

O tamanho da propriedade constituída na “classificação fundiária”, apresentada na tabela 04, tem por base a definição estabelecida pelo Incra que classifica: **Minifúndio:** o imóvel com área inferior a 1 (um) módulo fiscal<sup>10</sup>; **Pequena propriedade:** o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média propriedade:** o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande propriedade:** o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

<sup>10</sup> Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no município;
- renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada;
- conceito de propriedade familiar.

Os dados representam as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista, que procura subsidiar o agronegócio como expressão única da produção no campo, através da continuidade do latifúndio e conseqüentemente das relações de semi-feudalidade, tão arraigadas no campo. A expressão dos números inseridos na tabela 04 possui por trás, uma história bastante dura escrita, quase sempre, através dos dominantes, que por sua vez, não representa a história real, aquela que denuncia o coronelismo, as formas desumanas com que os povos camponeses foram tratados desde a invasão portuguesa, continuando ainda hoje, em grande parte do Brasil. Povos que lutam por sobrevivência, lutam para ter o que por à mesa para suas famílias comerem. É do latifúndio a grande responsabilidade do atraso que o campo é acometido, já que trava a distribuição de trabalho e, principalmente, nega o objeto universal de trabalho do ser humano, a terra.

Já a violência torna-se importante elemento que nos dá condição de ver as impunidades realizadas desde os primórdios da constituição do latifúndio no Brasil. A ocupação do espaço paranaense, tal como se configura hoje, é resultado da impiedosa dos colonizadores sobre os índios que aqui se encontravam instalados.

Estas ações iam desde publicações de decretos e cartas que estabeleciam a perseguição e capturação de índios para se tornarem escravos, até, e contraditoriamente, leis humanitárias, que proibiam a perseguição indiscriminada dos índios sob o território nacional.

RODRIGO (2002), tece inúmeros fatores significativos na disputa entre índios e colonizadores do território paranaense. Aqui, apresentaremos dois que sintetizam de forma significativa os conflitos em seus contrastes, estabelecidos a sorte por parte demandatória dos colonizadores, restando ao índio os lampejos de benevolência da coroa, ou para apaziguar os conflitos ou para ceder às diversas pressões, procurando acalmar as inúmeras críticas pelo cativo realizado ao povo indígena. São eles:

- Em 13 de maio de 1808, D. João VI, Príncipe regente, em carta Régia aos governos das Minas Gerais e São Paulo, solicita ‘o estabelecimento de regime de perseguição *odiosa* [grifo meu] e bárbara ao índio brasileiro, com a oficialização do ataque pelas forças legais, além de instituir a escravidão do índio por quinze anos’. Era autorizada legal a dizimação quase total do índio do Paraná, por bandeiras altamente punitivas.
- A lei humanitária, de 27 de outubro de 1831, promulgada pelo imperador D. Pedro I, do Brasil, revoga a Carta régia de 1808, abolindo a servidão do índio, considerando-o órfão. O sexto artigo da Lei diz que ‘... os juízes de Paz, nos seus distritos, vigiarão e acorrerão aos abusos contra a liberdade dos índios.

O índio que habita o território paranaense não é exclusivo desta região, por isso não é correto falar dos índios do Paraná, mas sim dos índios no Paraná. A forma com que os índios tratam o povoamento territorial é diferente, apresentando elementos da cultura própria de seu povo, que implica em outra forma de distribuição populacional que não segue aquela que estamos acostumados, a divisão fronteiriça em estados nacionais. (TOMMASINO, 2000)

Muitos dos povos que viviam na região onde é hoje o Estado do Paraná não permanecem em seu local de origem, graças às intervenções das reduções jesuíticas, bem como ações dos paulistas que vinham em busca de escravos para trabalharem nas mais diversas atividades. “... os **Tupis**, que habitavam o litoral e eram conhecidos como **Carijós** ou **Cários**, foram levados como escravos para São Paulo ou foram exterminados. Os **Guaranis** que vivem hoje no litoral paranaense são os **Guarani Mbyá**, provenientes de outros estados, do Paraguai e da Argentina nos últimos séculos” (TOMMASINO, 2000, p. 110)

Habitam ou habitaram o Paraná uma diversidade de povos indígenas. A seguir apresentaremos, de forma condensada, a identificação dos principais grupos indígenas, sem nos prender em características muito aprofundadas de cada grupo, pois essa tarefa extrapolaria os limites desta pesquisa.

Segundo TOMMASINO (2002), havia os povos de língua **Tupi-Guarani** e se dividiam em: **Xários** ou **Carijós** – viviam no litoral paranaense no século XVI; os **Guarani** – vivem no litoral atlântico, divididos em três particularidades de Guarani: **Mbya**, **Ñandeva** e **Kayouá**.

Havia também os povos **Jê Meridionais**, dividindo-se entre os **Kaingang** – formam o maior grupo indígena do Paraná, habitando várias regiões deste estado e também os **Xokleng**, porém atualmente este grupo não habita mais as terras paranaenses, encontrando-se em número muito reduzido em uma única reserva no Estado de Santa Catarina. Os **Xetã** pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e vivem nas matas da serra dos Dourados, onde é hoje a região noroeste do Estado.

O território paranaense foi motivo de disputas entre portugueses e espanhóis, através de medidas que procuravam transferir aos índios as manifestações da cultura

própria dos colonizadores. Estes conflitos percorreram grande parte do processo de colonização paranaense, perspectivando alterações na limitação dos domínios das nações colonizadoras, ora pendendo para Portugal, ora pendendo para a Espanha. Desde a “descoberta” do Paraná pelo branco, a terra é motivo de disputas quase sempre marcadas pela luta de classes, o que nos leva à indagação das possibilidades que teríamos para superar estas disputas numa sociedade que é regida pelo capital, sustentada na divisão e exploração de classes?

### **1.5 A QUESTÃO DA TERRA: UMA CONSTANTE HISTÓRICA NO PARANÁ**

A questão da terra compreende, de maneira geral, o envolvimento de inúmeros fatores que corroboram para o acirramento de conflitos por terra. Um dos fatores principais está na utilização irrestrita do poder de Estado a favor da oligarquia rural e contra os interesses dos camponeses. Não é novidade esta utilização do Estado para fins alheios à função social da terra como objeto e meio de trabalho.

MARX e ENGELS (1987), definem muito bem o surgimento do Estado e qual sua função:

É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de *Estado*, [grifo do autor] uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e sobretudo, como desenvolveremos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes. (p. 48)

Com o advento do Estado moderno, ocorre a ampliação das condições necessárias à burguesia para exercer o “direito” da propriedade privada, como vontade natural e livre de qualquer conflito de classes. Este modelo de Estado surge, ideologicamente, como força capaz de suprir os interesses comuns – na verdade a particularidade do pensamento burguês necessitava de algo que divulgasse seus interesses como sendo coletivos e não individuais.



Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado (...) O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2002, p. 107)

O Estado protege legalmente a correlação de forças e camufla a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Neste sentido, graças a este mecanismo, é assegurada uma relação natural e livre entre capital e trabalho.

Diante de todas as contradições decorrentes da desigualdade assentada no antagonismo de classes, o Estado deve funcionar, então, como desvirtuador dos problemas e propagar a idéia de unidade e coesão de todo o sistema. Ainda como totalizador das ações burguesas, deve manter sua função reguladora sobre o antagonismo de classes, controlando as forças que poderiam colocar em risco, o domínio da classe dominante.

O Estado é, então, um “...instrumento de exploração da classe oprimida.” (LENIN, 1987, p. 15) Lênin continua atribuindo ao Estado a condição de produto do antagonismo inconciliável de classes, ou seja, só tem função enquanto houverem classes antagonicas. Nesta perspectiva, o Estado é um produto da sociedade e surge a partir de um determinado momento histórico, com a finalidade ideológica de representar o bem comum. A história nos mostra que esta representação está cravada na luta de classes, favorecendo os objetivos da classe dominante. O Estado se coloca aparentemente acima da luta de classes, pretende apresentar neutralidade e imparcialidade. Para o mesmo autor o Estado burguês é a forma de poder que a burguesia organizou para oprimir o proletário.

A intervenção do Estado na questão agrária do Paraná foi decisiva para a eclosão de inúmeros conflitos, marcados na história pela violência institucionalizada contra os camponeses que buscavam melhores condições para a sobrevivência.

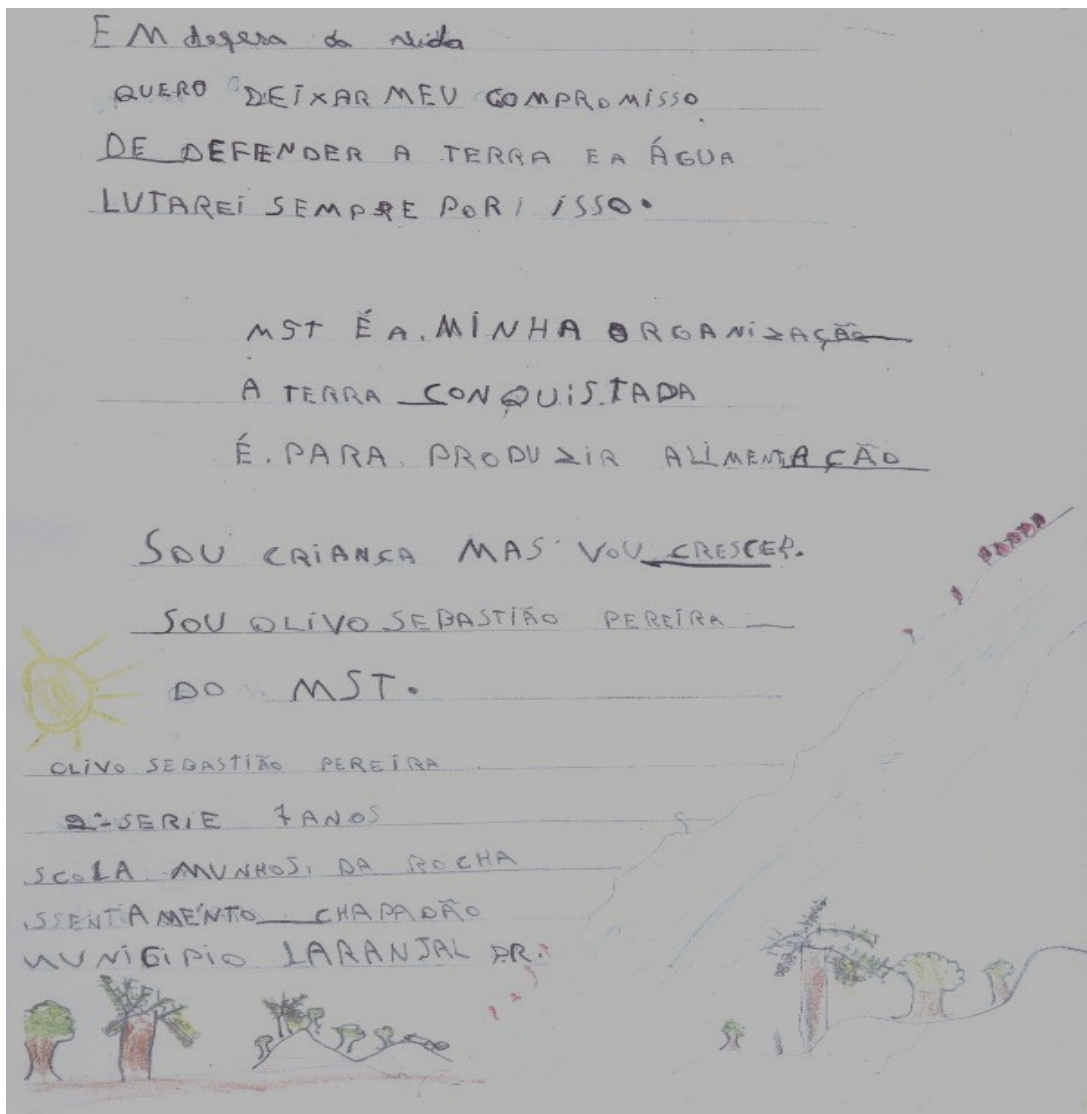
Tomando a perspectiva colocada acima a respeito do Estado, ficam claros os objetivos e as ações tomadas na resolução de problemas provenientes da questão da terra no Paraná. Quase sempre a penumbra rodeou a luta pela terra, principalmente na intervenção tendenciosa do Estado. Com ações quase sempre violentas, o Paraná figura entre os cinco estados mais violentos na resolução dos conflitos por terra, ficando atrás somente de Pernambuco, Pará, Maranhão e São Paulo. (CPT, 2004) O número de famílias despejadas pelo Estado aumentou consideravelmente, em 57%, o maior desde a década de 1990. No

ano de 2004, foram realizados 46 despejos, o que dá ao Paraná o quarto lugar dentre os estados que mais despejam as famílias camponesas. (*op. cit.*)

Todos estes dados confirmam a relação entre Estado e burguesia rural, que tem na terra uma das formas de gerar capital, gerar mais-valia.

A ação do Estado em favor dos latifundiários é marcada desde o processo colonizador/invasor, onde os povos indígenas, legítimos donos das terras, foram extintos de seu território, até o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário de forma especulativa. A crescente utilização da terra com fins capitalistas de especulação contribui para a efervescência das lutas sociais, principalmente porque os camponeses são expulsos de seus locais de trabalho, para a firmação do latifúndio. O Estado tem função importante nesta expulsão do camponês, ao oferecer todo seu aparato repressor contra os camponeses.

É em meio à contradição do Estado – representar ambas as classes de forma neutra, porém é instrumento do capital – que a organização camponesa surge com força, procurando em instituições representativas as condições objetivas de fazer valer a equidade de oportunidades. Como resultado de inúmeras experiências na luta por terra, a classe camponesa funda o MST, representante importante na luta por uma nova sociedade.



Redação construída para o concurso realizado pelo MST

## CAPÍTULO II

### A REALIDADE DA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO PARANÁ E NA REGIÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS: O MST E A LUTA PELA TERRA

## **CAPÍTULO II – A REALIDADE CONCRETA DA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO PARANÁ E NA REGIÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS: O MST E A LUTA PELA TERRA**

### **2.0 O HISTÓRICO DO MST**

A formação histórica do MST é resultado do acúmulo das experiências anteriores das lutas e resistências camponesas. A gênese do MST se deu em meio às lutas e resistência dos camponeses contra a expropriação e crescente assalariamento, decorrentes da expansão das políticas de modernização da agricultura, preconizadas pelo governo militar.

No capítulo anterior, mencionamos a nova forma de pressão utilizada pelos camponeses em luta pela terra: a ocupação. Foi precisamente desta forma que, no dia 07 de setembro de 1979, houve a ocupação da Gleba<sup>11</sup> Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, ação caracterizada como um dos marcos históricos que deram origem ao MST. A esta ação seguiram-se outras, na mesma perspectiva, durante quatro anos, resultando definitivamente na formação do MST. (FERNANDES, 2000)

Analisando a estas ações sob a ótica do materialismo histórico-dialético, observaremos nos processos de ocupações de terras realizadas pelo MST expressões da luta de classes, tendo o campesinato pobre, sem-terra ou com pouca terra, o papel decisivo na luta contra o latifúndio.

Da mesma forma, podemos nos referir a todos os processos de luta pela terra e todos os acontecimentos e ações que envolvem tal disputa. Na disputa pela terra, que originou as ações que se seguiram durante os quatro anos de gestação do MST, até sua consolidação, o que num momento parecia ser o fim, foi, na verdade, a concretização das condições objetivas necessárias para o amadurecimento das futuras ações. A ocupação das Glebas Macali e Brilhante, em 1979, é o marco inicial do processo de ocupações, em vários estados brasileiros. Das referidas áreas ocupadas em 1979, haviam sido expulsos os camponeses

---

<sup>11</sup> “Gleba: pequena porção de terra cultivável” (MINIDICIONÁRIO, 1996)

sem-terra, a maioria integrantes do MASTER<sup>12</sup>, no ano de 1963, por estarem em local destinado às reservas indígenas dos **Kaigang**.

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta camponesa que iriam realizar [mais tarde, em 1979] a ocupação da terra, que também inaugurou o processo de formação do MST na região noroeste rio-grandense. (FERNANDES, 2000, p.50)

Outro fato importante relacionado à ocupação da Gleba Macali diz respeito ao processo da inovação do tipo de organização da luta pelos camponeses. Procurou-se realizar os assentamentos na terra de origem dos camponeses, já que, até então, as tentativas do governo se concentravam em mandar os ocupantes a regiões com projetos de assentamentos, sempre em locais de interesse do governo, principalmente para povoar regiões desabitadas. A organização começou a ganhar expressão, as ocupações se estenderam às regiões próximas à Fazenda Sarandi<sup>13</sup>. Os camponeses, ao saberem da possibilidade de tomar as terras por meio da ocupação, logo se juntaram aos demais ocupantes da Gleba vizinha de Brilhante.

Como a organização camponesa começava a se estruturar através da luta, o número de famílias concentradas nas Glebas crescia. Quando foi solucionada a questão daquelas famílias, surgiu o problema da superlotação da área. As famílias que não conseguiram ser assentadas, realizaram outras ocupações na região. A mais importante dessas ocupações, foi realizada na Encruzilhada Natalino<sup>14</sup>. (FERNANDES, 2000)

Ainda de acordo com FERNANDES (2000), foi nesse acampamento que houve as primeiras manifestações no sentido de organizar a luta. Foram criadas comissões próprias, para direcionar as ações que deveriam ser tomadas. Foram anos muito duros, de 1980 a

---

<sup>12</sup>A resistência de posseiros de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, à expulsão de suas terras levou, em julho de 1960, à formação do primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), apoiado pela esquerda petebista. Reconhecido pelo governador Leonel Brizola de interesse público, o Master criava núcleos e acampamentos de agricultores que exigiam a repartição de terras. Em 8 de janeiro de 1962, formou-se o primeiro acampamento do Master, no norte do estado, na imensa fazenda Sarandi, então ocupada por latifúndios, colonos e índios caingangues. Em 13 de janeiro, o governo estadual desapropriou 21.889 ha. da fazenda, onde, dois dias mais tarde, acampavam cinco mil sem-terra. (FERREIRA, 1987)

<sup>13</sup> A Fazenda Sarandi estava localizada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul. Era um imenso latifúndio, onde trabalhavam camponeses pobres.

<sup>14</sup> As famílias que foram em busca de outras terras, resolveram acampar na beira de uma estrada em dezembro de 1980. Época do Natal. É por isso que o local se chamou Encruzilhada Natalino. No auge mesmo o acampamento - que durou de 1980 a 1983 - chegou a ter 600 famílias na beira da estrada. (FERNANDES, 2000)

1982. Inúmeros conflitos ocorreram, o que fortalecia ainda mais a resistência. A CPT, criada em 1975, teve papel fundamental no apoio a esse processo de organização da luta dos camponeses. Com a ajuda de outras organizações favoráveis à questão agrária, a CPT jogou papel decisivo no auxílio às famílias, com fornecimento de alimentos, vestimentas e denúncias à sociedade dos maus tratos por que estavam passando os camponeses sem-terra.

Nesse processo, o fortalecimento da organização foi um dos principais aspectos a serem destacados, graças às experiências vitoriosas acumuladas pelos camponeses sem-terra, na luta contra o latifúndio. Assim, ficava provado que o sistema legal no país, que favorece os latifundiários, encontra resistência daqueles que outrora foram humilhados, jogados à perambulação, de lugar em lugar. Marcou-se, desse modo, um período de certezas, alicerçado na força transformadora presente em cada camponês, que se levanta do obscurantismo herdado do período da ditadura militar na luta por direitos de produzir na terra, a partir da constatação desta como meio de produção universal (SOUZA, 1999).

Em cada região em que se avolumavam as lutas e as vitórias se contrapunham às derrotas, manifestavam-se as expressões de um povo oprimido, cansado da opressão originada por um sistema latifundiário que, infelizmente, ainda persiste, mas um povo que aprendeu a lutar

Os encontros entre os camponeses se intensificaram desde a década de 50 e, deste modo, foram possíveis levantamentos de como andava a luta por terras em outros locais, dando condições de se aproveitarem as experiências nas ações contra o latifúndio. Nesse sentido, estavam sendo traçados os caminhos e estratégias a serem seguidos de forma unificada.

Outra questão, também fundamental no processo de luta por terra e consolidação do MST, foi o avanço no nível de consciência dos camponeses. O que até então era representado na figura do latifundiário como inimigo, potencializou uma nova perspectiva na elaboração da consciência de classe, passando a conceber o sistema latifundiário como parte de todo o modelo econômico e seus aparelhados, inclusive o INCRA, como órgão do Estado burocrático-latifundiário<sup>15</sup> brasileiro.

---

<sup>15</sup> A expressão estado burocrático-latifundiário refere-se ao modelo de Estado em países dominados pelo imperialismo sob a condição de colônia ou semi-colônia, como a histórica situação do Brasil, em que se opera um tipo de divisão de trabalho e de capitalismo de acordo com os interesses dos países imperialistas que ditam a “a partilha do mundo”, como afirmou LÊNIN (2005).

As trocas de experiências tornavam-se urgentes, já que a luta não parava de ampliar seus horizontes e os resultados a favor dos camponeses eram favoráveis na maioria das vezes. Começavam a surgir várias manifestações que se tornaram importantes na consolidação da organização, potencializando a troca de experiências entre os camponeses de vários estados, envolvendo as táticas que empregavam no enfrentamento com os mandatários do latifúndio.

As unidades da federação brasileira mais avançadas na organização da luta dos trabalhadores, representadas pelos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, criaram, conforme apresenta Fernandes (2000), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da regional Sul. De acordo com esse mesmo autor

Esse Movimento, representava o desenvolvimento do processo que levaria ao nascimento do MST. Os agricultores organizados estavam conscientes de que, isolados não teriam força política para fazer avançar a luta pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. (p. 78-79)

Com a consciência cada vez mais voltada à expressão que representa a luta de classes, era preciso, ainda, uma organização nacional, já que as conquistas estariam limitadas se permanecessem localizadas regionalmente, assim como lembrou Mészáros (2002a) a respeito da impossibilidade de implantar o socialismo num único país.

Dada a evidente natureza global das transformações históricas ocorridas desde os dias de Marx, já não se poderia mais confinar as probabilidades de levantes sociais fundamentais a um ‘cantinho do mundo’. Não existe mais, e absolutamente não pode mais existir, ‘cantinho’ algum, muito menos ‘socialismo em um país’, não importa qual fosse a vastidão desse país ou a imensidão de seu povo (p. 91)

É nessa perspectiva, que ocorre, em 1984, um encontro que daria as bases de sustentação à criação nacional do MST. Esse encontro foi realizado na cidade de Cascavel – PR e contou com camponeses de vários estados do país.

Assim, no contexto das transformações na agricultura e do cenário político do país, o MST se consolida, criando práticas de participação social entre os trabalhadores rurais – em âmbito nacional. Participação que gera experiências individuais e coletivas, que propiciam o aprendizado da cidadania, reelaborando valores, (re)organizando conhecimentos e (re)lembrando atitudes de sociabilidade e solidariedade. (SOUZA, 1999, p. 66)

Nasceu aí o MST, gestado do acúmulo de uma história de lutas por terras, iniciada na invasão portuguesa, passando pela escravidão do povo negro, chegando às expulsões, grilagens e proletarização do camponês. Essa história, segundo o grande Bertold Brecht<sup>16</sup>, é a história oficial dos vencidos, relegando aos trabalhadores ao plano inferior dos renegados.

Ao nos referirmos às experiências acumuladas no processo de fundação do MST, cumpre observar, em linhas gerais, o papel representado pelo Movimento no Estado do Paraná, principalmente através das contribuições envolvendo experiências de organização da luta pela terra.

## 2.1 A CONSOLIDAÇÃO DO MST NO ESTADO DO PARANÁ

Depois de instaurado o regime militar no país, muitas foram as medidas tomadas sob a argumentação de “modernizar” o campo. Expressavam, na essência, uma modernização conservadora, que priorizava somente o grande capital e relegava o camponês ao esquecimento.

O governo militar, apoiado no projeto desenvolvimentista para o Brasil, visualizava, na região sul, potencial de avanço dos seus objetivos, voltados à implementação de culturas com intensa mecanização. Este processo de modernização do campo alterou profundamente a propriedade no Paraná, ampliando ainda mais o latifúndio.

“Em termos gerais, este avanço da modernização agrícola que acompanhou o desenvolvimento recente do Sul do País alterou profundamente a organização social rural no Paraná, o desaparecimento de pequenos estabelecimentos (menos de 20 há), foi da ordem de -24,2% no decênio. Registrou-se um processo de concentração fundiária em que a área na posse destes estabelecimentos acima de 500 há aumentou em 43,8%. Verificou-se um acelerado êxodo rural, com a perda de 1.268.565 habitantes do meio rural em dez anos. Enfim, pode-se dizer que a década de 1970 foi de intensa proletarização no meio rural paranaense tanto de pequenos produtores e /ou de seus familiares, como dos produtores associados, que perderam seus meios de subsistência imediatos ao serem transformados em bóias-frias ou trabalhadores urbanos” (FERREIRA, 1987, p. 15).

Com o intuito de reproduzir a ampliação do capital, os governos militares assumiram como política a implantação de hidrelétricas, com a justificativa de desenvolvimento das regiões envolvidas. Nestas regiões, onde se implantaram as hidrelétricas, viviam trabalhadores do campo que, na maioria, subsistiam da produção de

---

<sup>16</sup> Bertold Brecht, escreve um poema (**Perguntas de um operário letrado**) contestando a história oficial. Aquela história que apresenta os portugueses como descobridores do Brasil, desconsiderando a existência de milhares de índios que aqui viviam.



alimentos. Como consequência, muitas pessoas foram expulsas de suas terras, obtendo indenizações irrisórias, vergonhosas e muito aquém dos verdadeiros valores (SOUZA, 1999).

No contexto dessa política, a primeira barragem concluída no Paraná foi a de Salto Santiago, em 1979, desabrigando 170 famílias. (FERREIRA, 1987) O processo de indenização destas terras envolveu valores muito abaixo do esperado pelas famílias, causando descontentamento e protestos organizados com o apoio dos sindicatos e órgãos da igreja que, nesta época, ainda não contava com a CPT.

Mesmo com as lutas no campo jurídico, os camponeses foram expulsos da terra e outras hidrelétricas foram também construídas no Estado. A mais significativa dessas hidrelétricas, tanto pelo seu tamanho como pelo número de camponeses expulsos de suas terras foi a Binacional Itaipu. Antes, porém, da efetiva implantação, começaram em 1973 as negociações com os camponeses. (FERREIRA, 1987).

A empresa não possuía nenhuma obrigação com o Estado, não sendo necessária nenhuma prestação de contas mais detalhada. O único dever era apresentar um relatório anual das atividades desenvolvidas.

Esta liberdade dada à empresa responsável pela construção da hidrelétrica de Itaipu possibilitou que o planejamento e a “negociação” de terras fossem feitos conforme a vontade da empresa. As “negociações”, no entanto, começaram a ser feitas conforme as exigências estabelecidas pelos trabalhadores, sendo disponibilizado um tempo de cinco anos, até 1978, para que os moradores pudessem organizar todas as medidas necessárias para a saída das terras. Neste espaço de tempo, de 1973 até 1978, não ocorreram maiores manifestações contrárias, já que a empresa havia determinado este prazo para que fossem realizadas as indenizações.

Nesse período, o processo indenizatório foi iniciado e com ele as contradições começam a surgir, principalmente devido ao recuo dos preços prometidos aos camponeses. Verificou-se que a empresa iniciou o processo indenizando os proprietários com preços muito abaixo dos já determinados anteriormente. Esse fato é acompanhado de inúmeros outros<sup>17</sup> que serviram de estopim às reações contrárias. O que se pode constatar, ao final do

---

<sup>17</sup> Outros fatores foram decisivos: as avaliações das terras, que na sua totalidade não correspondiam aos reais valores; uma forte pressão para que fossem aceitas as propostas da Itaipu; indenizações em diferentes localidades, o que dificultava a organização da população; a empresa não entregava qualquer documento da avaliação (FERREIRA, 1987).

ano de 1977 foi o descumprimento de acordos firmados, principalmente quanto ao processo indenizatório das famílias expulsas das terras, começando, desta forma, a gerar desconfianças quanto à fidedignidade das promessas.

A organização dos trabalhadores, desde o início, enfrentou grandes dificuldades. Nesse processo, como foi apontado anteriormente, recebeu apoio da ala da igreja católica representada pela CPT, favorecendo a discussão dos acontecimentos com a população. As discussões realizadas possibilitaram uma melhor organização dos trabalhadores que, em 1978, organizaram uma assembléia através de sindicatos rurais e CPT, para reivindicar, basicamente, melhores preços nas indenizações e permanência dos agricultores no Estado do Paraná. No bojo desses acontecimentos nasceu um movimento conhecido como Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP), que passou a organizar as reivindicações dos camponeses propondo outras formas de luta, além da denúncia verbal ou por via de documentos. (FERNANDES, 2000)

Naquele período, aconteceram as primeiras concentrações e acampamentos, possibilitando maior visibilidade dos problemas dos moradores atingidos por barragens. Historicamente, este movimento ficou conhecido como “Justiça e Terra”, por apresentar à sociedade a necessidade de se manter a justiça na distribuição de terras.

De acordo com FERREIRA (1987), essa manifestação envolvendo a questão da terra é a primeira no Paraná, no período da ditadura militar, e teve como decorrência o fortalecimento da organização dos trabalhadores do campo. Como expressão mais acabada deste período, surge o Movimento dos Agricultores do Oeste do Paraná (MASTRO), cuja principal reivindicação era a conquista da terra. Esse movimento surgiu a partir das condições de inúmeras famílias desabrigadas com a instalação da Itaipu. Cerca de 500 famílias ainda encontravam-se sem orientação quanto ao seu futuro. Nesse cenário, os sindicatos e CPT atuaram com a finalidade de contribuir com os trabalhadores, denunciando as conseqüências daquela expulsão pela qual passaram todas as famílias moradoras da área atingida pela construção da hidrelétrica. Outra característica marcante deste Movimento era a visão da necessidade de ampliar as ações e discussões, mesmo que em termos de Paraná, a respeito da questão da terra, do latifúndio, da má distribuição de terra e renda. Assim, centrou esforços na luta contra a propriedade privada, contra o avanço

---

capitalista no campo, opondo-se a alguns acontecimentos ditos pela ala conservadora como bons para o campo. Como exemplo podemos citar o processo de mecanização do campo, com acelerada proletarização do campesinato. Tais reflexões chamaram a atenção da sociedade em geral para o campo brasileiro, bem como para o fortalecimento de outros movimentos<sup>18</sup>, cujas preocupações e reivindicações partiram para as especificidades decorrentes da apropriação indevida do capitalismo nesta dimensão da realidade.

Dentre as reivindicações do MASTRO estava a extinção do módulo mínimo (15 hectares), já que assim possibilitaria que um maior número de trabalhadores pudessem comprar terras e também crédito fundiário para todos aqueles que adquiriram a terra pudessem trabalhar e produzir sem exclusão a esse respeito. (FERREIRA, 1987) Outras reivindicações<sup>19</sup> foram importantes para sedimentar a luta por terra no Estado, bem como dar maior visibilidade à questão agrária à toda sociedade brasileira.

Assim, no contexto das transformações da agricultura e do cenário político do campo no Estado, o MST é gestado como um movimento social cuja principal característica é trazer para o debate as acumulações feitas ao longo das lutas por terra estabelecidas até então.

### **2.1.2 O processo de estruturação do MST 1985 – 2005**

É evidente que tratar do processo de territorialização e espacialização (FERNANDES, 2000) é bastante complexo, principalmente por se tratar de um movimento que desenvolve suas ações através da práxis da luta, das experiências que vão se acumulando. Isso significa que o processo de estruturação do MST só finalizará quando não tivermos mais concentração desigual no campo e na sociedade, o que implica acabarmos com o modo de produção capitalista, principalmente acabar com qualquer base que se organize através da propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, a tarefa de transformar qualitativamente a organização social, incluindo aí as relações sociais de produção e a organização social do trabalho, remete a

---

<sup>18</sup> Surgem neste período os movimentos por condições de produção e comercialização; Movimentos por Condições de trabalho e Salário; o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste (MASTES).

<sup>19</sup> “Terra para que o assalariado possa plantar (roças de subsistência); Aposentadoria integral aos 50 anos para lavradores; Preço mínimo justo para a produção; Financiamento para casa própria no meio rural; Reconhecimento dos agricultores como trabalhadores profissionalizados; Que a polícia tome atitudes para acabar com a ação dos pistoleiros e mandantes na Região” (FERREIRA, 1987, p.28).

avanços da classe trabalhadora em busca de uma atuação política, “conscientes” da realidade que os cerca.

É nessa perspectiva de mudanças que o MST tem estruturado sua luta desde a fundação. Uma de suas primeiras providências foi tornar-se autônomo daqueles que o ajudaram a se consolidar. Era fundamental, para a consolidação do Movimento, que não fosse vinculado a instituições como igreja e sindicatos, o que daria maior autonomia de ações na luta pela terra.

Continuando a caminhada rumo à consolidação em âmbito nacional, foi preciso delimitar os objetivos das lutas, o que significou aproveitar o que já havia sido construído, bem como avançar outras demandas que surgiam, estabelecendo uma pauta de questões tanto política como econômica. Lutar pela reforma Agrária; ser contrário ao modelo de desenvolvimento agrário que privilegiava a grande indústria; suscitar o debate sobre problemas culturais, como a questão de gênero, são exemplos das pautas que têm sido estabelecidas nas ações mais recentes do Movimento.

Ainda sobre os princípios que atravessam as orientações do Movimento desde sua fundação, FERNANDES (2000) os apresenta assim:

Em seu desenvolvimento, o MST sempre teve como referência estes princípios: Lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo o tempo e lugar a participação igualitária da mulher. (p. 86)

A luta pela terra no país ganhou maior expressão em face dos inúmeros conflitos e massacres dos quais foram vítimas os camponeses Sem-Terra, nesses últimos 20 anos. O MST se consolidou no cenário nacional, apresentando-se organizado em 23 estados da federação (MST, 2005), inclusive no norte e nordeste, onde os conflitos ainda sofrem com a impunidade dos abusos dos latifundiários, que contam com a cumplicidade das autoridades legais. Tendo como horizonte a superação de seus interesses e necessidades mais imediatos, foi preciso organizar um movimento social que ultrapassasse a compreensão das manifestações sociais localizadas, tão freqüentes atualmente, expressas nos chamados Novos Movimentos Sociais (VENDRAMINI, 2000). Era preciso inserir as problemáticas

das classes sociais, para refletir as origens e interesses ideológicos das classes populares. (GOHN, 2002)

As dimensões que acompanharam o desenvolvimento do MST têm fundamentação no marxismo, principalmente quanto aos encaminhamentos e perspectivas de transformação do modelo econômico, voltados ao socialismo. Empunhados dessa perspectiva teórico-prática, as novas experiências dos trabalhadores foram elaborando uma organicidade particularizada, expressa nas instâncias de organização e representação do MST. Cabe considerar que, dada a dinâmica impressa de construção das formas de luta, as primeiras experiências foram limitadas às dificuldades de se ampliar a luta, para que não se encerrasse na busca da legalização da terra.

Os camponeses Sem-Terra foram aprendendo, através das experiências, que a luta é complexa, mesmo após a conquista da terra, que o sistema capitalista impõe aos camponeses uma vida sob sua tutela. Isso significa a subsunção do trabalho, como gerador de valores-de-uso, ao trabalho criador de valor de troca, alienado à lógica da mercadoria. (MARX, 2001)

A atualidade da luta ainda demonstra uma grande concentração de terras em todo o Brasil (Conforme pode-se constatar na tabela 01 inserida no Capítulo primeiro), havendo uma grande massa de “sem nada” que vivem no campo ou na cidade, em situação de fome e miséria.

Os dados atuais sobre a questão agrária mostram a necessidade de se avançar na luta pela terra como etapa necessária das transformações sociais no Brasil.

O Brasil se configura como um dos países com maior índice de desigualdade social. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2002, 1% da população mais rica acumula o mesmo índice de rendimento que os 50% mais pobres. Para engrossar essas estatísticas, os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Observando o principal indicativo do esgotamento do modo de produção capitalista, verificamos que o desemprego é expressivo em nosso país e que as alternativas encontradas demonstram os quadros já pintados por grandes autores, como FRIGOTTO (2000) e ANTUNES (2004), da crescente precarização do trabalho. Existem mais de 30% de empregados sem carteira entre os 40% mais pobres e apenas 8% entre os 10% mais ricos.

No campo, as desigualdades são expressas pela ampliação das lutas sociais, seja por terras ou por melhorias das condições de vida (melhoria salarial, crédito financeiro). As lutas sociais no campo têm ampliado expressivamente as demandas dos camponeses, graças à conjuntura mundial do capital na sua fase imperialista, que impõe aos países de capitalismo dominado como o nosso medidas ainda mais duras contra os pobres. Os governos estaduais, na tentativa de refrear as mobilizações populares, procuram estabelecer medidas de doações de terras, para que os ânimos não se exaltem e que, portanto, a “ordem seja mantida”. (SOUZA, 1999)

Diante do quadro de desigualdades e mobilizações sociais, alguns dados podem apresentar objetivamente como vem se processando a correlação de forças entre o Estado latifundiário e o MST, seja em âmbito nacional, ou no Paraná.

Como expressão da revolta contra as arbitrariedades dos senhores da terra, a ocupação tornou-se o instrumento de pressão e expressão da organização camponesa, principalmente no enfrentamento do atual modelo econômico. Conforme dados preliminares do DATALUTA de 2002, a ocupação tem apresentado dados expressivos, como se apresenta na tabela 05.

**Tabela 05 – N° de ocupações de terras no Brasil -2002**

<b>Região/UF</b>	<b>N° de ocupações</b>	<b>%</b>	<b>N° de Famílias</b>	<b>%</b>
<b>Norte</b>	347	10,3	49.986	9,70
<b>Nordeste</b>	1.293	38,4	189.435	36,77
<b>Centro Oeste</b>	624	18,6	91.993	17,86
<b>Sudeste</b>	587	17,5	92.331	17,92
<b>Sul</b>	512	15,2	91.427	17,75
Paraná	319	9,5	39.801	7,73
<b>Brasil</b>	3.363	100,0	515.172	100,0

Fonte: DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra, 2002

Após os processos que envolvem a preparação e a ocupação da terra pelos camponeses Sem-Terra, a transição do acampamento ao assentamento é um dos mais importantes acontecimentos. São momentos que acabam por determinar o rumo do futuro dos camponeses, considerando sua relação com o modo de produção capitalista. Como organizar o trabalho, como distribuir-se ao longo da área conquistada, são detalhes que têm importância na continuidade da luta, na perspectiva de outras formas de socialização,

mesmo que inseridas no modo de produção capitalista. Assim sendo, o assentamento expressa, de igual forma, conquistas e desafios, na objetivação da luta pela terra. Atualmente o número de assentamentos dá o grau de avanço que o MST (auxiliado por outros organismos populares que lutam pela reforma Agrária) atinge em sua estruturação nacional. Se compararmos, desde sua gestação até o ano de 2001, o avanço foi expressivo, como podemos verificar na tabela a seguir, que apresenta a quantidade de assentamentos desenvolvidos desde 1979.

**Tabela 06 – Assentamentos no Brasil entre 1979 e 2001**

<b>Região/UF</b>	<b>No Assentamentos</b>	<b>%</b>	<b>No Famílias</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
<b>NORTE</b>	988	17,2	266.949	40,70	18.951.497	57,4
<b>NORDESTE</b>	2.551	44,4	210.536	32,10	6.486.676	19,7
<b>CENTRO OESTE</b>	691	12,0	103.981	15,85	4.943.882	15,0
<b>SUDESTE</b>	557	9,7	38.259	5,83	1.047.103	3,2
<b>SUL</b>	963	16,7	36.220	5,52	1.570.841	4,8
PR	368	6,4	19.369	2,95	372.256	1,1
<b>BRASIL</b>	5.750	100,0	655.945	100,0	32.999.999	100,0

Fonte: DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra, 2002

Como já verificamos no Capítulo anterior, através dos dados recolhidos pela CPT sobre a violência no campo do Estado paranaense, e como podemos confrontar nos dados apresentados acima, o estado do Paraná se destaca, de forma negativa, na questão agrária do ponto de vista dos camponeses pobres. Por outro lado, podemos verificar na mesma pesquisa colocada nas tabelas acima, que o Paraná se destaca por ser o terceiro em número de assentamentos. Isso demonstra a organização dos camponeses no estado, que possui umas das mais violentas histórias de repressão às manifestações camponesas por terra do Brasil. O crescimento do número de acampamentos e assentamentos no estado tem refletido

positivamente na luta pela terra, já que explicita a crescente organização popular. (anexo 03)

## **2.2 QUESTÕES PERTINENTES ÀS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO MST PELA EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA**

A maneira como vivem os camponeses Sem Terra e como organizam suas lutas têm muito a ver com a cultura. Isso se tomarmos a cultura como produzida e produtora da realidade social, isto é, como decorrência da forma como o trabalho é organizado em determinada sociedade.

Os objetivos inseridos na luta pela terra nos fazem acreditar que somente será possível a transformação social através de profundas mudanças na base econômica e política da sociedade. Tal mudança perpassa a cultura camponesa, arraigada no trabalho individualizado com a terra.

Não basta somente pretendermos modificações na forma de organizar o trabalho, seja no assentamento ou acampamento. Preciso é lançarmos mão dos condicionantes históricos de transformação.

Movidos pela *luta por terras para o trabalho*, como bem sublinhou José de Souza MARTINS (2004), os camponeses Sem-Terra têm se organizado nos diversos espaços de produção, movidos pela justa e necessária necessidade de terras, para que possam retirar daí sua subsistência.

O MST como um dos principais organizadores da luta social no campo, procura alternativas para superar os fragmentos da consciência camponesa, relacionada com sua cultura que, por sua vez, é determinada pela lógica capitalista. Como instaurar uma consciência coletiva, que se estabeleça para além da luta imediata, que compunha a forma de viver e organizar o trabalho é, talvez, um dos principais desafios a serem atingidos.

É legítima a busca por satisfazer as necessidades imediatas, até porque sem isso a vida não se realizaria.

Que a terra distribuída ou regularizada não seja recusada por quem dela precisa com urgência para viver com dignidade, como tem acontecido, mostra o perigoso abismo que vai se abrindo entre quem tem lutado pela *terra de trabalho* e quem diz lutar pela *Reforma Agrária* [grifos do autor] ou, mesmo, quem de fato luta pela reforma agrária lutando pela terra de trabalho. O desencontro aqui não é meramente conceitual. É um desencontro de projetos sociais e históricos cuja pertinência não está sendo claramente debatida com a sociedade. (MARTINS, 2004, p. 50)



É evidente que os condicionantes objetivos impedem a efetivação das necessárias transformações sociais no país, seja de ordem econômica, através da miserabilidade na qual vive imensa parcela da população brasileira, seja de ordem política, através de projetos sociais antagônicos cuja predominância atual é aquela que privilegia as classes dominantes, seja também de ordem social que, somada tanto à economia quanto à política, influenciarão, sobremaneira, a constituição de uma consciência social emancipadora que esteja ligada, ao mesmo tempo, aos problemas imediatos e aos problemas gerais, expressos, principalmente, nesta sociedade pela propriedade privada dos meios de produção.

Nesse contexto, marcado pelas contradições que caracterizam a questão agrária brasileira, um outro aspecto que vem à tona após a tomada da terra pelos camponeses diz respeito às condições de moradia. Esse foi um dos fenômenos constatados no estudo realizado neste trabalho, no Assentamento José Dias, cujo modelo de propriedade dominante é a propriedade individualizada.

Acreditamos não ser um problema fácil de ser resolvido, já que depende de profundas transformações na organização social, na cultura organizada sobre as bases do individualismo, com a qual o camponês tem se deparado e vê-se obrigado a seguir.

Mesmo que os problemas sejam ainda homéricos e que o caminho da História está, ainda, sendo trilhado pelos atores sociais, acreditamos que a perspectiva que o MST procura imprimir à Reforma Agrária tem aspectos positivos, porém condicionados a um conjunto de forças que competem pela hegemonia social, tanto no campo quanto na cidade. Concordamos em parte, quando MARTINS (2004) afirma que o MST perdeu o controle de seu projeto de transformação social através da transformação da estrutura agrária, graças ao reducionismo imediato da luta pela terra de trabalho.

É bem verdade que encerrar a Reforma Agrária na busca por necessidades imediatas dá condições ao Estado capitalista de encontrar soluções para tais problemas, como já vimos: a forma capitalista, da qual o Banco Mundial lançou mão, para a Reforma Agrária, dita de mercado, expressa aqui através do Banco da Terra.

Porém, se observarmos as condições necessárias à organização de qualquer Movimento Social, teremos melhor percepção do que significam as chamadas necessidades imediatas e quais aspectos de tais necessidades estão relacionadas a objetivos conjunturais.

Esses interesses e objetivos estão relacionados, segundo VENDRAMINI (2000), aos interesses imediatos de classe. “Os interesses imediatos de classe situam-se no seio de uma determinada conjuntura de relações sociais e os fundamentais centram-se em interesses que questionam a própria estrutura.” (VENDRAMINI, 2000, p. 26)

Isso leva à percepção da complexidade que há na organização e possibilidade de intervenção do MST. Numa Sociedade organizada em torno da produção de mercadorias e das conseqüentes relações de exploração, a ação deve levar em conta os interesses imediatos, sem perder de vista aqueles interesses fundamentais que devem constituir a consciência coletiva na perspectiva histórica e transformadora.

Os interesses conjunturais ou imediatos do MST dizem respeito à luta pela terra – uma das facetas das exigências de diversas categorias sociais no campo – e pelos mecanismos que viabilizam a permanência na terra, como propriedade jurídica, crédito, equipamentos, sementes, infra-estrutura nos assentamentos (programas de atendimento à saúde, educação, assistência técnica) etc. (VENDRAMINI, 2000, p. 26)

Com olhar voltado aos limites e possibilidades impostos pela sociedade capitalista, para mobilizar as massas camponesas Sem-Terra, parece-nos correto afirmar que existem importantes avanços da concepção defendida pelo MST, principalmente se compararmos a outras que surgiram na tentativa de solucionar a problemática da terra, enfatizando tão somente questões relacionadas aos interesses imediatos. Inclusive a própria concepção que o MST tem construído através das suas experiências, ao longo de sua história, sofreu mudanças, que significam uma leitura dinâmica e em construção da realidade complexa que nos envolve.

### **2.3 A REFORMA AGRÁRIA DEFENDIDA PELO MST**

O MST configura-se como um movimento social cujo horizonte de ações não visam somente as necessidades imediatas. Tais necessidades são responsáveis pela organização e atuação mais direta do movimento. Por outro lado, se o movimento social estiver voltado somente para satisfazer as necessidades imediatas, corre o risco de cercar suas possibilidades de ação, tornando-se um movimento que se encerra na luta específica. Atualmente verificamos um grande crescimento destes movimentos sociais com especificidades marcadas, são os chamados “Novos Movimentos Sociais”, aos quais já nos

referimos no item sobre o processo de estruturação do MST. Tais movimentos, influenciados por um determinismo histórico, cujas idéias estão marcadas pela impossibilidade de superação da sociedade capitalista, articulam-se para dar voz a pautas de luta bastante reduzidos, porém importantes se considerarmos o conjunto de problemas gerados. É importante ampliar tal visão, já que os problemas tidos como particularizados fazem parte de uma totalidade muito mais complexa do que possa parecer. Invertem-se as pautas de lutas. Se antes havia uma preocupação somente com as questões mais gerais, agora tornaram-se particularizadas ao extremo, perdendo de vista os reais problemas envolvendo os diversos setores da sociedade.

Parece-nos que o MST dá indicativos de que a dosagem entre as particularidades e as questões mais gerais deve ser uma constante na organização de um Movimento Social. A luta de classes deve ser o horizonte de ações, sem perder de vista a necessidade imediata da luta pela terra, ou a luta por igualdades de gênero, ou condições de sobrevivência na terra conquistada. Todas estas ações estão inseridas na proposta de Reforma Agrária defendida pelo MST que, atualmente, vai além da simples luta pela terra: ataca principalmente a propriedade privada dos meios de produção, especialmente a apropriação indevida da terra, defendida pelo movimento como direito de todos

A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democracia do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para a realização da justiça social e de cidadania no meio rural. (MST, 2001, p. 31)

A preocupação em resgatar a cidadania, tão distorcida atualmente, significa muito mais que acesso à terra, significa objetivar um novo homem e uma nova mulher, capazes de intervirem na realidade, com condições de sobrevivência na terra conquistada.

O MST vem desenvolvendo suas formas de atuação através da caminhada, vem aprendendo as diversas lições que a luta vem proporcionando. Assim, se observarmos os objetivos traçados para a Reforma Agrária desde seu surgimento no cenário nacional, houve mudanças significativas, principalmente na sedimentação da luta e na preocupação com a produção da vida após a terra conquistada.

Assim sendo, logo que o MST toma força e é realizado seu primeiro encontro, surgem os primeiros indicativos da forma pela qual o MST estaria apontando as ações sobre a proposta de Reforma Agrária. Com a palavra de ordem “Ocupação é a única solução”, o MST dava os primeiros passos rumo à sua consolidação e emancipação enquanto movimento social. Justamente sob tal palavra de ordem é que as ocupações tomam força e se avolumam em diversas regiões do Brasil. Como dissemos, todo movimento social parte de uma necessidade imediata, não sendo diferente com o MST. Ocupar as terras se apresentou como necessidade de fortalecimento, porém, conquistadas as terras, começam a surgir novas dificuldades, principalmente com relação à produção, fazendo com que o Movimento se voltasse para os problemas de fundo mais amplo.

Se antes as preocupações com a Reforma Agrária caminhavam no sentido de definir e divulgar à sociedade a luta pela terra e seus atores sociais, apresentando formas práticas de organização da luta, voltados prioritariamente para a resistência e luta específica pela terra, embora constem alguns princípios ampliados como a luta por uma sociedade igualitária (sem no entanto sólida discussão das vias para efetivação de tais princípios), agora os indicativos anunciam uma Reforma Agrária elaborada para modificar as estruturas sociais. Para o MST a Reforma Agrária deve ser composta por um conjunto de mudanças que priorize o desenvolvimento pleno do trabalhador seja no campo, de forma direta, ou na cidade. “Esse conjunto de mudanças representa a criação de um novo modelo agrário e agrícola que garanta desenvolvimento econômico, político e cultural para toda a população do campo e beneficie a população urbana.” (MST, 2005, p. 189)<sup>20</sup>

O MST dá novo sentido a Reforma Agrária, propondo a garantia de trabalho para todos os Sem Terra; a produção de alimentos que garanta boa alimentação; melhoria de vida a todos os brasileiros; igualdade de direitos; divulgação dos valores socialistas; discussão ampliada sobre gênero; preservar os recursos naturais; preocupação com o processo produtivo nos assentamentos; geração de empregos e políticas voltadas à permanência da juventude nas terras conquistadas (MST, 2005). Com estes objetivos, aliados a preocupações com o uso da terra, formas de comercialização dos produtos da Reforma Agrária, organização da produção e da infra-estrutura dos assentamentos, a

---

<sup>20</sup> A presente citação foi retirada do livro: A questão agrária no Brasil III: programas de reforma agrária: 1946 – 2003, organizado por João Pedro Stedile. O documento contido na obra citada, se refere a síntese dos debates realizados pelo MST sobre a Reforma Agrária, definidos no III Encontro Nacional do MST.

educação como política pública de conscientização dos Sem Terra e como direito garantido na constituição, o MST firma definitivamente nova característica para a Reforma Agrária, voltada ainda mais para a ampliação da luta, sem, entretanto, se encerrar na luta pela terra, como foi na sua criação.

Ainda que a proposta de Reforma Agrária do MST esteja bastante ligada ao Estado, o que ao nosso ver imobiliza algumas ações que poderiam ser tomadas pelos próprios Sem Terra, vislumbramos um grande avanço na perspectiva de superação da sociedade capitalista.



Desenho construído para concurso realizado pelo MST

### CAPÍTULO III

#### SITUANDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS

## **CAPÍTULO III**

### **SITUANDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**

#### **3.0 A CONSTITUIÇÃO EM MICRO-REGIÕES E OS INDICADORES SOCIAIS DO PARANÁ**

O Estado do Paraná possui características marcantes quanto à distribuição populacional sobre seu território, observando desigualdades entre as diversas regiões que o compõem. O conjunto de municípios paranaenses possui diferentes níveis de densidade populacional, devido, principalmente, aos avanços tecnológicos desenvolvidos em algumas regiões. Conforme o IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), o Estado pode ser dividido em quatro regiões: a primeira compreende a região metropolitana de Curitiba, possuindo o maior contingente populacional; a segunda relaciona-se aos municípios considerados pólos regionais; a terceira retrata a grande maioria dos municípios, possuindo pequenas populações, caracterizando-se principalmente por regiões rurais; e finalmente a quarta é caracterizada por municípios ainda em desenvolvimento das suas áreas, necessitando de recursos para tal projeto.

Dessas regiões, aquela composta por um menor contingente populacional apresenta este quadro devido, principalmente, ao êxodo rural ocorrido nos primeiros anos da abertura política do país, após o regime militar, o que proporcionou ao campo brasileiro um maior investimento na mecanização dos meios de produção, dispensando, desta forma, força de trabalho. Ainda como destaque desta divisão regional, o centro do Estado é ainda pouco explorado, devido, principalmente, à grande concentração de áreas nativas de conservação ambiental. É nesta região, mais precisamente ao centro sul, que está localizado o município de Inácio Martins, local em que se encontra o Assentamento José Dias, base do estudo empírico deste trabalho.

Ainda com relação aos estudos feitos através do IAPAR, realizou-se um mapeamento da pobreza no Estado do Paraná. Segundo dados do último Censo, realizado em 2000 através do IBGE, de 9.501.559 habitantes, o Paraná apresentou 1.029.012

habitantes abaixo da linha de miséria<sup>21</sup>. Para ilustrar o significado destes dados tem-se, então, que para cada 10 habitantes, um vive abaixo da linha de pobreza.

Segundo BAGLI e FERNANDES (*sd*) o estado do Paraná figura entre os 7 estados mais pobres da federação, tendo uma das maiores concentrações fundiárias e menor distribuição de rendas.

Os 399 municípios que compõem o Estado paranaense estão divididos em 18 associações (tabela 07), compostas por números distintos de municípios, o que facilita a organização da população e a distribuição de recursos.

---

<sup>21</sup> Da população total dos municípios (urbana e rural) extrairam-se as pessoas de famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo per capita (0,25 SM) mensal, constituída de dois grupos de pessoas: as pessoas sem rendimento e as pessoas que tem rendimentos inferiores a 0,25 salário mínimo mensal (...) Foi adotada a linha de pobreza de 0,25 S.M. per capita com o objetivo de quantificar as pessoas para as quais o nível de pobreza é mais grave, próximo da indigência, e portanto mais vulneráveis à fome de forma crônica. Levando em conta a diferenciação do custo de vida entre áreas metropolitanas, áreas urbanas e áreas rurais, os dados originais foram ponderados pelo índice de custo de vida da região metropolitana de Curitiba (1,1178), pelo índice de áreas urbanas do sul do Brasil (1,0097), em relação ao índice das áreas rurais do sul do Brasil (1,0000). (DORETTO MOACYR ET AL, 2003)



**Tabela 07: Associações dos Municípios do Estado do Paraná, no ano de 2000, e densidade populacional.**

<b>Associação de Municípios</b>	<b>População</b>
<b>CANTUQUIRIGUAÇU - Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu</b>	<b>224.831</b>
<b>AMOCENTRO – Associação dos Municípios do Centro do Paraná</b>	<b>330.745</b>
<b>AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná</b>	<b>193.825</b>
<b>AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná</b>	<b>167.409</b>
<b>COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão</b>	<b>312.933</b>
<b>AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná</b>	<b>549.800</b>
<b>AMSULEP – Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná</b>	<b>86.107</b>
<b>AMCG - Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais</b>	<b>577.420</b>
<b>AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí</b>	<b>314.949</b>
<b>AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná</b>	<b>231.134</b>
<b>AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro</b>	<b>386.426</b>
<b>AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná</b>	<b>1.088.395</b>
<b>AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná</b>	<b>256.717</b>
<b>PARANÁ LITORAL - Associação dos Municípios do Litoral</b>	<b>234.406</b>
<b>AMERIOS - Associação dos Municípios da Região de Entre-Rios</b>	<b>381.720</b>
<b>AMOSSEC - Associação dos Municípios da Região Metr. de Curitiba</b>	<b>2.701.306</b>
<b>AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Paranapanema</b>	<b>842.802</b>
<b>AMUSEP – Associação dos Municípios do Sertão Paranaense</b>	<b>620.633</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>9.501.559</b>

**Fonte: Microdados do Censo Demográfico do Paraná 2000 (IBGE) – Extraídos do Mapeamento da pobreza no Paraná (IAPAR).**

O município de Inácio Martins, local onde se encontra o assentamento pesquisado, pertence à AMCESPAR (Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná).

Todos os 10 municípios pertencentes à AMCESPAR (tabela 08) apresentaram um percentual de pessoas classificadas como pobres, maior do que a média do Estado. Portanto, esta associação compõe-se de municípios com elevada presença de pessoas pobres na sua população. Os municípios de Rebouças, Prudentópolis, Guamiranga, Fernandes Pinheiro e **Inácio Martins** tinham mais do que 20,0% das pessoas abaixo da linha de pobreza. Na AMCESPAR, 51,07% do total de pessoas classificadas como pobres encontravam-se nos municípios de Prudentópolis e Irati.

**Tabela 08: Participação relativa do número de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação à população total dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná (AMCESPAR), ano de 2000.**

Município	População	Pessoas abaixo da linha de pobreza	
		Nº	%
Rebouças	13.624	4.009	29,42
Prudentópolis	45.849	12.878	28,09
Guamiranga	7.146	1.793	25,10
Fernandes Pinheiro	6.364	1.568	24,64
<b>Inácio Martins</b>	<b>10.958</b>	<b>2.606</b>	<b>23,78</b>
Rio Azul	12.939	2.476	19,13
Teixeira Soares	8.167	1.367	16,73
Mallet	12.560	2.033	16,19
Irati	51.853	7.132	13,75
Imbituva	24.363	3.316	13,61
Total da AMCESPAR	193.825	39.177	20,21
Total do Estado	9.501.559	1.029.012	10,83

**Fonte: Microdados do Censo Demográfico do Paraná 2000 (IBGE).**

Analisando os dados contidos na tabela acima, evidenciamos o grau de pobreza que se encontra no município de Inácio Martins. Isto se deve à má divisão da riqueza. Ao chegarmos em Inácio Martins, logo na entrada da cidade vêem-se, ao longe, montes de serragem, decorrentes do benefício da madeira, efetuados pelas diversas serrarias existentes no município.

O município tem como principal atividade econômica a extração da madeira e a produção da erva mate (tabela 09). Esta predominância repousa no fato dos próprios colonizadores desta região pertencerem à alta classe da região sul do Paraná.

**Tabela 09: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2002 do município de Inácio Martins**

Extração Vegetal e silvicultura / 2002	Quantidades em Toneladas e/ou metros cúbicos	Valores em mil R\$
Produtos Alimentícios - erva- mate cancheada - quantidade produzida - 2002	3.758 ton.	1.127
Produtos Alimentícios - pinhão - quantidade produzida - 2002	17 ton.	09
Madeiras - carvão vegetal - quantidade produzida - 2002	820 ton.	107
Madeiras - lenha - quantidade produzida - 2002	28.800 m <sup>3</sup>	158
Madeiras - madeira em tora - quantidade produzida - 2002	2.780 m <sup>3</sup>	200
Pinheiro Brasileiro Nativo - (nó-de-pinho) - quantidade produzida - 2002	825 m <sup>3</sup>	13
Pinheiro Brasileiro Nativo - (madeira em tora) - quantidade produzida - 2002	32 m <sup>3</sup>	X
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - quantidade produzida - 2002	545 ton.	71
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - quantidade produzida - 2002	83.900 m <sup>3</sup>	1.846
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - quantidade produzida - 2002	83.900 m <sup>3</sup>	1846
Produtos da Silvicultura - resina - quantidade produzida - 2002	2 ton.	01

Fonte: IBGE, 2002

Os números expostos acima, demonstram claramente a estrutura formada no município como expressão do tipo de capitalismo realizado no Brasil, ou seja, a classe que detém os meios de produção é também a que obtém os melhores rendimentos. Assim, a atividade mais lucrativa dentre todas é a extração de madeira (toras) o que nos leva ao questionamento: quem, neste município detém as possibilidades de extrair, beneficiar e transportar toda esta madeira? Seria o trabalhador que possui apenas sua força de trabalho? Ou o fazendeiro, dono dos grandes latifúndios da região e dos meios de produção? Logo pode-se concluir que o que resta ao trabalhador é vender sua força de trabalho aos madeireiros da região.

Desse item apreende-se a gravidade com a qual a classe trabalhadora no estado do Paraná é obrigada a se deparar. Não são raros os casos de violência e repressão àqueles que resolvem manifestar sua indignação com tamanha desigualdade, com tamanha marginalidade da população pobre. No campo, como se pode imaginar, a situação é ainda pior, já que a política desenvolvida pelos governos estaduais tem priorizado a burguesia rural e tratado o camponês como risco ao “desenvolvimento” da democracia. Com um discurso bastante conservador, os governos têm procurado resolver as desigualdades sociais no estado através de programas assistencialistas, seguindo uma certa “tendência” dos países cuja predominância é o imperialismo, expresso no capitalismo dependente.

### **3.1 O MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS**

O município de Inácio Martins está localizado 1198m (mil cento e noventa e oito metros) acima do nível do mar, sendo considerado um dos municípios mais altos do Paraná. Seus limites estão entre Cruz Machado, Guarapuava, Irati (comarca), Pinhão, Prudentópolis e Rio Azul. Apresenta uma extensão territorial de 898.431 Km<sup>2</sup> e está a 211 km da capital paranaense. Conforme dados do Governo do Estado do Paraná, o município possui atualmente (2005) um total de 10.904 (dez mil novecentos e quatro) habitantes, divididos nas áreas rural (6.830 habitantes) e urbana (4.074 habitantes). Possui um clima subtropical úmido mesotérmico, sendo caracterizado por intensos períodos de temperaturas baixas e com muitas geadas. O município foi colonizado em 1892, quando as famílias Stresse, Schédler e Martins ali se estabeleceram.

A primeira denominação foi Guarapuavinha, devido à proximidade e importância dos laços comerciais estabelecidos com o município de Guarapuava.

A estrada de ferro foi um fator definitivo para a estabilidade da região, por ser a forma de escoamento da madeira, principal atividade econômica do município. A partir do decreto de lei nº 971, de 09 de abril de 1910, foi criado o distrito judiciário de Guarapuavinha, pertencente ao município de Guarapuava. E somente em 1960, a partir do decreto de lei nº 4.245 foi criado o município de Inácio Martins.

Ao longo do desenvolvimento histórico, a economia do Município esteve baseada principalmente do corte da madeira, como podemos perceber na tabela 08, localizada no capítulo 02.

A importância que a madeira assume para o município é fundamental para a sedimentação das desigualdades de classe que hoje fica evidente no número de madeireiras existentes na região. Com a divisão do Estado em associações, a região pertencente ao município se apresenta como uma das mais carentes e com maiores dificuldades na produção da vida dos trabalhadores. Do total de municípios do estado, estes que pertencem à AMCESPAR (Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná) apresentam um percentual de pobreza maior do que a média estipulada para todo o estado.

Em pesquisa realizada pelo IAPAR, o município de Inácio Martins possui 23,78% do total de sua população abaixo da linha de pobreza, o que comprova o que dissemos a respeito das profundas desigualdades que existem no município, externalizadas pela grande quantidade de madeireiras na região. As possibilidades cabíveis aos moradores da sede resumem-se, neste sentido, à adequação ao mercado capitalista ditado pelos grandes fazendeiros proprietários da região.

### 3.2 ROMPENDO A CERCA

#### **Estamos quase velinhos**

Nós estamos quase velinhos  
 De tantas fazendas ocupar  
 Cada área uma roçada  
 Para os filhos sustentar.  
 O Governo e a UDR  
 Tem dinheiro pra valer  
 Compram lei e a polícia  
 Para o Sem Terra despejar

Vamos contar nossa história  
 E também dos companheiros  
 Da vida no acampamento  
 Nós nunca vemos dinheiro.  
 Todo Sem Terra é pobre  
 Todo o pobre foi roubado  
 O patrão se enriquece  
 Com o suor dos coitados.  
 Pra fugir da exploração  
 Vamos ficar organizado  
 Lutando pelos direitos  
 que pra nós foram negados.

Quando encontrar um Sem Terra  
 Aperte bem sua mão  
 Veja os calos que ele tem  
 É marca da exploração.  
 E respeite ainda mais  
 Do fundo do coração  
 Pois ele que produz  
 O alimento da nação

*(Cantiga retirada do livro: **Escrevendo nossa luta, nossa história**)*

A ocupação de um latifúndio não pode ser analisada somente no rompimento da cerca que separa a propriedade privada da terra de seus trabalhadores, mas sim na sua totalidade, o que envolve toda uma preparação através de várias reuniões. Estas reuniões são realizadas para organizar os camponeses, estabelecendo um fio condutor de ações que se sustentam através de uma consciência de classe, um reconhecimento das possibilidades históricas de transformação social. “O que é espontâneo, inicialmente, ou seja, uma espécie

de festa popular onde se desconhece o funcionamento e o pavor e alegria são companheiras inseparáveis, vai adquirindo consistência e leitura de classe, no meio de toda a festa, que é a decisão de entrar na área”. (VILLALOBOS, 2001, p. 86)

Muitas famílias que romperam as cercas da Fazenda Pinheiros, em 1988, voltaram na mesma semana, dadas as dificuldades que encontraram, principalmente pela falta de alimentos. Era um local de mata fechada, não havendo sequer lugares para que os colchões fossem colocados e as crianças pudessem descansar. No entanto, um número considerável de famílias resistiu às primeiras dificuldades materiais. Ao total, permaneceram 1200 famílias (ver anexo 04), vindas de diferentes localidades do estado, constituindo uma das maiores ocupações da história paranaense. (RODRIGO, 2002). Houve muito sofrimento já no início da ocupação, causado pelo cerco realizado pelos pistoleiros a mando do proprietário das terras. A fome foi um fator decisivo neste processo de ocupação, funcionando como inibidor e encorajador daqueles camponeses para que continuassem a luta.

Logo que começaram a chegar todas as famílias, foi montado o acampamento: “Ali elas [as famílias] construíram os barracos com lonas pretas e esteiras de taquara, fizeram fogões com pedra, latões recortados e barro.” (SCHWENDLER; VARGAS, 2003, p.58)

Os primeiros dias de acampamento sempre são os mais tensos devido à possibilidade de ataques dos pistoleiros. “Somente as crianças conseguiam dormir de cansadas de tanto brincar, enquanto os adultos montavam guarda e contavam as estórias da luta, e pensavam em voz alta das possibilidades de um futuro que estavam construindo.” (VILLALOBOS, 2001, p. 93)

Foram formados os grupos (ver anexo 01), primeiro pela proximidade dos municípios e por relações de parentescos. A primeira providência tomada foi criar as brigadas, para uma melhor organização da área. Assim, uns prontificaram-se a montar guarda, outros cuidaram da saúde, assim como da educação e, assim, começou uma organização que se apresenta fundamental para a solidificação da luta. “Em cada um desses setores, uma comissão de assentados [acampados] para administrar, escolhidas na assembléia da mesma forma que a comissão de negociação, a mais importante, pois sem ela a consolidação da área não existiria.” (VILLALOBOS, 2001, p. 93)



No transcorrer dos dois primeiros anos, a fome acabou fazendo muitas vítimas. Morreram, neste período, 21 crianças por desnutrição, bem como 03 mulheres em trabalho de parto. Estas mortes tiveram como causa o cerco de policiais e pistoleiros, que impediam a entrada ou saída de qualquer grão de alimento ou remédio. Não fossem as mulheres do acampamento, organizando sopas alternativas, as mortes ainda aumentariam. Não poderíamos deixar de registrar, aqui, a importância de duas pessoas que contribuíram com aquela luta, muitas vezes arriscando suas próprias vidas em nome dos acampados: Irmã Lia e padre Albino, responsáveis por trazer alimentos e remédios e organizar o acampamento, graças às suas experiências em outras situações parecidas com aquelas.

As tensões foram tomando maiores proporções, com ameaças de morte e até mesmo seqüestro de alguns trabalhadores. Tudo isso ainda obscurecido pelo poder do latifundiário, que tinha apoio do governador Álvaro Dias – com um forte esquema de segurança policial – e também de autoridades locais, principalmente do prefeito da época. A situação estava cada vez pior, as negociações não caminhavam como o esperado. Idas e vindas ao INCRA foram constantes, sem respostas convincentes sobre a “legalização” da área.

Em Curitiba não conseguiram falar com o superintendente, mas foi possível reunir-se com o senhor Brandão. Já contando com a presença dos madeireiros, que testemunhavam a ‘capacidade de trabalho’ dos acampados, tentou-se saber qual era a situação legal da área. Para isso, foi chamado à reunião o advogado responsável pelo acompanhamento jurídico das áreas ocupadas, que rapidamente afirmou que o caso estava em Brasília (...) A solução segundo o assessor do INCRA [o senhor Brandão], estava fora do órgão, e recaía na capacidade de articular as pessoas certas nos lugares certos (VILLALOBOS, 2001, p. 100)

De nada adiantaram estas reuniões no INCRA. Apenas fizeram promessas aos camponeses, sem nunca cumprir com o combinado. Em Brasília, diziam que o processo estava no INCRA, e neste falava-se que estava em Brasília. Foi assim transcorrendo a morosidade burocrática do aparelho de Estado, sem soluções cabíveis de desapropriação.

Como na história de luta pela terra no Brasil as questões só são solucionadas após ocorrer um fato importante que revele os desmandos do tenentismo fundiário, não foi diferente aqui. Somente quando foi assassinado um Sem Terra, é que a sociedade voltou seus olhos aos problemas do acampamento. “A partir do assassinato de José Dias, em 16 de julho de 1990, a sociedade e o acampamento mobilizaram-se para exigir a apuração dos fatos.” (SCHWENDLER; VARGAS, 2003, p.59)

A morte de José Dias foi o estopim para a organização definitiva dos camponeses, a fim de pressionarem as autoridades. Com o fim do cerco militar as coisas começaram a melhorar, inclusive houve a permissão da entrada de alimentos no acampamento. Como a morosidade ainda era muito grande, os camponeses Sem Terra decidiram iniciar a divisão dos lotes por conta própria. Havia um problema, pois o número de famílias ainda era muito grande para o tamanho da área. Começaram as discussões internas para a resolução deste problema e decidiu-se que algumas famílias se organizariam para ocupar outras áreas de terras. Assim chegava-se ao número aproximado de 120 famílias, que se organizaram em lotes na área da Fazenda Pinheiros, chegando, finalmente, ao número de 106 famílias assentadas. As demais, de um total de 1200 como afirmamos anteriormente, prosseguiram na luta pela reforma Agrária em outros acampamentos.

Com as preocupações de organização interna, as negociações permaneceram inalteradas até final de 1993, quando os camponeses se voltam novamente para lutarem pela legalização da área.

Então foi reativado o setor de negociação e inserido junto à direção estadual do MST, com a tarefa de dar seqüência às negociações junto ao INCRA para a regularização. Travou-se muita luta, foram feitas negociações e reuniões, nas quais o INCRA jogava o problema para o fazendeiro e o fazendeiro para o INCRA. Em setembro de 1994 o fazendeiro marcou uma visita às famílias acampadas. Esperaram todos reunidos em assembléia, e ele chegou com sua advogada, com o intuito de esclarecer tudo, dizendo que o INCRA estava sem vontade de fazer o assentamento, mas que ele tinha uma proposta para ele mesmo regularizar o assentamento. As famílias não aceitaram e exigiram uma reunião coletiva dos três atores desta história: Acampados – MST, INCRA e Fazendeiro. Foi realizada a reunião no prédio do INCRA, com 45 acampados, o advogado da CPT, e o fazendeiro com sua advogada e o INCRA. Nessa reunião, que durou uma tarde inteira, as coisas se desenrolaram e em dezembro desse mesmo ano foi publicada, no Diário Oficial, a emissão de posse da área.” (SCHWENDLER; VARGAS, 2003, p.60-61)

Logo a constituição do Assentamento José Dias figurou como importante perspectiva de luta pela terra, espelhando muitas outras ocupações que vieram após esta. Nunca é demais lembrar que esta foi a primeira grande ocupação de terras no Paraná e apreender um pouco de sua história significa refrescar a memória para a constante luta por terras neste estado, que traz em seu seio a marca da violência contra os camponeses que, no entanto, conseguem vitórias expressivas neste processo de luta.

### 3.3 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS

Quando se decidiu organizar uma nova estruturação do acampamento através da divisão dos lotes, a conformação que antes facilitava, em muito, a organização da produção coletiva, agora é prejudicada pela distancia entre as famílias.

No período em que realizamos a pesquisa (fevereiro e março de 2005) a população geral do assentamento girava em torno de 650 pessoas, divididas em 106 famílias. O município de Inácio Martins sentiu a presença de seus novos vizinhos, principalmente na questão econômica, já que muitas coisas são compradas na sede. Para se ter uma idéia da abrangência do assentamento diante ao município, em conversas informais com os camponeses, ocorreu várias vezes a afirmação de que nas eleições é que o município sente a força do assentamento. Não são raras as vezes que uma votação para prefeito ou vereador é decidida no assentamento, o que faz com que a propaganda eleitoral seja acirrada no local. Isso sem contar com desenvolvimento das comunidades que já existiam próximas ao assentamento. Ainda em conversas informais, contaram que o desenvolvimento de benfeitorias à região veio através da implantação do assentamento, principalmente por inúmeras manifestações dos camponeses diante da prefeitura.

Dentre as 106 famílias que ainda permanecem, 11 se encontram em uma agrovila, unidas desde o início da divisão dos lotes. O restante das famílias estão assentadas em lotes individuais. Todas estão organizadas nas seguintes comunidades, uma espécie de bairro das grandes cidades: 1) Nossa Senhora do Rocio; 2) Marmeleiro; 3) Vividense; 4) Nossa Senhora Aparecida; 5) Nossa Senhora do Carmo; 6) Guarani do Cristo Rei; 7) São Jorge<sup>22</sup>.

O Assentamento José Dias está localizado na região de Góis Artigas, distando 14 km da sede municipal. Faz fronteira com o município de Prudentópolis. Está assentado numa área física contígua de 2.495.8789 hectares. Em vicinais estão disponibilizados 12.2670 ha, em reservas florestais, 348.8932 ha. (Rodrigo, 2002) A área total de lotes é de 2.146.0007 ha.

A decisão de alguns de se organizarem em lotes individuais e outros em lotes coletivos (tabela 10) influencia na forma como organizarão a produção, como conseguirão crédito para o plantio, e na compra de material. A cooperação agrícola é importante já que procura romper com o isolamento tão freqüente no campo. “Então, a cooperação é o jeito

---

<sup>22</sup> Esta comunidade é resultado da união da comunidade São Roque e São Jorge. Ambas eram constituídas de um número reduzido de famílias, e então, optou-se por uni-las.

de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de boi, comprar máquinas, e até chegar ao ponto de ter a terra também em conjunto.” (MST, 1991, p.136)

**Tabela 10 – Composição Social do Assentamento José Dias**

OPÇÃO PELA MORADIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	Percentual de famílias
Assentados em lotes individuais	95	89,62
Assentados em lote coletivo	11	10,38

É importante ressaltar que a decisão sobre que forma de organização estarão assentadas as famílias depende de vários fatores que, unidos, formam as condições objetivas e subjetivas. Objetivas, principalmente quanto às condições econômicas dos assentados, bem como as condições da área onde serão propostos as terras coletivas e também a qualidade da terra. Nas condições objetivas, há que se entender os aspectos culturais, carregados de significados, e que têm poder importante no momento de decidir. SOUZA (1999) mostra que a decisão de morar em forma de coletivo ou individualmente tem a ver com as experiências vividas anteriormente pelo grupo de assentados que, em sua grande maioria, nunca tiveram a oportunidade de decidir sozinhos sobre seu trabalho. Esse fator é importante, pois o assentado vê aqui uma oportunidade de ser “dono” de si mesmo. É importante que se entenda isso e que não se force uma situação, é preciso realizar um trabalho de formação e que os assentados possam ter a possibilidade de continuar escolhendo sobre que bases organizarão suas terras e sua produção.

### **3.4 A INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**

A infra-estrutura de um assentamento deve ser pensada desde o momento da ocupação. Ali são criadas maneiras de sobrevivência que facilitem a produção e a organização dos camponeses, o que pode implicar em profundas dificuldades, se não organizada de maneira responsável. “ Olhando para os assentamentos existentes, muitos deles ainda não conseguiram sequer um local para realizar reuniões. Isto reflete o nível de organização interna da comunidade local.” (MST, 2001, p. 97)

O Assentamento José Dias apresenta uma infra-estrutura que possibilita uma série de atividades importantes para a continuidade da luta pela terra. Como o próprio

Movimento apresenta, é fundamental que haja uma organização inicial, logo que saia legalmente o assentamento.

No entanto, um dos elementos desta infra-estrutura já faz parte praticamente da própria ocupação, trata-se da edificação da escola. Para o Movimento, a escola possui uma importância muito grande, pois é nela que as cercas da ignorância serão rompidas, possibilitando uma melhor leitura da realidade que cerca os camponeses Sem Terra.

Logo nos primeiros dias do acampamento, foi erguida a escola, ainda não legalizada sob o ponto de vista do Estado, com o objetivo de continuar a oferta dos estudos às crianças.

No acampamento, a escola, improvisada sob a lona preta, havia começado a funcionar com três turmas, com professores do mesmo acampamento. Três mulheres que tinham alguma instrução, uma a quinta série e as outras duas a terceira, se ofereceram para a atividade. A experiência e o carinho pelas aulas, também contavam para assumir a responsabilidade. As crianças pela manhã entravam alvoroçadas sob aquela lona, que era a escola. Alguns materiais tinham sido doados por padres e irmãs da região e outros pertenciam às próprias crianças.” (VILLALOBOS, 2001, p. 96)

Quando é legalizado o assentamento, surge uma nova luta, que discutiria a construção da escola em local central ao assentamento, para que fosse de fácil acesso à todas as crianças. O prefeito à época se negava a construir uma escola, e foi preciso uma manifestação em frente à prefeitura, seguida de negociações, para que pudesse ser edificada a escola.

“Em homenagem à companheira Margarida Maria Alves, mulher de muita luta, garra e fibra, foi definido que a escola se chamasse MARGARIDA ALVES.” (SCHWENDLER; VARGAS, 2003, p.60) A escola Margarida Alves conta atualmente ( em 2005) com 05 salas de aula, que acomodam as séries iniciais do ensino fundamental e a educação infantil.

No local onde foi erguido o edifício há também uma biblioteca, uma cozinha, três banheiros para uso das crianças e professoras e um posto de saúde. No posto de saúde trabalha uma técnica em enfermagem, porém uma das lutas que existem atualmente é para que seja construído um posto de saúde separado da escola. Outra conquista importante para o assentamento é o telefone, que facilita a comunicação das pessoas do assentamento. Existe somente um telefone público, que em grande parte do tempo está com defeito.

O local onde estão a escola e o posto de saúde é chamado pelos camponeses Sem Terra de Centro Social, popularmente chamado de *Centrão*. O MST indica a necessidade de um local como este: “Buscar ter na área central do assentamento um mínimo de estrutura que permita ali edificar o nosso *Centro Social* [grifos do autor], onde as pessoas possam se encontrar para discutir (*sic*) a vida, para festejar as vitórias, para celebrar a fé.” (MST, 2001, p 97)

Próximo à escola, foi construído recentemente um parque infantil, reivindicação do Movimento, pois este espaço possibilita à criança um momento de ludicidade e interação com os amigos e amigas de turma. “ Outro aspecto importante é garantir (...) os *parques infantis* [grifos do autor], nos quais deveremos construir brinquedos rústicos, em que as crianças possam desenvolver plenamente a sua coordenação motora e a percepção de seu corpo.” (*op cit.* p.98) O parque construído no assentamento é constituído de materiais alternativos, sem nenhuma peça industrializada, possuindo somente pneus, toras e tábuas.

Outra importante construção, onde ocorrem as reuniões mensais das brigadas, é o centro de convivência, conhecido como *Barracão*. Aqui é o local de diversão dos homens nos finais de semana, pois acolhe um pequeno bar, com duas mesas de sinuca, e algumas bebidas e comidas.

Como na grande maioria dos assentamentos, a igreja é parte constitutiva da infraestrutura dos mesmos. No Assentamento José Dias, a igreja está próxima ao *Centrão* e comporta aproximadamente 90 pessoas. A religião a que pertence a igreja é o catolicismo, reinante no assentamento.

Para o lazer, existem poucas opções. Somente um campo de futebol de areia e o Barracão. Não há outras modalidades que propiciem uma vivência mais variada das práticas corporais. Este é um motivo importante, dizem os jovens, para a falta de lazer nos fins de semana. Para as mulheres não restam opções, senão ficarem em casa assistindo televisão ou ainda jogando conversa fora com as vizinhas próximas à sua casa. Fica evidente a falta de atividades que possibilitem aos jovens reinventarem um novo tipo de cultura, diferente daquela produzida pela indústria midiática, fato que poderia atrair a juventude para desenvolver novas atividades.

As famílias residem, em sua maioria, em casas feitas de madeira, existindo uma ou outra construída em alvenaria, sendo exceção.

As estradas que cortam o assentamento estão sempre em péssimas condições, pois a prefeitura local não faz manutenções suficientes e quando as realiza é somente para recuperar trechos que já não permitem acesso aos veículos.

O problema das estradas influencia diretamente o transporte do assentamento, que só é ofertado aos moradores uma vez por semana, levando aqueles que quiserem até a sede municipal. O transporte escolar é também muito precário, com ônibus muito deteriorado. Quando acontece algum imprevisto com o transporte escolar, por quebra mecânica, causada muitas vezes pela má conservação das estradas, as crianças são impedidas de freqüentarem as aulas, já que a prefeitura só oferece um ônibus para o assentamento. Vale ressaltar que muitas crianças chegam a passar 02 horas no interior do transporte escolar até chegarem a escola, sendo obrigadas a saírem de casa ainda com o escuro.

Atualmente (em 2005) a escola Margarida Alves é composta por 05 educadoras que sempre moraram no assentamento. Todas participaram da ocupação, o que firma o compromisso com a educação transformadora que prega o Movimento. A luta travada para que sejam garantidas escolas em todos os assentamentos não é nova e requer uma atenção muito grande por parte dos assentados.

É necessário que se construa uma escola do campo, voltada para a realidade social, para a formação da consciência, sempre respeitando o tempo do aprendizado, muito particular em determinadas condições e regiões. Tal construção seria fundamental para que a juventude utilizasse este espaço de construção do conhecimento em prol de seus interesses e de seus companheiros e companheiras de luta. A dificuldade em se construir uma nova concepção de educação do campo, pautada nos interesses populares, reside principalmente no aspecto de secundarização de sua importância, graças ao processo de urbanização que a envolveu por muitos anos. (LEITE, 1999). A urbanização atingiu a escola do campo, que implantou em seu currículo as disciplinas que constituíam os currículos das escolas urbanas. Este fato é visto, ainda hoje, sem a menor preocupação por parte do Estado em adequar os conteúdos ao cotidiano vivido no campo.

### **3.5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**

A preocupação com a produção, tanto nos acampamentos, mas principalmente nos assentamentos, não é recente. Para que o MST não se resumisse a um Movimento Social de luta única e exclusivamente pela terra, era preciso preocupar-se com as formas de continuidade da luta.

Quando o MST surgiu, em fins da década de 70, a principal preocupação era com a ‘conquista da terra’, mas a forma de trabalhar dependeria de cada trabalhador. Os trabalhadores adotavam as roças comunitárias, como primeira estratégia de produção. O trabalho coletivo era apenas uma proposta, concretizada em algumas associações formadas por um número pequeno de famílias. A partir de meados da década de 80, quando o movimento começa a se expandir nacionalmente, aumenta o número de assentamentos, inicia-se a preocupação com a ‘viabilidade da reforma Agrária perante a sociedade e, conseqüentemente, com novas formas de organizações sócio-econômicas dos assentamentos rurais. (SOUZA, 1999, p. 111)

O trabalho se apresenta novamente como fator decisivo na organização da produção, já que é o elo entre as necessidades de produção da vida e sua realização. Por ter consciência de estarmos inseridos em um modo de produção que tem no trabalho imprescindível forma de alienação do ser humano, o MST, desde muito tempo, mais precisamente 1989, tem pensado em alternativas à organização do trabalho com a terra.

Com o lema “ocupar, resistir e produzir”, o MST insere na agenda política de discussões dois fatores importantes que aprofundam a questão agrária, estabelecendo outros princípios de ações, além da ocupação.

“Resistir”: seu significado vai além da resistência do combate pela conquista da terra, abrangendo também a resistência às explorações, aos ditames do capital e à permanência na terra ocupada..

“Produzir”: aqui surge a preocupação com a organização da produção, já que as primeiras experiências solicitavam que fossem repensadas alternativas de ações.

Preocupados com o desenvolvimento econômico dos assentados e como poderiam livrar-se dos problemas enfrentados por pequenos produtores sujeitados a lógica de mercado, o MST propõe a desenvolver propostas de organização da produção e experiências coletivas de produção.

Era preciso considerar a organização da produção sob aspectos opostos àqueles da lógica capitalista, pautada no economicismo e individualização. (SOUZA, 1999)

Segundo SIZANOSKI (1998), para que a organização seja coletiva e atenda aos objetivos de cada participante, ou pelo menos da maioria, é preciso realizar um trabalho de



base, que discuta a cultura dos camponeses, o significado do trabalho enquanto produtor de valores-de-uso, enfim, caminhar de acordo com as experiências pessoais e coletivas.

Evidentemente que construir uma proposta coletiva de produção não é fácil, pois se o fosse, provavelmente não estaríamos vivendo as lamúrias de uma sociedade individualista.

SOUZA (1999) confirma que uma das principais dificuldades para que o sistema cooperativista surta os efeitos desejados são os objetivos particulares de cada camponês, que é influenciado, em grande parte, pelo modelo de produção com o qual está familiarizado, individual como a grande parte da pequena agricultura.

Desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio tanto para as lideranças do MST – que procuram discutir, mostrar experiências positivas para os assentados – quanto para os trabalhadores rurais sem-terra, que possuem uma visão individual e ‘familiar’ de trabalhar com a terra. Ou seja, histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou estiveram decidindo autonomamente o que como produzir e comercializar. Portanto, o que querem no momento imediato da conquista da terra é ter poder de decisão, juntamente com o sucesso econômico. (SOUZA, 1999, p.112)

O MST (1991) já apontava as dificuldades de se desenvolver o cooperativismo agrícola, considerando importante observar os aspectos objetivos e subjetivos que envolve tal tarefa.

Entende-se por condições objetivas a situação natural da área a ser coletivizada, situação do solo, do clima, potencialidade de produção agropecuária, o grau de acumulação de capital e bens indivisíveis que a comunidade ou grupo dispuser (...) a situação do mercado daqueles produtos agropecuários que na área a ser coletivizada possuem maiores potencialidades, pois as distâncias da cooperativa até o mercado, as condições de preço dos insumos que a lavoura necessita e os preços finais obtidos no mercado, influenciam também decisivamente para o sucesso daquele desenvolvimento. Por outro lado depende das condições subjetivas do grupo de agricultores que aderem a um processo de cooperação agrícola. Essas condições subjetivas são o grau de consciência social que os agricultores possuem, o seu nível cultural, seu grau de conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e as métodos administrativos. São condições subjetivas, também, sua capacidade organizativa e suas perspectivas ideológicas sobre o futuro do grupo social e da classe a que pertence. (MST, 1991, p.148)

Sob tais dificuldades e escolhas de organização da produção, as famílias do assentamento José dias refletem tanto a organização individual como a organização coletiva de produzir.

Logo no início do assentamento, as famílias se organizaram, tanto coletivamente quanto individualmente, conforme verificamos na composição social. Dessa composição seguiram-se as organizações da produção, que se apresentavam assim:

- Uma associação de produção e comercialização, composta por 11 famílias, todas unidas por grau de parentesco, denominada ACOPAC (Associação Coletiva de Produção Agropecuária e Camponesa). Funciona ainda hoje (2005).
- Uma associação de produção e comercialização, composta por 18 famílias, unidas a partir da região onde moravam (região de Ampére), denominada ASPAR (Associação Agropecuária Rural). Essa associação durou poucos meses, pois a distância dos lotes das pessoas dificultava o traslado até o local de trabalho, já que tal associação não se organizou em lotes coletivos.
- Uma associação de máquinas, composta por 08 famílias. Essa associação ainda existe hoje (2005), porém com muitas dificuldades dada à distância de uma família à outra, já que os lotes são individuais, somente sendo coletivo o uso das máquinas. Essa associação não é legalizada por isso não possui nome.

Neste sentido, de acordo com depoimentos dos assentados e com alguns documentos consultados, pôde-se constatar a mudança de várias formas organizativas durante o período de existência do assentamento. Isso revela que a própria dinâmica se expressa enquanto movimento vivo dos atores sociais envolvidos, exprimindo-se na práxis concreta o princípio educativo no seu dia-a-dia tal qual foi apontado por CALDART (2004).

Das três associações, a ACOPAC tem ainda hoje a melhor estrutura, e toda sua produção é coletiva. A associação dos “Norte”, como é conhecida entre o conjunto dos assentados, nome dado pelo fato dos seus moradores pertencerem à família Norte, tem na produção do carvão vegetal sua principal atividade econômica. Foram muitas as tentativas de produção, como palanques de madeira, criação de suínos, porém, o que realmente se firmou foi a produção do carvão. A ACOPAC está estruturada da seguinte forma: presidente e vice-presidente; tesoureiro e vice-tesoureiro; secretário e vice-secretário; e conselho fiscal. Na verdade essa organização não se estabelece na prática, já que a

organização do trabalho é decidida coletivamente. As terras desse grupo de 11 famílias são coletivas e utilizadas para o plantio de produtos para a subsistência e para o comércio. Da mesma forma, o trabalho é organizado coletivamente e as sobras são divididas entre as famílias.

A associação coletiva possui um trator, um caminhão já bastante surrado pelo tempo, uma peneira para separar o carvão e, uma costuradeira usada para costurar as embalagens do carvão.

Uma das principais dificuldades encontradas é a distância entre a associação e o mercado. Essa distância impossibilita que os associados tenham condições de levarem, eles próprios, o carvão. É quando aparece uma figura bem comum no campo, o intermediário. Com o único objetivo de retirar vantagem da operação, vai ao assentamento com um caminhão apropriado – caminhão do tipo furgão – pega o carvão já separado e empacotado com as embalagens que ele mesmo fornece e leva para mercados de São Paulo e, principalmente, Minas Gerais.

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, menor era sua condição de conservar o primitivo nível da venda direta do produtor ao consumidor. Quanto mais distante e extensos se tornavam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se tornava, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se tornava o intermediário. O negociante se coloca, então, entre o consumidor e o produtor; ele tem uma visão melhor do mercado, melhor que a deste último e domina o mercado até certo ponto; ele se aproveita dessa situação para explorar o camponês. (KAUTSKI, 1986, p. 20)

Ainda sobre a organização da produção, pôde-se notar uma questão importante, referente ao papel da mulher na produção da ACOPAC. Por imposições culturais arraigadas no paternalismo e machismo, a mulher realiza uma jornada de 08 horas. No entanto 04 horas são destinadas ao trabalho doméstico e 04 horas destinadas ao trabalho junto a associação. O fato curioso é que só ganha por quatro horas de trabalho, realizadas na associação, o que demonstra um descaso com o trabalho doméstico. Não há sequer, uma menção sobre a possibilidade de divisão das tarefas entre o homem e a mulher. De maneira geral, o pagamento realizado aos associados é realizado por hora trabalhada, significando, portanto, que a mulher recebe a metade que o homem.

Além das dificuldades para que seus produtos sejam inseridos em circulação, outra dificuldade está na escassez da matéria prima utilizada para o fabrico do carvão. A madeira

está em falta no assentamento devido ao corte excessivo, sem que houvesse um reflorestamento adequado. Isso influenciará na atividade econômica de todos os moradores do assentamento, estejam assentados em lote coletivo ou em lotes individuais.

As famílias organizam sua produção de acordo com dois objetivos: o primeiro é para sua subsistência, já o segundo é decorrente das péssimas condições em que se encontram as terras do assentamento, obrigando os camponeses a encontrarem atividades paralelas que suplementem as deficiências da produção do solo. A lenha é a principal alternativa encontrada. Essas famílias possuem em seus lotes, fornos que produzem o carvão ainda sem ser peneirado. Esse carvão é vendido à ACOPAC, ou para intermediários que vão ao assentamento atrás da mercadoria.

Com o fim da madeira e conseqüente fim da produção do carvão, será necessário encontrar alternativas à produção, cuja dificuldade se torna ainda maior pelas condições do solo. Existem as formulações de alguns projetos voltados a alternativas para a produção do assentamento, mas que encontram impedimento tanto pelo clima muito frio da região e, principalmente, pela forma com que é organizado e gerenciado o trabalho na sociedade capitalista.

A seguir, no próximo Capítulo, analisaremos as limitações determinantes ao assentamento pelo modo de produção capitalista, enfocando, para tal análise as esferas do trabalho, da produção e da cultura. Nossa principal indagação os termos em que essas determinações limitam a produção da vida do camponês, em específico da população jovem do assentamento.



## **CAPÍTULO IV**

**CAUSAS DA EVASÃO DA JUVENTUDE, NAS ÁREAS DE  
REFORMA AGRÁRIA DO MST: O CASO DO ASSENTAMENTO**

**JOSÉ DIAS**

## **CAPÍTULO IV – CAUSAS DA EVASÃO DA JUVENTUDE, NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**

Este capítulo contém os resultados da pesquisa de campo realizada com os atores sociais do Assentamento.

A sua organização compreende duas partes. A primeira analisa a visão de uma representante da direção estadual do MST, responsável pelo setor educacional. A segunda analisa as posições do grupo de assentados investigados. Deste grupo foram examinadas as respostas dos atores sociais distribuídos em 3 categorias, a saber: assentados em lotes individuais; assentados em lotes coletivo e a juventude do assentamento.

### **4.0 A VISÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SOBRE A EVASÃO DO SEGMENTO JOVEM DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS: IMPLICAÇÕES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO**

A escola representa para o MST uma conquista tão importante quanto a terra, pois propicia a formação dos Sem Terra rompendo com as cercas do analfabetismo. Logo que tal perspectiva assume aspecto de centralidade na luta do MST, começam as reivindicações mais organizadas para que se tornasse regra a implantação de escolas nos assentamentos conquistados. A briga para que estas escolas fossem implantadas foi árdua, resultante de muitas manifestações em frente às prefeituras responsáveis pela região da ocupação. Outra luta era para que os professores e professoras fossem membros integrantes do próprio Movimento, o que causou recusas por parte do governo. Depois de muita luta, se assegurou que nas escolas que estivessem dentro do assentamento, a preferência seria dada aos assentados e assentadas que possuíssem experiência ou habilidade para educar.

Passados mais de vinte anos da criação do MST, a luta por escolas ainda é deflagrada em grande parte das regiões do nosso país. No estado do Paraná, segundo a coordenadora do setor de educação, existem aproximadamente 70 escolas que estão inseridas no processo de luta no assentamento. Pode parecer bastante, porém se considerarmos que existem atualmente mais de 200 assentamentos no estado, o número de escolas é ainda muito pouco significativa diante da necessidade de formação dos trabalhadores Sem Terra.

... todos os anos estão fechando escolas em áreas de assentamento. Nos outros assentamentos todas as crianças freqüentam a escola na cidade. Existem escolas que foram todas nucleadas, e assentamentos em que as escolas estão nucleadas na cidade e as crianças não têm outra opção a não ser freqüentar a escola na cidade. Essa é uma realidade do campo no estado do Paraná, não é um problema dos assentamentos unicamente. [coordenadora setor de educação do MST, Paraná]

São diversas as possibilidades que expliquem o fechamento destas escolas em assentamentos. Uma das explicações pode estar na grande propaganda realizada pelo governo estadual, divulgando a escola da cidade como espaço mais bem preparado do que as escolas do campo.

... quando no campo foi feita toda uma propagando dizendo que as escolas do campo não servem, que são de segunda categoria, que a vida no campo não é vida, que a vida boa é na cidade. Então mudar toda esta visão distorcida, mesmo dentro do acampamento, de educação, do direito à educação, não é fácil. [coordenadora setor de educação, Paraná]

Outra possível explicação nos interessa muito, pois trata da evasão da juventude. Segundo a coordenadora, uma das possíveis causas para o fechamento das escolas é a crescente diminuição de crianças nos assentamentos, em função da saída da juventude.

... está envelhecendo as famílias, ou porque os lotes são pequenos e não tem como as famílias ficarem, ou não se buscou outras linhas de produção, ou a região, porque ali, em Inácio é uma região que não tem muitas cidades grandes perto. Ou não se buscou outra forma alternativa, porque no campo hoje não só tem trabalho na agricultura. Mas pode ser que as famílias não buscaram outras formas de trabalho fora da agricultura, mas no assentamento. Pode também estar acontecendo isso, porque a juventude sai, ela quer perspectiva, quer futuro. Se ali não tem, eles vão para fora buscar, não ficam. Nós temos assentamentos envelhecidos, que só tem famílias mais de idade e os jovens estão saindo, como temos outros locais que os jovens estão querendo ficar e estão buscando outras formas de resolver isso. [coordenadora setor de educação, Paraná]

Não podemos esquecer dos avanços que o MST tem acumulado ao longo de sua luta. A proposta de Reforma Agrária atual, traz novos debates ao cenário político do Brasil. Como já vimos no capítulo dois, o avanço que trouxe o acúmulo de experiências nestes anos de vida do MST deve ser destacado, e deve ser compreendido de forma particular quando analisamos a evasão da juventude de suas terras conquistadas. Se em 1988 a luta era prioritariamente voltada para a conquista da terra, atualmente ampliou-se o entendimento de Reforma Agrária, incluindo ali possibilidades que aproximem os jovens de sua identidade, dando condições de sobreviver do trabalho, sem esquecer dos momentos de lazer, e de cultura.

Nós ainda estamos buscando um método melhor para trabalhar, pois acho que nos assentamentos nós não conseguimos realmente fazer o trabalho que deveríamos. Acho que esse é um problema, nós não conseguimos realmente desenvolver um método que atinja as famílias e as motive, estamos fazendo um trabalho na área da comunicação e da cultura para ver se a gente assim conquista. Quando se trata da luta por recursos, renegociação de dívidas, então o pessoal vem, tenta fazer um trabalho maior. Esse trabalho então, a cada três a quatro meses fazemos uma semana de estudos com a coordenação, são 18 pessoas de cada brigada, no mínimo, vem gente dos assentamentos e acampamentos, para que eles voltem. Em cada setor, tem também, seus quadros de formação, buscando garantir que o pessoal participe também dos assentamentos, mas a gente sabe que o trabalho nos assentamentos é um pouco mais lento, tem uma outra dinâmica. O acampamento é sempre muito mais dinâmico, como as pessoas não tem a preocupação de organização dos lotes, então tem mais disponibilidade de tempo e tudo. [coordenadora setor de educação, Paraná]

Temos configurado um quadro em que existem assentamentos mais antigos e assentamentos mais novos. Naqueles mais antigos, como é o caso do assentamento José Dias, o resgate da identidade Sem Terra é dificultado pela enorme influência que a sociedade causa na forma de viver e organizar o trabalho, a produção. É realmente um grande desafio pensar alternativas que resgatem estas pessoas, para os pressupostos defendidos pelo MST, para que se tornem orgânicos à luta. Já nos assentamentos mais novos, as experiências acumuladas são ferramentas fundamentais para que a formação da consciência dos camponeses Sem Terra seja forjada a todo o momento, possibilitando a continuidade da luta. Neste sentido, a luta não deve ser por recursos advindos de financiamentos bancários, mas sim luta por um Estado que garanta condições de trabalho na terra para toda a família, incluindo a juventude.

#### **4.1 A VISÃO DOS CAMPONESES SEM-TERRA DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS, A PARTIR DAS CATEGORIAS: TRABALHO, CULTURA E PRODUÇÃO**

Apresentaremos, a seguir, as visões dos assentados a respeito da causa da evasão da juventude, tendo como categorias estruturantes para a análise o trabalho, a produção e a cultura.

Ao adotar o trabalho como suporte para nossas análises, vale ressaltar sua importância, já anunciada por nós, na formação do ser humano e, por conseguinte, o papel histórico que assume. Isso significa que o trabalho está sujeito a interpretações, usos e formas de utilização que estão relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas e ao modo de produção da época, ambos determinados historicamente.



As representações históricas encontram-se paralelamente, resultantes da materialidade, ou ainda,

... uma soma de forças de produção uma relação historicamente criadora com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento um caráter especial (MARX; ENGELS, 1987, p. 56)

Entender o trabalho vinculado à concepção materialista de história significa tomá-lo como processo gerado a partir das diversas fases de desenvolvimento pelo qual passou a produção material da humanidade.

Se por um lado podemos considerar o trabalho como fundante do ser humano, por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em trabalho alienado, revestido por um contrato tipicamente capitalista, firmado para manter a subsunção do trabalho ao capital. O contrato de trabalho conduz o sentido fundante que este assumia, a uma dependência de sobrevivência, e conseqüentemente degradação da vida humana.

É sob este olhar contraditório, entre trabalho como produtor de valores-de-uso e trabalho como produtor de valores-de-troca que desenvolvemos nossa análise, a fim de apreender possíveis causas que esta categoria ao ser apropriada pelo capital, pode influenciar na problemática em estudo.

Outra categoria da qual utilizamos neste estudo trata da cultura. Não da cultura em geral, aquela tão difundida atualmente como humanizadora do ser humano e, portanto, como ontológica, mas sim a cultura como resultado da produção do trabalho humano, aquele trabalho em geral, que por si próprio tem o caráter de humanizar. No entanto, torna-se insuficiente, e até mesmo reducionista, creditar à cultura somente o reflexo da economia. Isso significa dizer que a cultura não é determinada somente pela ordem social vigente, mas também é resultado de mediações das produções culturais dos grupos sociais com este modo de produção. Categorizar a cultura como forma singular de um grupo social, relacionado diretamente com a produção econômica imprime uma relação mais dialetizada, sem incorrer em interpretações mecanicistas, o que dá significado importante para nossa pesquisa. Interpretar as relações culturais entre o campo e a cidade, e suas determinações nos darão respostas importantes quanto às deduções sobre a permanência ou saída da

juventude residente no Assentamento José Dias, principalmente se observarmos a ideologização da cidade como espaço modernizado e avançado. “... toda pessoa humana e todo grupo social, à medida que se relaciona com a natureza, produz cultura. Ao produzir-se, o ser humano produz cultura, ou seja, a sua própria existência cotidiana leva-o à produção cultural” (CALDART, 2004, p.35)

Torna-se fundamental a concepção de cultura apresentada, pois remete-nos a olhar os sujeitos que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como produtores de uma cultura carregada de significados, que se contrapõem à sociedade capitalista. Assim sendo, temos uma situação inusitada ao refletir sobre o MST de modo geral, ao passo que se configura uma nova forma de socialização, uma nova forma de representar e fazer cultura, temos todos os sintomas de uma sociedade já enraizada em valores que se contrapõem a esta nova maneira de resistir, assumida pelos Sem Terras. O novo banhado pelo velho (AUED, 2004), ou seja, novas formas de viver, de dar sentido a luta, mergulhados num rio repleto de vicissitudes inerentes ao modelo de produção capitalista. É justamente no embate travado entre novas e antigas possibilidades, é que se configuram outras formas de pensar a cultura, realizando com isso o movimento dialético entre a totalidade e as particularidades, incluindo aí a cultura. A concepção de cultura que adotamos, parte da forma como foi elaborada por Marx, “ ... concebida como relação material determinada dos sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas por eles [...] momento da práxis social como fazer humano de classes sociais contraditórias na relação determinada pelas condições materiais, e como história da luta de classes” (CHAUÍ *apud* GOHN, 1999, p.24)

Finalmente, a produção nos indica aspectos importantes que refletem a precariedade com a qual os camponeses pobres se deparam na tentativa de produzir socialmente suas vidas. Sendo assim, a produção está marcada pelo modo de produção vigente, que impele à produção de mercadorias, como única atividade possível na relação social tipicamente capitalista. O que seria a produção exclusivamente das necessidades imediatas, sem a necessidade de acumulação, torna-se no capitalismo a produção de mercadorias, a produção de produtos que gerem lucro.

Neste sentido o camponês se torna agricultor, torna-se produtor de mercadorias e não mais produtor de valores-de-uso. A transformação do caráter da produção, implica na

maneira em que o agricultor organiza sua produção, voltada para a produção individualizada, e principalmente para a organização do trabalho e da forma de viver particularizada.

A única maneira de o camponês obter dinheiro foi, então, converter seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los. É claro que os produtos de sua indústria atrasada não eram os mais procurados, mas eram os que a indústria não produzia. Foi assim que o camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um *simples agricultor* [grifos do autor]. E quanto mais ele se transformava em agricultor, ou quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela auto-suficiência, segurança e conforto da existência camponesa (...) O camponês passa agora a depender do mercado que a ele se revela mais caprichoso e imprevisível que o tempo. Contra as perfídias deste havia recursos com que precaver-se até certo ponto. (KAUTSKI, 1986, p. 19)

Para os camponeses Sem Terra, a decisão da forma como organizar a produção pode ser decisiva, e da mesma forma pode definir questões relevantes quanto a sobrevivência nas terras conquistadas.

Então, sobre estes três aspectos, do trabalho, da cultura e da produção, é que desenvolveremos o capítulo quarto, retratando as visões dos três grupos categorizados por nós: os assentados em lotes individuais, os assentados em lotes coletivos e finalmente o segmento jovem do assentamento.

#### **4.1.1 Os assentados em lotes individuais**

De um total de 95 famílias que optaram por essa modalidade de apropriação e uso da terra, foram entrevistados representantes de 17 famílias. Ainda sobre o número de famílias entrevistadas, convencionamos representar os entrevistados através de números, sendo que numa mesma família pode existir dois entrevistados ou mais, dependendo da participação na entrevista elaborada por nós. Logo, foram entrevistadas 21 pessoas, compreendendo, aqui, homens e mulheres das casas onde visitamos para a realização da pesquisa.

Daquelas 95 famílias que optaram pelo lote individual, 15 famílias não participaram da ocupação, já que chegaram ao assentamento posteriormente a todo o processo de luta. Os motivos que levaram as famílias participantes da ocupação a saírem das terras

conquistadas são diversos porém, refletem bem as dificuldades que sofrem os assentados para sobreviverem produzindo suas subsistências.

Uns porque não tinham como sobreviver, alguns porque se desgostaram com alguma coisa, problemas, coisas assim. Tiveram duas famílias aqui perto que não sobreviviam mesmo, não sei se era a família que não se adaptou à vida na roça, mas não produziam nada, não sobreviviam em cima, nem com carvão, com nada. Eles estão morando em Francisco Beltrão, estão trabalhando por lá, estão sobrevivendo por lá. Algumas foram iludidas com a cidade, em busca de alguma coisa melhor, que acharam que fosse melhor e que hoje sabemos que estão arrependidos. Como diz, era feliz e não sabia. Mas isso aconteceu também. [Entrevistada 05, lote individual]

As respostas para o questionamento a respeito do motivo que levou às 15 famílias a desistirem das terras conquistadas, foram todas no sentido da falta de condições econômicas para sustentar de maneira satisfatória formas de seguir produzindo. Estas dificuldades, no entanto, não são exclusividades de uma minoria, fazem parte da tentativa de sobrevivência dos trabalhadores diante as especificações capitalistas de geração de lucro às custas da exploração da força de trabalho.

Se observarmos o campo como produtor de cultura, logo visualizamos que tal cultura fica subsumida à cultura hegemônica. Uma cultura produzida para os grandes centros urbanos, caracterizando uma supervalorização da cultura e valores transmitidos pela cidade como espaço modernizado e avançado, em relação ao campo.

As famílias que venderam os direitos de produzir sobre a terra, estão, hoje, segundo comentam os assentados, arrependidas, pois foram para os grandes centros urbanos e lá encontraram a fome, a miséria como parte da vida daqueles que procuram sobreviver em meio às favelas. Muitos vão graças à manifestação de uma cultura atraente, que proporciona melhorias na vida do camponês. Esta ideologização do urbano, tem grande responsabilidade nos meios de comunicação, que demonstram aspectos positivos da vida na cidade, porém ocultam as principais dificuldades.

É dos meios de comunicação, porque todo mundo tem a televisão, tem um rádio em casa, daí não precisa mais se preocupar com reunião, acham que é perda de tempo. O tempo que tem querem ficar em casa assistindo. E acreditam no que vem lá de fora. Infelizmente nós temos isso. O que tem aqui dentro, que o pessoal faz acreditar nas lideranças, se você vem lá de Curitiba e você fala alguma coisa o pessoal acredita, te valoriza por você falar isso, mas nós mesmo vamos falar, a mesma coisa que você falou, outro daqui vai falar, nós não temos valor. O pessoal se acomoda, quer fazer somente para si e não pensa no grupo. [Entrevistada 04, lote individual]

Ao entrevistarmos algumas famílias que chegaram depois da ocupação, notamos uma certa dificuldade em assumir a bandeira do Movimento, e seus pressupostos. Inclusive chegam a afirmar que não pertencem ao MST e são contra a causa da luta pela terra.

O que eu penso do MST? É meio difícil né, Ta bem ruizinho, eu acho. A coisa ta meio feio né, Deus o livre. Eu nem me considero e nem desconsidero ser do MST, acho que tem que considerar, pois ta dentro daqui. Mas eu acho que eu não sou, eu mesma não. Não sei mais acho que eu não sou, não sei se to errada ou certa. Eu sei lá sabe, não penso que eu seja ou não seja, pq a gente é assentado tem que ser do lado deles? Não acho. [Entrevistada 07, lote individual]

Com o descompromisso com a luta ampliada, é de se inferir que estas pessoas ao não se sentirem membros participantes da linha política e ideológica do MST, estejam mais suscetíveis à ideologização urbana, concorrendo para a saída das terras dos jovens que ali residem. Falta nelas o pertencimento da identidade Sem Terra, da qual bem destacou CALDART, 2002:

O fato é que há no Brasil hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: *Sem Terra*. Neste sentido Sem Terra é mais do que sem-terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história da formação do sem-terra brasileiro, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente está a requerer estudos mais aprofundados (p. 129-130)

Os camponeses sem-terra passam a ser sujeitos sociais, à medida em que compartilham suas lutas, seus sonhos, maneiras de superar as adversidades impostas pelo modelo de sociedade. “Nesse sentido, um sujeito social se constitui (e se fortalece ou enfraquece) em um determinado contexto, dentro de relações sociais e, no caso do formato de nossas sociedades, dentro da luta de classes.” (CALDART, 2004, p.33) Poderíamos inferir, daqui, que a identidade Sem Terra, reforça a identidade de classe. No entanto, de forma mais especificada, de acordo com a realidade e particularidade deste sujeito que se forma através da luta pela Reforma Agrária.

Se refletirmos sobre o forjamento de tal identidade, verificamos que até mesmo aqueles que estão desde o início do processo de assentamento, na medida em que optaram pela modalidade individual, ainda estão por sedimentar uma maior identificação com os propósitos de socialização e de produção coletiva apregoados pelo MST.

Está difícil ainda, porque infelizmente nós temos essa grande dificuldade, o pessoal coloca na cabeça, depois que é assentado não precisa mais lutar. Se fecha cada um no seu lote, nos seus afazeres e não querem mais participar de reunião, para falar bem a verdade, nem dos cultos, das orações, da reunião de animação da fé, missa, tudo o que tem ali de animação o pessoal não quer mais participar. Depois que é assentado só quer cuidar dos seus. [Entrevistada 04, lote individual]

Nesse caso, poderia ter ocorrido entre estes camponeses Sem-Terra, apenas uma adesão formal aos propósitos do MST, causada, provavelmente, pela pouca formação continuada desses atores sociais, outrora bravos lutadores militantes do MST, e na atual condição conformados proprietários de um pequeno lote de terra. Aí se situa uma importante limitação da Reforma Agrária meramente capitalista, isto é, que não seja elaborada durante todo seu percurso, na perspectiva da socialização dos meios de produção e da formação do novo homem e da nova mulher.

Outro fator importante que merece atenção ao retratarmos a escolha por lotes individuais ou coletivos reside na cultura arraigada do camponês, que está acostumado em seu trabalho a realizá-lo sozinho. Este trabalhador costuma planejar e executar as ações necessárias individualmente, fato que já o acompanha desde sua infância, com seus pais, avós, e assim por diante. Neste sentido, é importante observarmos e compreendermos que, não se pode somente obrigar os assentados a organizarem seu trabalho e sua produção de maneira coletiva, deve-se realizar um trabalho de formação, que demonstre as vantagens e desvantagens em se trabalhar de forma cooperativa. O MST após muitos anos de aprendizado, de conquistas, começa a se atentar para tal problemática, e recupera a ação de formar seus integrantes, mostrando a eles que a luta não se encerra na conquista da terra, vai além daí, e requer consciência de que é preciso produzir, resistir às imposições dos grandes latifundiários, da grande burguesia rural.

As dificuldades para se manter no campo, dadas as condições impostas pelo capital, tornam-se uma tarefa ainda mais difícil, e um desafio a ser enfrentado pelos camponeses Sem Terra. A estrutura social é fundamental para analisarmos as condições impostas à sobrevivência do povo camponês, pois, determinam de maneira real as formas das quais será possível a luta, a sobrevivência ou acomodação por parte da classe trabalhadora.

No Assentamento José Dias, os problemas decorrentes da exploração e urbanização do campo são a expressão das dificuldades enfrentadas para que os assentados possam se

manter na terra, com condições possíveis de sobrevivência. As condições impostas, principalmente pelo projeto de reforma agrária estabelecido pelo governo, leva os assentamentos a sofrerem inúmeras dificuldades para se manterem no trabalho com a terra. Dentre as principais dificuldades apontadas se destacam: a falta de incentivo por parte do Estado, e do próprio Movimento; a falta de recursos econômicos (compreendendo aqui as dificuldades de produzir o carvão devido a devastação da reserva de madeira, a falta de instrução para o uso da verba destinada ao auxílio da produção); o problema com a infraestrutura do assentamento, expresso principalmente pela má conservação das estradas que atravessam o assentamento.

Como já vimos anteriormente, o Estado do Paraná é bastante heterogêneo quanto à distribuição econômica da população. Existem locais de extrema pobreza, bem como de extrema fartura e riqueza. Esta não é uma característica somente do estado, faz parte dos problemas decorrentes do capital e sua incontabilidade, para usar as palavras de MÉSZÁROS (2002).

A região onde está o assentamento José Dias é uma das mais pobres do estado, conforme verificamos no capítulo II. As dificuldades de produção na região são reflexas do grande investimento dado ao plantio e corte de madeira. Estas madeiras são as principais fontes de renda do município, e uma das principais formas de empregabilidade da população.

As dificuldades apresentadas pelos entrevistados em lotes individuais, denunciam a influencia das madeiras sobre o trabalho destas pessoas, principalmente por serem obrigados a saírem para trabalhar como horista. Uma das entrevistadas comenta que seu companheiro está trabalhando fora para uma madeireira:

Ta trabalhando na “TERPLAN” derrubando mato. Ele trabalha lá pq o recurso da gente é sair trabalhar, pq parou o carvão e o preço que ta o carvão não tem como, imagina tu nem tira o serviço que colocou, e lá não, lá da lucro se eles trabalharem né? Ele fica um mês lá, vem somente no sábado para casa, e segunda já volta. Lá eles derrubam, e depois que está derrubado vendem as madeiras e planta pinus de volta. [ Entrevistada 06, lote individual]

Como as terras são ruins, necessitam de correção, a produção é também baixa, o que faz com que os assentados procurem outras formas de renda além da produção de alimentos. Outro fator que contribui para o trabalho fora das terras é a falta de matéria

prima para a principal atividade econômica no assentamento, o carvão. Como não houve um acompanhamento daquelas famílias desde o início do assentamento, a devastação da madeira foi grande, o que resulta na escassez atual, impossibilitando o fabrico do carvão.

Seja através de aspectos culturais, ou dos aspectos de produção e de trabalho, a luta por sobrevivência no assentamento fica cada vez mais agravante. A situação das pessoas é de modo geral, bastante preocupante. Todos os entrevistados apontam para um futuro difícil, repleto de dificuldades, e com grandes possibilidades de mais famílias saírem das terras, em busca de outras oportunidades de vida.

O conjunto destas situações justificam, segundo os camponeses assentados em lotes individuais, a saída crescente dos jovens do assentamento.

A gente sabe, a gente fala nisso. Até estes tempos falamos que daqui uns tempos só terá gente velha aqui no assentamento. Os jovens estão saindo para trabalhar fora. A maioria dos jovens sai. Aqui tem um casal que está só com uma menininha em casa, os grandes já foram tudo para Curitiba, estão todos empregados lá. Eu não sei se é o sistema, o sistema financeiro, um pouco é isso. Claro que ninguém quer ficar passando necessidade, tem que procurar melhorar. Um pouco é isso que diminui, outro pouco é que nenhum grupo é conscientizado para a luta. [Entrevistada 04, lote individual]

Não vai ter mais, nem jovens não vai ter mais, pi lazada não vai ter mais, como nós aqui, em pouco tempo nossos pirralinhos já estarão grandes. Daqui a pouquinho vai acontecer como está acontecendo com o resto, lá quando você chega numa casa, a maioria das casa, noventa por cento das casa, se você chega você não acha os jovens mais, é só os velho abandonado. Porque, devido à situação, estão mandando os filhos viverem fora. Noventa por cento da região onde nós morávamos está assim. Você pode ir casa por casa que você só encontra velho aposentado, difícil você encontrar uma família digo lá, um casal novo que casou lá tem, digo tem vinte cinco, trinta anos, que ta morando lá. A maioria está indo embora, só velhinho aposentado morando no terreninho dele lá, cuidando de umas vaquinhas, isso aí... E a nossa mais tarde vai ser isso também, fazer o que. A pi lazada vai indo e os velhinhos vão ficando trabalhando aí, pra nos mantermos. [Entrevistado 16, lote individual]

Os depoimentos relacionados acima evidenciam a preocupação dos moradores com o que chamam de “envelhecimento do assentamento”. Todos têm a consciência dos problemas que acarretam a saída dos jovens do assentamento, no entanto afirmam ser necessário pelos motivos já expostos, voltados principalmente na falta de condições econômicas de permanência.

A evasão nos alerta para uma importante reflexão a ser feita. Como será dada continuidade ao processo de resistência deste assentamento, a resistência que ainda persiste mesmo com todos os problemas, se os principais atores sociais, com possibilidades de modificar a realidade configurada neste assentamento estão procurando novas formas de



sobrevivência, seja por conta da ideologização do mundo urbano, ou pela dificuldade de produção, ou pela busca de trabalho assalariado, como segurança de sobrevivência, já que o trabalho do camponês não se constitui das relações capitalistas de assalariamento, pelo menos não formalmente.

Ao perguntarmos sobre o futuro do assentamento a maioria das respostas convergem apontando profundas dificuldades, seja por causa da terra, ou por causa da falta de trabalho. Algumas respostas apontam para soluções aos problemas, o que vislumbra, no horizonte, novas possibilidades de luta para transformar a realidade.

... o futuro é que os filhos dos assentados, teriam que permanecer também né, junto com os pais né, daí achar saídas, dentro da linha agroecológica do assentamento. Eliminar definitivamente os produtos químicos, agrotóxicos essas coisas né. Eu já faz muitos anos que não lido com agrotóxicos, mas tem que trabalhar na linha agroecológica no assentamento. Daí planejamento, por exemplo, fazer reflorestamento também de árvores nativas, como araucária, canela, imbuia, tudo que é coisa assim, pra preservar as fontes de água também né. Reflorestar perto dos riachos, dos rios, córregos, não devastar, e daí fazer cobertura de adubo verde pras terras, pra ficar bem melhor daí né, e assim por diante. [Entrevistado 17, lote individual]

A hoje ta bem melhor, temos recursos, temos serviço, antes a gente não via um ronco de nada, só a fala da gente, hoje temos ônibus, carro passando né, se Deus o livre precisamos né, paramos na estrada e alguém ajuda, e naquele tempo nós não tínhamos. [Entrevistada 08, lote individual]

O restante das respostas denotam um certo desanimo quanto ao futuro, provavelmente devido aos inúmeros problemas pelos quais são obrigados a enfrentar no dia a dia. Quando muito, as respostas apontam para a necessidade de nova organização da população residente no assentamento.

Daqui uns anos esse assentamento do jeito que ta indo, vai virar meio zero. Se o pessoal não se organizar, eu acho que vai acabar tudo, na minha idéia né. Porque no caso, aqui tem muita gente que depois que pegou o lote, acha que não precisa dos outros, da participação no caso, eles acham que só porque pegaram os seus lotes eles não precisam de participação nas comunidades, no caso em tudo. Então eu acho que aqui tem que haver mais participação, pra ter um futuro melhor para o assentamento, pq individual hoje ninguém consegue, então aqui se o pessoal não tomar jeito, não participar mais, eu acho que vai indo cada vez pra baixo. [Entrevistado 12, lote individual]

Em quase todas as respostas, houve menção a respeito da gravidade dos problemas, e das conseqüências da evasão do segmento jovem do assentamento. Deduzimos, destas respostas, que a preocupação com o chamado envelhecimento do assentamento está voltada principalmente pelas dificuldades que existirá na continuação da produção. Não houve

menção sobre preocupações a respeito da continuidade da luta, ou dos pressupostos de transformação das condições de exploração das quais são vítimas.

A gente pensa que mais tarde poderia ser melhor né, não mais tarde cada vez pior. A gente sempre pensa o melhor pra frente né? Mas se continuar assim não sei se não vai terminar aqui, a turma vai sair, e só vai ficar aposentado aqui. As pessoas se obrigam né, vai viver do que né? Acaba a lenha, o serviço de fora não é fácil, os jovens tem que ir embora mesmo. [Entrevistada 06, lote individual]

#### **4.1.2 Os assentados em lotes coletivos**

Do total das 11 famílias que optaram por essa modalidade de apropriação e uso da terra, foram entrevistadas 04 famílias, perfazendo um total de 07 entrevistados e entrevistadas, do total de 23 associados e associadas atualmente à ACOPAC.

Embora as propostas de assentamentos coletivos contraponham à lógica da Reforma Agrária proposta pelo capitalismo, concebida com base no processo produtivo individual e concorrencial na medida em que ela propõe um novo modo de gerenciar e produzir a terra de modo coletivo, acabam se sujeitando às regras do modo de produção capitalista, ou seja, qualquer atividade cooperativista, associativista e mesmo de um tipo de cooperativismo popular, como é o caso dos camponeses pobres assentados, sujeitos deste estudo, que têm suas atividades determinadas, em última instância, pela regra do mercado. Nesse caso, o grupo de trabalhadores que optaram por desenvolverem suas atividades pela modalidade coletiva no Assentamento José Dias tem a sua produção destinada ao mercado.

Nesse sentido, a percepção a respeito da evasão da juventude, tanto por parte dos trabalhadores, como das trabalhadoras e das famílias que optaram pela modalidade coletiva de produção não difere, na sua essência, da compreensão daqueles que desenvolvem a produção na modalidade individual de produção, como podemos verificar nas respostas apresentadas pelas entrevistadas 02 e 03, quando indagadas sobre a saída, do assentamento, da juventude.

Alguns jovens casam e saem daqui. Esse é o problema, estão ficando somente os mais velhos. Certamente as crianças vão diminuindo. [Entrevistada 02, coletivo]

Olha na verdade já chega perto de umas vinte que foram embora, mas é aquilo que nós estávamos comentando acham que aqui ta ruim e lá fora ta melhor, então acham assim: “não eu vou ir lá arrumar um emprego e viver melhor”! Então vão, saem daqui e vão, e na verdade dão de cara com a miséria bem pior do que aqui né, porque aqui fome ninguém passa, porque você pode plantar, você

pode ter uma galinha, você pode plantar uma mandioca, o feijão, tem bastante que planta o arroz, então é pouca coisa que planta no mercado, e daí você vai pra uma cidade você tem que comprar de tudo, e as pessoas as vezes vão com o emprego certo mas dali dois três meses ganham a conta e daí?  
[Entrevistada 03, coletivo]

Se observarmos as duas respostas acima, podemos verificar, na primeira a preocupação com a saída da juventude, e a permanência, nos lotes, somente das pessoas com idade avançada, o que implica na questão já apresentada anteriormente da dúvida quanto à continuidade do trabalho nas terras conquistadas. Outra questão a ser observada a partir da primeira resposta diz respeito à constituição de novas famílias através do casamento. Como as terras são de baixa qualidade, o tamanho de 08 alqueires para cada lote se torna insuficiente caso o/a jovem queira permanecer nas terras conquistadas após constituir sua família. Já na segunda a influência da ideologização da cidade como espaço avançado em relação ao campo.

Ao indagarmos sobre as possibilidades que levam as famílias a saírem das terras conquistadas, as respostas se apresentam da seguinte forma:

Vários motivos: Tiveram famílias aqui que foram influenciadas pelos jovens que saíam daqui e arrumaram emprego e vieram buscar o restante das famílias, e a gente sabe que a família não está bem. Tem outras que são influenciadas por acharem que lá fora, que quem vem passear da cidade aqui no assentamento tá bem melhor do que nós aqui, então quando chega alguém da cidade aqui com uma roupa melhor do que os que usam aqui já dizem assim: não viu, como lá na cidade dá pra viver melhor que aqui?[Entrevistada 03, coletivo]

Hoje no campo, vendo a realidade, está cada vez mais saindo os pequenos agricultores e indo trabalhar, senão na cidade com o fazendeiro. Nós aqui não mexemos muito, não vivemos de milho e feijão, só para o gasto, ainda está diferente. Mas temos nossos parentes no Sudoeste que estão trabalhando e caminhando mais para o negócio de ficar grande, indústria no campo, agropecuária, acho que vai ficar só os fortes. Porque se eu tiver 10 alqueires de terra e plantar milho e soja, mas eu não vou conseguir passar o ano com aquilo. Não dá para viver o ano todo, o lucro é pouco por saco de soja e milho. O que acontece? Eu enjôo, estou sofrendo com aquilo e vendo para o fazendeiro, o que ele vai fazer? Vai fazer 1000 alqueires de terra e plantar milho e soja, aí ele se sai bem, pois ele é forte, consegue financiar no banco. Coisa que nós pequenos não conseguimos. Vai lá financia e se ele ganhar 1,00 por saco de soja, mas ele vai colher quantos? Colheu um milhão de sacos, vai dar dinheiro. [Entrevistada 06, coletivo]

Nas respostas podemos identificar a influência da cultura hegemônica, concretizada na idéia, da cultura de massas, de que na cidade é melhor e mais fácil. Na primeira resposta, apresentada pela entrevistada 03, se configura uma nova questão, a de que a juventude ao sair em busca de condições de sobrevivência volta e procura convencer o restante da família a ir junto. Tal fenômeno parece acontecer com frequência cada vez maior, já que as

condições de sobrevivência no assentamento têm piorado dia a dia, e a juventude, ao sair e encontrar um emprego, mesmo que seja precarizado, tem resolvido os problemas iniciais decorrentes das dificuldades de sobreviver. No entanto, como já apresentamos, a vida na cidade se configura numa realidade multifacetada, em que a estabilidade é ilusória e a precarização do trabalho é reinante, como demonstram alguns pesquisadores, como ANTUNES (1999; 2004) e FRIGOTTO (1996).

A resposta que apresenta a competição desleal entre o grande e o pequeno agricultor, anuncia uma importante questão relacionada tanto ao trabalho quanto à produção, vinculada ao mercado. Tal vinculação empurra o camponês à disputas que não são próprias à sua natureza, já que sua produção não deveria ser pautada para tal finalidade, mas sim para a produção de valores de uso, para produtos que satisfaçam suas necessidades a priori. Não significa que a produção não deva ser direcionada a venda, já que vivemos numa sociedade cuja circulação de mercadorias se dá de forma a vender e comprar os produtos ou fazem falta na vida do ser humano, mas que tal venda e compra não seja o eixo norteador da produção.

Podem-se identificar, ainda, pequenas manifestações, nas entrelinhas do discurso dos assentados coletivos, que apontam para o desenvolvimento de uma nova compreensão na medida que afirmam que a organização do trabalho coletivo traz vantagens, inclusive diante da problemática da evasão da juventude. Nos discursos dos moradores individuais, uma das principais dificuldades que se configuravam como razão para a evasão era a falta da madeira, matéria prima no fabrico do carvão, principal atividade econômica do assentamento. Como o trabalho na associação é planejado anteriormente à sua execução, houve sempre a preocupação com os recursos naturais, principalmente com a madeira.

Sempre foi falado para o pessoal replantar as árvores, e até hoje o pessoal fala, mas só que o problema é que eles tinham a lenha, fazem o carvão, e o carvão tem época que dá bem, então quanto mais fazer mais dinheiro vai dar, eu não vou pensar no meu amanhã que vai acabar isso! Então é isso que faz a pessoa fazer assim. Aqui na associação, fizemos diferente, pensamos primeiro no futuro, sabendo que ele daria conta do nosso presente, então sempre planejamos muito bem o trato com a madeira [Entrevistada 03, coletivo]

Porque na verdade o pessoal só pensa em dinheiro né, então a família em cima ali que tem um lote e tem um forno de carvão, daí o vizinho dele tem três, daí ele diz pro cara tu ta louco faz mais forno que rende mais né, mais dinheiro, daí ele disse mas é claro eu sei que dá, mas você com três fornos e eu com um, eu posso ficar duas vezes mais morando aqui que eu vou ter lenha, e você? E o cara ta bem certinho, então ele planejou o “troço”, se um forno só ele tira dinheiro pro sustento do mês,

porque ele vai ter mais dois? Pra gastar dinheiro a toa então, que nem aconteceu com o outro vizinho dele, hoje não tem mais lenha e ele ta lá, tem bastante ainda. [Entrevistado 04, coletivo]

Essas respostas são esclarecedoras quanto à importância de se organizar o trabalho, principalmente de organizá-lo de forma coletiva, pensando alternativas que possibilitem a sobrevivência, mesmo que dificultada por todos os problemas já apresentados de ordem econômica e cultural. Ao indagarmos sobre a associação atualmente, como está seu funcionamento, se há vantagens em relação ao trabalho organizado de forma individualizada, as respostas foram unânimes quanto a importância e facilidade de organização coletiva da produção.

A nossa associação tem vários problemas que poderiam ser resolvidos facilmente. Mas eu acho que observando como a gente vive aqui, nós estamos comprando o carvão, e nós temos a lenha ainda pra queimar, e estamos planejando algumas coisas além do carvão pra nós poder viver né, pra nós poder sobreviver aqui, e eu vejo assim que quando tem 11 famílias que pensam, sempre um vai pensar melhor que o outro né, e isso vai ajudar. Mas agora quando é uma família sozinha, ela não pensa muito, pensa no hoje no amanhã mas no futuro não pensa, e aqui a gente ta pensando no futuro também. Então eu acho que vale a pena, vale a pena sim ter uma associação, claro que tem seus problemas, não é um problema que não pode ser resolvido, mas eu acho que é uma coisa muito boa. [Entrevistado 05, coletivo]

Desse modo, verifica-se que há vantagens para os trabalhadores que optaram pela organização da produção coletiva, diante daqueles que optaram pela produção individual, tanto no plano econômico como no plano social e político.

Todavia, essas vantagens estão colocadas não no sentido de negar o capitalismo, tal qual está elaborada na proposta de Reforma Agrária defendida pelo MST, mas trata-se de vantagens competitivas para melhorar as condições de vida pela capacidade produtiva e concorrencial desses produtores coletivos, para sobreviverem em face do mercado para o qual destinam seus produtos.

Esse mercado é um mercado urbano, é para lá que os camponeses levam seus produtos, transformados em mercadorias, quase sempre *in natura*, para comercializar, e de lá, da cidade, com seus encantos e cores, trazem outros produtos, ou seja, mercadorias para atenderem suas necessidades. As condições para trazerem um número maior ou menor de mercadorias dependem do valor alcançado pelas suas mercadorias que lá foram comercializar.

Identificamos, ainda, que outra dificuldade apresentada como explicação para a evasão da juventude, ou seja, o tamanho do lote, com 8 alqueires, ser insuficiente para duas famílias, não se aplica diretamente para as famílias moradoras da associação.

Nosso objetivo é conseguir chegar num ponto em que, numa forma de trabalho em que cada um tenha, que dê viabilidade dentro da associação, de viver, que nem diz o outro, tranquilo. O objetivo de que cada filho que ficar na associação tenha seu trabalho também, seu ganho e que nós sejamos felizes. Na parte de convivência com o resto do assentamento também [Entrevistado 07, coletivo]

Como a organização da produção e a divisão dos lotes são coletivas, a possibilidade da juventude permanecer nas terras é maior, já que a organização do trabalho e da produção dá condições para que mais famílias se constituam nas terras coletivas. Pudemos verificar isso, ao presenciar o casamento de um jovem que permaneceu na associação coletiva, com a justificativa de que as terras seriam suficientes por causa da organização da associação.

Enfim, não nos parece que a associação esteja livre das dificuldades que assolam o restante do assentamento, no entanto as condições de vida daquelas famílias são melhores, o que proporciona uma perspectiva mais promissora para a juventude que mora naquelas terras. Mesmo que a produção e a perspectiva não estejam voltadas para a luta contra o capitalismo, fato que denuncia a influência das ideologizações desta sociedade e que reafirmam a necessidade de formação continuada das famílias que se inserem na luta pela terra e são assentadas. Na associação existe também a consciência da necessidade de formação política dos integrantes, principalmente para reavivar a perspectiva de luta, que sofreu um recuo se comparada com a fase de preparação, acampamento e ocupação das terras que deram origem ao Assentamento José Dias.

Não adianta eu só pegar minha terra aqui e estar trabalhando se a política, a própria reforma agrária, política social, política da agricultura, hoje está tudo globalizado, então tem que mudar o mundo inteiro. Isso depende da organização popular, essa força para mudar. Acho que não adianta pegarmos nossa terra e dizer, elegemos o Lula e ele é dos pobres vai fazer tudo de bom, isso não vai acontecer. A parte judicial está na mão dos ricos, a parte da mídia, a ideologia. A nossa é fraca, nós não temos formação. Se passar uma notícia na televisão, igual está agora, esse mensalão, esses roubos, a gente sabe, essas compras de voto, claro que é ilegal. Nossa formação foi uma formação para nós pegarmos a terra e ficarmos nela. Porque eu digo que hoje o MST tem que investir mais em ocupação, tem que formar essas pessoas lá dentro, ter uma formação para essas pessoas, que não pára quando pega a terra, vai além. Eu acho que daí começa a ter mais liderança, cativando mais gente e transformando. [Entrevistado 07, coletivo]

Finalizando esta etapa, fica evidente a importância da organização coletiva, principalmente se observarmos as condições necessárias para a superação das dificuldades de sobrevivência e produção da vida. No entanto, reforçamos a perspectiva da organização coletiva com bases na superação da sociedade capitalista, mesmo sabendo das limitações que as famílias encontram por estarem envolvidas e serem vítimas da organização social dirigida pelo capital.

#### **4.1.3 A Juventude do assentamento**

A juventude é entendida aqui, como a representação de um grupo social cujas determinações sociais, a identificam segundo aspectos históricos e sociais próprios da sociedade em que vivemos.

Numa sociedade, os diferentes grupos sociais se identificam/diferenciam através da convergência das representações culturais (GOEDERT, 2005) estabelecidas historicamente. Na sociedade capitalista, a juventude ganha importância na medida em que se torna consumidora das diversas mercadorias produzidas.

Segundo HOBBSAWM (1995), a juventude do século XX coexiste através da sua identificação com as práticas esportivas, da relação que estabelece com o mercado globalizado, caracterizando, a partir daí, uma cultura jovem global. É principalmente através desta cultura global, que buscamos relacionar a juventude Sem Terra com as influências que a sociedade capitalista apresenta na determinação do espaço que vivem.

A sociedade contemporânea construiu uma imagem do jovem bastante genérica, sendo que falar da juventude, no Brasil, seria falar de uma categoria sem diferenciações, unida pela demanda de mercado. Em sentido oposto a tal caracterização, acreditamos que o jovem é distinto em diversos aspectos, sejam culturais ou econômicos.

Isto implica não falar genericamente da juventude como um bloco homogêneo, mas sim como categoria heterogênea: estudantes e não estudantes, trabalhadores e não trabalhadores, homens e mulheres, moradores das grandes e pequenas cidades (ou, ainda, da zona rural), o que significa que as formas de viver a condição juvenil não variam apenas de sociedade para sociedade, mas também no interior de uma mesma formação social, ao longo do tempo, de grupo para grupo ou de classe para classe. (GOEDERT, 2005, p. 15)

A juventude Sem Terra, especialmente do Assentamento José Dias, tem sofrido as determinações de uma sociedade sedutora à primeira vista, que apresenta formas de viver, mascarada por uma realidade sem contradições, que encontra na cidade a forma idealizada de viver. Nos parece que o desejo de ir à cidade tem objetivo de melhorar as condições de vida, encontrar um emprego digno, que propicie condições de sobrevivência.

Aqui é muito fraco, é só para se manter mesmo. Prefiro agora, com o estudo que estou fazendo, arrumar outro lugar, porque aqui não dá. Pretendo sair. Vou ver se acho outro rumo, aqui não dá para viver. Não tenho idéia de para onde, mas onde surgir oportunidade eu vou. Quero ir para a cidade. [Entrevistado 05, jovem]

A idéia de cidade impressa nas respostas colhidas através das entrevistas com a juventude é bastante influenciada pelo conceito que se tem criado de campo em relação à cidade. Comparar dois locais que são heterogêneos em sua forma de tratar os acontecimentos que os cercam é incorrer no erro de pô-las em condições homólogas, perdendo o que cada espaço tem de particularidade. “Quando grandezas heterólogas são comparadas tendo por base a unilateralidade, equívocos são cometidos. O campo foi olhado tendo como parâmetro uma lógica que não lhe é peculiar: a lógica das cidades.” (BAGLI, 2006, *sp*)

Grande parte das comparações realizadas apontam para o campo como local atrasado. Parte da justificativa de tal indicação repousa sobre o processo de feudalidade com o qual o campo deparou-se até sua superação, em partes, pelo modelo de produção capitalista. Conforme verificamos no primeiro capítulo, coexistem formas de feudalismo mescladas às formas superiores do capitalismo. Os aspectos de semi-feudalidade implicaram certos atrasos se os compararmos ao processo de estruturação das forças produtivas no âmbito urbano industrial. Tais aspectos trouxeram para o campo a fama de atrasado e, em que pese a comparação entre os dois espaços, impele à cidade o local de evolução.

A juventude moradora do Assentamento José Dias apresenta em suas respostas uma certa expectativa em relação à cidade, que não condiz com os problemas que são próprios deste espaço urbano. Surge uma visão bastante simplória de cidade como local onde os problemas serão resolvidos, onde o emprego abunda e as dificuldades não são da mesma ordem daquela que vivem no assentamento.



Um dia eu gostaria de sair e trabalhar na cidade, porque como eu disse, aqui não tem nenhum trabalho que você possa ter retorno, que dê para você sobreviver bem. Na cidade não, lá tem emprego garantido. Eu sei que lá tem emprego garantido por causa que minhas amigas que foram pra lá dizem. Lá elas trabalham fazendo bico, mas sempre tem alguma coisa pra fazer. [Entrevistada 03, jovem]

A principal justificativa dada para o desejo de estabelecer suas vidas na cidade é a falta de emprego estável no campo. O contrato tipicamente capitalista, firmado através do assalariamento tem, sob o olhar da juventude assentada, vantagens que o trabalho com a terra não possui. Uma das principais vantagens é a garantia que, ao final do mês o salário virá, coisa que não ocorre com o trabalho com a terra, já que não há firmado um contrato formal de venda e compra da força de trabalho.

Acrescidas desta idealização, as dificuldades de gerar suas vidas nas terras ruins para o plantio e a busca de trabalho, são importantes aspectos para analisarmos a problemática da evasão da juventude sob o ponto de vista dos próprios atores sociais.

Assim como os assentados em lotes individuais e lotes de produção coletiva, alguns jovens se obrigam a trabalhar fora de suas terras, ou até mesmo no próprio assentamento para outros proprietários, de forma precarizada, o que afirma ainda mais a vontade de buscar outros caminhos, longe de tantas dificuldades.

... quando não estou trabalhando aqui, sempre saio para trabalhar fora, ganhar uns trocos. Trabalho para os membros daqui só que nos outros lotes. Estes dias estava trabalhando em outro assentamento ali, Fazenda Europa. Eu estava tocando corte de pinho, trabalhando por dia para ele. Aqui também trabalho por dia, mas é difícil, toco forno, aqui eu ajudo, a casa é do meu avô e da minha avô eu ajudo eles na lavoura, e sempre toco forno para me sustentar e ajudo eles na lavoura [Entrevistado 05, jovem]

As dificuldades de trabalho, somam-se as dificuldades de produção, principalmente devido às más condições da terra e um fato bem marcado nas respostas, o tamanho da terra. Cada família possui oito alqueires de terra, o que, segundo a juventude, não é suficiente para constituírem suas famílias no mesmo lote.

Por causa da terra, lá em casa é bastante, muita gente. Acho que não daria. Pouca terra. Ainda mais se você olhar para esta terá, ela é ruim, não produz não dá o retorno que precisamos para sobreviver. Acho que isso influencia bastante na hora de decidir em ficar ou sair do lote, não tem como ficar aqui, mesmo que quisesse não dá. [Entrevistada 01, jovem]

Tem que achar, o lote aqui não dá para duas famílias. É pouca terra. Se já planta e tem muita pedra. Aqui tem 8 alqueires, por família, se vai repartir dá 4 alqueires para cada um, não dá, é pouco. A terra já não produz, se for plantar pouco, não vive. [Entrevistado 05, jovem]

Em trechos das entrevistas colhidas dentre a juventude, percebemos a desilusão com a vida no campo, graças às extremas dificuldades que enfrentam para sobreviver. Dificuldades que demandam um projeto de desenvolvimento para o campo, do qual o camponês é expropriado, deixado em segundo plano diante da grande empresa capitalista, a grande protagonista de um novo desenvolvimento que segue a lógica do capital, das grandes cidades, instituindo no campo a procura por produzir mercadorias para sobreviver, subsumindo o trabalho campesino ao modo de produção capitalista.

Outro aspecto relevante que merece análise diz respeito à pouca oferta de práticas corporais (culturais, artísticas e esportivas) com a qual a juventude aproveitaria seu tempo disponível.

Em diversos relatos, os jovens afirmam não existirem opções para ocupar seu tempo disponível, restando somente o futebol, ainda praticado somente pelos homens. As mulheres reclamam não haver opções para elas, somente quando se organizam e ocupam o campo de futebol, tomado sempre pelos homens.

Aqui não tem muito com o que se divertir, fico aqui por casa, não tem coisa pra se divertir por aí. A única diversão é quando vou lá embaixo no centrão. Vou jogar bola, mas ainda assim são poucas vezes que dá pra fazer isso. [Entrevistado 06, jovem]

Porque os homens jogam mais futebol. Tem dias que eles deixam nós jogar, mas tem dias que não. Porque eles querem e jogam no sábado e no domingo. Quando nós invadimos o campo nós jogamos. Quando tem bastante time dos homens eles jogam. Se tivesse vôlei seria melhor para nós. [Entrevistada 02, jovem]

Sem muito que fazer, a juventude olha para a cidade como local onde a diversão é garantida. É preciso recuperar projetos que desenvolvam a cultura, as práticas corporais de forma mais satisfatória. O campo deve ser espaço de convivência da juventude e, assim como na cidade, é preciso construir tais locais, ofertar diversão, possibilidades para a juventude reconstruir as atividades culturais, possibilitar que desenvolvam seu corpo de forma criativa, reinventando outras formas de conceber a vida no campo, descobrindo as peculiaridades que tal espaço possui.

Se associarmos os aspectos culturais aos aspectos da produção e do trabalho, chegamos a um conjunto de problemas que contribuem de forma decisiva para o problema do êxodo da juventude do assentamento. Como pudemos verificar nas respostas da juventude, o fato de não haver condições suficientes para a permanência na terra conquistada obriga a juventude a buscar alternativas de sobrevivência. Acrescidos das dificuldades de trabalho e produção, por conta da terra inapropriada ao plantio de alimentos, ou da pequena quantidade de terra para que duas famílias possam produzir suas vidas, os jovens são influenciados através da ideologização da cidade como forma mais evoluída de viver. Condicionados pelo ideário construído em torno da cidade, depositam todas suas esperanças na vida melhor que supostamente terão na cidade.

Com todas essas dificuldades apontadas pela juventude, com todas as deficiências no processo de formação da consciência desta juventude, o reflexo mais imediato que tivemos condições de verificar foi a recusa quase total do pertencimento ao MST. Notamos que a culpa dirigida ao Movimento é incisiva, principalmente por não terem outras opções senão saírem das terras conquistadas.

Eu acho que eles [o movimento] deveriam se preocupar mais com a situação do pessoal aqui, porque não é só terra que o pessoal precisa, eles também tem que investir nela. Aqui o pessoal não ganha apoio do governo e também pelo lado da reforma agrária está precária a situação aqui. [Entrevistada 04, jovem]

Se a terra produzisse, eu gostaria de continuar aqui, porque aqui é um lugar bom, para a saúde e tudo. Mas não dá para sobreviver, se fosse uma terra boa, você plantava e vendia e daria para sobreviver, mas não produz, não tem como sobreviver. Pretendia continuar sendo do MST, mas quero trabalhar fora, montar um negócio para trabalhar fora. [Entrevistado 05, jovem]

Não nos parece que o papel do MST deva ser o de conseguir formas de financiamento para projetos aos assentados, conforme solicitam os jovens, mas sim de formá-los para que visualizem que as conquistas são realizadas através da luta, através da organização popular, assim como aconteceu na conquista daquelas terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas certamente não pretendem ser o ponto final, muito menos esgotar as possibilidades de abordagem da questão referente à evasão de segmento da juventude dos Assentamentos rurais. Tampouco pretendemos anunciar as medidas necessárias para que a problemática seja resolvida de forma definitiva, já que se trata de um problema de ordem política, econômica, social e cultural que, de forma invariável, requer reflexão de toda a sociedade, e mais, requer organização e formas de encontrar caminhos para romper com o sistema de opressões e superar as desigualdades impostas pelo capital.

Imbuídos de tal convicção, alguns avanços foram obtidos neste estudo, com vistas a esclarecer a problemática da evasão da juventude moradora do Assentamento José Dias. Com base nos dados, percebemos que a juventude é vítima de um modelo destinado ao campo que não foge ao restante da sociedade, ou seja, vítima da ampliação dos lucros provindos da exploração da força de trabalho. Essa é uma primeira constatação que comprova nossas primeiras impressões a respeito das implicações do modelo de produção capitalista sobre a vida da juventude, bem como de todos os assentados.

A falta de trabalho com garantias sociais, sob a forma de emprego formal para a juventude, é uma expressão deste modelo de produção que tem no desemprego estrutural importante aspecto de desestruturação das expectativas da juventude em relação à produção social da vida. Muitos relatos dos jovens foram no sentido da falta de trabalho, fato que os obrigava a venderem sua força de trabalho para fora, ou ainda, procurar alternativas em outras localidades fora do assentamento. Sem trabalho e sem mercado para vender sua força de trabalho, já que o município se encontra dentre aqueles mais pobres do Estado do Paraná, a juventude sai da terra conquistada, em muitos casos pesarosa de ter que abandonar o que foi conquistado com muita luta, mas com as mãos atadas, sem ter como trabalhar e, conseqüentemente, produzir suas necessidades imediatas.

No mesmo sentido da falta de emprego, os dados mostraram que a juventude apresentou outra dificuldade importante, referente à produção. Como se constatou, com base nos depoimentos dos assentados, as terras são de baixa qualidade e, portanto, de baixa produtividade. Não obtendo sequer alimento para sobreviverem, muitos são obrigados a comprar grande parte dos alimentos na sede do Município. Tal dificuldade somada ao

tamanho da terra, são aspectos que contribuem para a evasão da juventude. Os oito alqueires destinados a cada família são considerados pequenos pelos assentados para a constituição de outra família por parte do/a jovem que pretender se firmar nas terras conquistadas. Terras que o estudo teve condições de confirmar serem, com base no levantamento de dados bibliográficos, pertencentes, ainda, às mãos dos grandes latifundiários, persistindo o latifúndio como principal forma de atraso do campo brasileiro e das desigualdades nas relações sociais estabelecidas neste espaço.

Outra questão notada ao longo do estudo, relacionada à evasão da juventude, diz respeito à noção de que a cidade é local mais avançado em relação ao campo. Com tal ideário formado, a juventude busca na cidade o que supostamente não encontraria no campo, como práticas corporais, acesso a outras manifestações da cultura como lazer. Evidentemente que a negação da juventude à vida no campo faz parte de uma perspectiva já discutida aqui sobre o mascaramento da cidade como espaço avançado seja na esfera da economia, da tecnologia, ou da cultura e lazer.

Com a ideologização do espaço urbano, verificamos, nas entrevistas uma idealização da cidade na expectativa de que lá as necessidades seriam amenizadas, já que se teria emprego em abundância e diversão garantida. Logicamente não é bem desta forma que a cidade se apresenta, pois fica claro aos que chegam do campo, que a pobreza é cada vez maior e as favelas são espaços destinados à população pobre. Inclusive um dado que constatamos nas entrevistas com os assentados, mostra que grande parte das famílias que saíram do assentamento José Dias, atualmente mora nas favelas dos grandes centros urbanos. Porém o processo de ideologização é mais forte que as constatações empíricas e assim mesmo a juventude sai, em busca de novos horizontes repletos de esperança de transformar sua condição.

Cabe ressaltar que todas as causas para a evasão da juventude não se esgotam nesta pesquisa, e são bastante complexas. Associando todas as dificuldades referidas pela juventude ou moradores do assentamento, seja em lotes individuais ou coletivos, reafirmamos serem relacionadas a toda uma organização voltada unicamente à ampliação do capital e da reificação das relações sociais. Tais questões refletem, como verificamos, na perda da identidade que une os integrantes do Movimento: a identidade Sem Terra e, com ela, a consciência forjada na luta de classes, e a certeza de que a luta somente terá seu fim

quando não houver explorados ou exploradores. A recusa de tal identidade não foi unânime diante da totalidade da juventude, no entanto se fez presente em grande parte dos entrevistados, o que requer atenção para a necessidade de continuar o processo de formação destas pessoas, mesmo após a conquista da terra. O MST já se deu conta de tal necessidade, como pode-se constatar no dados apresentados pela coordenação estadual do movimento, que mostram a preocupação com a questão das condições concretas de vida no campo que levam a juventude a perder as expectativas de transformar sua realidade, perdendo a percepção da sua importância como agentes históricos.

Com a realização deste estudo, constatou-se que há uma maior formação política, no que diz respeito à propostas em torno da Reforma Agrária defendida pelo MST, entre os assentamentos que desenvolveram suas atividades produtivas na modalidade de produção coletiva, verificando-se entre os sujeitos nessa condição, posições de compromissos políticos com a linha do MST. Trata-se, portanto, de uma manifestação política, de uma dimensão cultural, e de um significado de estágio da consciência, mediada pelas relações de produção mais coletivizadas e pautadas por dimensões solidárias de trabalho.

Por outro lado, foi entre os assentados que optaram por desenvolver as atividades produtivas em lotes individuais que se verificou uma maior indiferenciação em relação às propostas do MST e à linha política que o orienta.

Constata-se, portanto, que a relação entre a infra-estrutura, constituidora das bases materiais de produção, e a superestrutura, expressando os níveis ideológicos e de consciência da luta, são interdependentes.

Os jovens entrevistados para esta pesquisa ficaram bastante receosos, o que dificultou um maior universo de entrevistas. A maioria não queria conceder entrevistas principalmente por vergonha. Acrescida desta dificuldade encontrada na realidade pesquisada, podemos acrescentar as dificuldades de se ajustar numa determinada metodologia, pois a diversidade de informações encontradas ao longo da pesquisa era bastante rica. Outra dificuldade esse estudo foi a pouca bibliografia sobre aspectos que tratem da Revolução Agrária, entendida como alternativa concreta de transformação social, seja no campo ou na cidade, dado o tipo de capitalismo que predomina no Brasil. Podemos concluir, com base nos dados recolhidos e nos documentos pesquisados, que a Reforma Agrária deve ter outro conteúdo daquele pretendido pela classe dominante, que que a evidência na perspectiva de

mercado. Deve, principalmente, não estar submetida às vontades do Estado, deve ser realizada pela classe trabalhadora, assim como, em termos, o MST procura efetivar. A realização da tarefa de organização do camponês encontra forte aliado nos Movimentos Sociais, ou seja, no próprio trabalhador. Isso significa romper com políticas de aparelhamento com o Estado burguês. Assim sendo, este trabalho aponta para a necessidade de extinguir o latifúndio como expressão das desigualdades no campo, para que se instaure nova forma de propriedade da terra, livre do cativo imposto pelo capital, para que os meios de produção sejam utilizados sem comando patronal. (ARRUDA, 2005) No campo, deve ser destruído o latifúndio para que desenvolvam-se as forças produtivas e possam, unidas ao trabalho cooperativo e coletivo, aumentar a produtividade para que a produção da vida consiga atingir sua plenitude. Finalmente, este trabalho aponta, com base nos dados levantados, a necessidade de que se organizem formas de romper com políticas mercadológicas de Estado, tanto no campo como na cidade, o que significa a união da luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras, seja no campo ou na cidade, com finalidade única de desenvolver um programa de distribuição das riquezas produzidas pelo ser humano, de forma equitativa, para que a propriedade privada caia definitivamente por terra.

O Estudo aqui desenvolvido sugere, ainda, a necessidade de se pesquisarem outros assentamentos do MST no Paraná, a fim de realizar um levantamento da juventude que neles reside e que deles saíam, procurando realizar uma estimativa sobre se o que constatamos no assentamento José Dias (motivos da evasão de parte da juventude) é ou não uma tendência nos outros assentamentos.

A evasão da juventude do Assentamento José Dias tem causas já discutidas, e analisadas, com base nas categorias trabalho, cultura e produção. As causas estão relacionadas, diretamente, com o desenvolvimento econômico, político e social que o capitalismo tem desenvolvido para a sociedade de maneira geral. Tais causas apresentam duas principais preocupações: a primeira relacionada às questões do Assentamento José Dias, como a continuidade do processo produtivo e de trabalho. A segunda está voltada para o MST de forma geral, recaindo sobre a continuidade da luta pela terra, bem como a formação de militantes orgânicos à luta, para que não se reduza somente à luta pela terra, mas, também que seja o MST, um Movimento com base objetiva para a transformação desta sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil.** In: O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004

ARROYO, Miguel. O significado da infância. In: **I Simpósio Nacional de Educação Infantil.** Brasília, 1994.

ARRUDA, Fausto. **Revolução Agrária e a Nova Democracia.** Fortaleza: Priscila, 2005.

AUED, Bernadete Wrublewski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). **Agricultura Familiar.** Florianópolis: Insular, 2004

BAGLI, Priscila; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Resistência camponesa e violência ruralista no estado do Paraná.** In: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html>. Acessado em 20/12/2005.

CLADART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem-terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A Cidadania Negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DORETTO, Moacyr *et al.* **Mapeamento da Pobreza no Paraná:** situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná. Londrina: IAPAR, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Movimentos Sociais Rurais no Paraná: 1978-1982. In Bonim, Anamaria Aimoré *et al.* **Movimentos Sociais no Campo.** Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987.



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, 2ª ed.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro (orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991

GONÇALO, Evaldo José. **Reforma Agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2201.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In. Stedile, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2002

GUIMARÃES, Aberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

\_\_\_\_\_. **Quatro Séculos de latifúndio**. In. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC editora, 1986

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no noroeste paranaense.** Maringá: Massoni, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** 3 ed. Trad. Lelia Prado. São Paulo: Centauro, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o Impossível diálogo.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2004

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** 18 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 6 ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitech, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989

MELO, Denise. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Mestrado em Educação, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro (orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991

\_\_\_\_\_. **Construindo o Caminho.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001

\_\_\_\_\_. **Crianças em Movimento:** as mobilizações infantis no MST. Coleção Fazendo Escola. Editora Peres, 1999

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil: movimento da vida, dança do aprender.** Caderno de Educação número 12. MST, 2004.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP).** In: O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org). **O Averso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004

PRADO JR., Caio. A questão agrária e a revolução brasileira. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005

ROCHA, Ruth. **Minidicionário.** São Paulo: Scipione, 1996

RODRIGO, Maria Bernadete Martins Pinto. **A mulher do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Assentamento José Dias.** Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica – SP, São Paulo. Tese de doutorado, 2002

ROSSET, Peter. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SCWENDLER, Sônia Fátima; VARGAS, Maria Cristina. **Escrevendo nossa luta, nossa história.** Curitiba: Gráfica popular, 2003

SIZANOSKI, Raquel. **O novo dentro do velho:** cooperativas de produção agropecuária do MST – Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Dissertação de Mestrado, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**. Doutorado em Educação. Universidade estadual de Campinas. Tese de Doutorado

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

\_\_\_\_\_. **História e Natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: expressão Popular, 2002

TOMMASINO, Kimiye. **Os povos indígenas no Paraná: 500 anos de encobrimento**. In VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra. Geografia Social e Agricultura. Maringá: Programa de Pós-Graduação em geografia – UEM, 2000

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra; trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000

VILLALOBOS, Jorge Guerra (org). **Geografia e Movimentos Sociais no Paraná**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2001

\_\_\_\_\_. **Os conflitos rurais no território paranaense: 1912 – 1999**. In VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra. Geografia Social e Agricultura. Maringá: Programa de Pós-Graduação em geografia – UEM, 2000

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

IAPAR. **Pobreza urbana e rural nos municípios paranaenses: Situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná**, 2000

INCRA. **Processo de desapropriação da Fazenda Pinheiros**. Curitiba/PR

INCRA. **Estatísticas Cadastrais – Municipais: Recadastramento 1992**. Brasília, 2000.

INCRA. **Relatório consolidado por Estado e superintendência do Incra Paraná.** Curitiba, 2006

\_\_\_\_\_. Cancelamentos e irregularidades. Portaria 558/99

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988. Brasília/DF

**Lei de Terras nº 601 de 1850.** In. STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005

## **ANEXOS**

**ANEXO 01 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA  
COM OS MORADORES DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**

**CONJUNTO DE PERGUNTAS PARA OS ASSENTADOS EM LOTES  
INDIVIDUAIS E COLETIVO**

- O que pensam (os pais) para o futuro de seus filhos?
- Vocês (pais) acreditam que a escola Margarida Alves possui o nível que vocês procuram para os estudos de seus filhos? O que deve existir na escola nas suas opiniões?
- Como é feito o planejamento da produção? Com base em que?
- Quais as limitações/dificuldades da reprodução econômica da sua família? No caso da associação: e da associação como um todo?
- Há algum controle sobre o trabalho? Como vocês decidem a hora de parar?
- Como está organizado o processo de trabalho? Há utilização de que tipo de máquinas no auxílio da produção?
- Existem conflitos no assentamento?
- Como são resolvidos os conflitos que surgem?
- Como se deu o processo de divisão dos lotes?
- O principal investimento que vocês realizam, é em materiais que ajudem na produção, ou em coisas para o uso mais direto da família?
- As professoras ganham salário, como vocês enxergam isso?
- Quando precisam pedir um empréstimo ou realizar alguma comercialização fora do assentamento, quais as dificuldades que vocês encontram?
- Quando algum morador do assentamento necessita de um material ou máquina que você possui como é essa concessão, é por forma de aluguel ou empréstimo?
- As famílias que já saíram do assentamento, foram por qual motivo?
- Há ou houve um acompanhamento de algum órgão do governo desde a criação do assentamento? Se há este acompanhamento, que frequência isso ocorreu ou ocorre?
- Como vocês enxergam hoje a ACOPAC?
- Como vocês organizam o seu trabalho?

**CONJUNTO DE PERGUNTAS PARA JOVENS**

- 1) Acha suficiente as condições dadas pelo governo para a manutenção de sua família no lote em que se encontram?
- 2) Quando vocês casarem, o tamanho do lote pode influenciar na decisão de morarem em outro local? Por que?
- 3) Como vcs vêem o MST hoje?
- 4) Quem é o MST para você?
- 5) Qual a sua ocupação quando não está trabalhando?
- 6) O que pensa sobre seu trabalho aqui no assentamento?
- 7) Você pretende sair daqui do assentamento? Tentar a vida em outro lugar?
- 8) Quais suas perspectivas para o futuro?

**CONJUNTO DE PERGUNTAS PARA O LÍDER DO COLETIVO**

- 1) Legalmente como está organizada a associação?
- 2) Qual o nome da associação?
- 3) Como são distribuídos os encargos/tarefas, no coletivo?
- 4) Quantas pessoas estão atualmente associadas? Quem são?
- 5) Há algum controle sobre o trabalho de todos?
- 6) Como é feita a distribuição da renda?
- 7) Como está organizado o processo de trabalho? (coletivo? Há a divisão social do trabalho ou técnica?)
- 8) Há alguma participação dos associados no planejamento da produção?
- 9) Qual o envolvimento da associação com o setor de produção do Movimento? Há envolvimento com algum outro tipo de associação ou cooperativa ligada ao Movimento ou às associações ou cooperativas dos trabalhadores do campo?



**ANEXO 02 – CONGRESSOS REALIZADOS ENTRE 1954 E 1961**

- I Conferência camponesa do Pará (1955)
- II Conferência dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Pará (1956)
- II Conferência Sul Baiana de Lavradores e trabalhadores Agrícolas (1956)
- I conferência dos Lavradores de dourados e Itaporão (1956)
- I Conferencia dos Lavradores e trabalhadores do Triangulo Mineiro (1956)
- I Conferencia dos Lavradores e Assalariados Rurais de Alagoas (1956)
- I Conferência dos Trabalhadores de Minas Gerais (1956)
- I Conferência dos Lavradores do Espírito Santo (1956)
- I Conferência Agrária do Maranhão (1956)
- III Conferencia dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Pará (1957)
- I Congresso dos Trabalhadores Fluminense (1957) – Neste congresso houve a participação de trabalhadores urbanos
- I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal (1958)
- II Conferência Agrícola do Maranhão (1958)
- I Congresso dos Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco (1958)
- I Conferencia da ULTAB – SP (1959)
- I congresso dos trabalhadores e Camponeses do Piauí (1961) – Esse congresso teve a participação de trabalhadores urbanos
- I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Paulo (1961)
- II Conferencia dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro (1961)
- II Congresso dos trabalhadores Rurais do Paraná (1961)
- Congresso Camponês de Belo Horizonte ( 1961)

Fonte: MEDEIROS, 1989, p.50

**ANEXO 03 – GRUPOS DA OCUPAÇÃO**

<b>GRUPO</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>Nº DE PESSOAS</b>
Guarani do Cristo Rei	Abraão Simão	18	<b>92</b>
Canta Galo (Guarapuava)	João Maria do Carmo	08	<b>48</b>
São Jorge	Israel Antonelo	10	<b>34</b>
Nova Conquista	Vanderlei Gaio	09	<b>38</b>
Cavernoso	José Crachoski	06	<b>26</b>
Turvo	João Dorli	11	<b>54</b>
Nova Esperança	Alfredo Schneider	12	<b>40</b>
Linha Nova Prata	José Oliveira	10	<b>50</b>
Cavaco	César Alves	08	<b>33</b>
Marmeleiro	Anildo Brizola	08	<b>44</b>
Rio Esperança 05	Luiz Farias	05	<b>19</b>
Nossa Senhora do Rocio	Pedro Cstro	08	<b>33</b>
Rio Esperança	Pedro Cndido	05	<b>25</b>
Xagú de baixo	Alberi José A. Souza	09	<b>36</b>
Santo Antonio do Sudoeste	Arareu Farias	13	<b>53</b>
Alto do Iguaçu	Nelson Lara	08	<b>33</b>
3ª Conquista da União	João Fagundes	07	<b>23</b>
Dois Vizinhos	Sebastião Alves Lima	09	<b>46</b>
Erval Grande	Sebastião Melo	31	<b>90</b>
Vere	Melão	09	<b>37</b>
Porto Santana	Vanderlei Cavalheiro	07	<b>30</b>
Vila Jardim	Darci J. Carmo	6	<b>28</b>
Pinhalzinho 7	Vidalino	09	<b>47</b>
Serra da União	José Benites	07	<b>33</b>
Corumbatá 1	Alcebides	18	<b>63</b>
Corumbatá 2	Antonio	18	<b>63</b>
Primeiro de Maio	João Marcante	07	<b>32</b>
Rio Leão Laranjeiras	João A. Cabral	07	<b>23</b>
Nova Prata do Iguaçu	Olivino Vieira	05	<b>13</b>
Dois Vizinhos (SãoJosé)	Etelvino D. Castro	19	<b>58</b>
Capanema	Célio Vencen	30	<b>91</b>
Pitanga	AntonioPereira	21	<b>41</b>
Francisco Beltrão	Antônio Norte	10	<b>27</b>
Santa Luzia e Ampere	Eltino J.	11	<b>46</b>
Saudade Base 1	Sabino Pasqueleto	11	<b>53</b>
Saudade Acampamento 2	Jenir Lopes	07	<b>30</b>
Saudade Acampamento 1	Argentir Cardoso	09	<b>37</b>
Passo Liso (L. do Sul)	ElioGodois	13	<b>54</b>
União do Rio verde	Pedro Cremer	06	<b>24</b>

<b>GRUPOS</b>	<b>COORDENADORES</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>
Vitória da União (Mangueirinha)	Vilso Silva	11	<b>47</b>
Saudade da Base 2	Iraci da Silva	04	<b>16</b>
Renascença – Provisório	Antonio Oliveira	17	<b>87</b>
Sede Ouro – Sulina	Alcides L.	23	<b>111</b>
Santo Antonio Renascença	Valdir Franco	13	<b>52</b>
Campinas Laranjeiras	Idero	4	<b>14</b>
Rio da Prata	Valdivino A. de Lima	9	<b>34</b>
Virmond	Eugênio Gurcoski	7	<b>34</b>
Alto São Roque	Almir Santi	10	<b>57</b>
Guaraí da Erveira	Derci	8	<b>24</b>
Sertãozinho (L. do Sul)	Antonio Guimarães	7	<b>37</b>
São Pedro – Ampere	Adão M. dos Santos	5	<b>17</b>
Santo Antonio renascença	Antonio Godoi	20	<b>103</b>
Rio Leão (Ampere)	Jairo Albino	29	<b>88</b>
Mangueirinha (5 de Agosto)	Iduíno Vieira	10	<b>33</b>
Mangueirinha (Boa Esperança)	João Lautério	6	<b>17</b>

## **APÊNDICE DE FOTOS**

**FOTO 01 – MARCHA REALIZADA NO “ENCONTRO SEM TERRINHA” – 2002**

Encontro Sem Terrinha realizado em Ponta Grossa no ano de 2002. A foto demonstra o processo de organização das crianças numa das principais manifestações desenvolvidas pelo MST, a marcha.

**FOTO 02 – PROTESTO CONTRA A VIOLÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ**

Manifesto em protesto a violência da polícia do Estado do Paraná que em uma de suas ações violentas assassinou um trabalhador Sem terra. O manifesto foi realizado junto ao monumento levantado em homenagem à luta pela terra no Estado do Paraná

**FOTO 03 – ACAMPAMENTO REALIZADO EM 1988**



A foto acima apresenta o acampamento onde hoje está o assentamento José Dias. O acampamento contou com a ocupação de 1200 famílias, configurando uma das maiores ocupações da época de 1988, nas terras da Fazenda Pinheiros.

**FOTO 04 – MÍSTICA**





Uma das principais formas de resgate da identidade e forma de manifestação da cultura popular está na mística realizada pelo MST. A foto acima apresenta as crianças do Assentamento José Dias, realizando uma mística sobre a bandeira do MST.

### **FOTO 05 – TRABALHO**



O trabalho com o carvão é uma das únicas formas de produção no Assentamento José Dias. A foto acima mostra uma família enchendo o forno de lenha para fabricar o carvão.

### **FOTO 06 – VISÃO PANORÂMICA DA ACOPAC**



A foto disposta acima, proporciona uma visão ampla da ACOPAC, proporcionando ainda, condições de visualizar a disposição das 11 casas que a compõem

### **FOTO 07 – PROJETO EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**



Foto com meus amigos e amigas de luta, para quem tenho extrema admiração e respeito

### **FOTO 08 – PARQUE INFANTIL DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS**





Parque infantil construído com a ajuda dos moradores do Assentamento José Dias. A proposta do MST é romper com a industrialização dos brinquedos, subordinados a lógica mercadológica

### **FOTO 09 – ESCOLA MARGARIDA ALVES**



A escola Margarida foi construída com muita luta por parte dos assentados, e hoje configura importante espaço de formação humana.

### **FOTO 10 – CAMPO DE AREIA**



O campo de areia é uma das únicas formas de lazer da juventude moradora do Assentamento José Dias

### FOTO 11 – ESPERANÇA



Foto que simboliza a esperança de transformar a dura realidade do Assentamento José Dias. A foto possibilita visualizar duas questões marcantes para o futuro do Assentamento: a primeira são as crianças, fator

importante para a continuidade da luta. A segunda é a madeira, matéria prima que coloca em xeque a produção social da vida do assentados